



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE (PPGELS), EM
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL**

GLAUCINÉIA PINTO CARDOSO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA POR
MEIO DE SÍMBOLOS DECODIFICADOS**

Caetité — BA

2022

GLAUCINÉIA PINTO CARDOSO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA POR
MEIO DE SÍMBOLOS DECODIFICADOS**

Texto apresentado como requisito obrigatório para título de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia. Área de Concentração Linha II – Ensino, Saberes e Práticas Educativas.

Orientadora: Dra. Gabriela Silveira Rocha.

Caetité — BA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

C268e

Cardoso, Glaucinéia Pinto

Educação especial na EJA: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados / Glaucinéia Pinto Cardoso. - Caetité, 2022.
127 fls : il.

Orientador(a): Profª Drª Gabriela Silveira Rocha.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI. 2022.

1.Educação especial (Caetité-BA). 2.Educação especial - Estudo e ensino. 3.Educação inclusiva (Caetité-BA). 4.Educação de Jovens e Adultos - (Caetité-BA).

CDD: 371



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/66, DOU 18/07/95, Reconhecimento: Portaria 509/95, DOU 01/08-95



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

"EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: LEITURA E ESCRITA POR MEIO DE SÍMBOLOS DECODIFICADOS"

GLAUCINÉIA PINTO CARDOSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 10 de junho de 2022, com nota 9,0 (nove vírgula zero).

Professora Dra. GABRIELA SILVEIRA ROCHA
Doutorado em Geografia
Universidade Federal de Sergipe

Professor Dr. ADENILSON SOUZA CUNHA JUNIOR
UESB
Doutorado em Educação
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Professora Dra. LUCIANA OLIVEIRA CORREIA
UNEB
Doutorado em Educação
Universidade de Acalá de Henares

Dedico a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida: os alunos e professores da Educação Especial.

Agradecimentos

Todo esse caminho percorrido com tanta aprendizagem e amadurecimento no âmbito pessoal e profissional, de superação dos inúmeros obstáculos que a vida nos traz, merece que sejam feitos os agradecimentos às pessoas especiais que sempre me incentivaram nesta caminhada.

À **Deus** por estar sempre presente em meus caminhos, me concedendo forças para vencer os obstáculos da vida.

À toda **minha família** pela vibração e incentivo diante das conquistas. Aos meus amigos por torcerem por mim a todo tempo.

Aos **colegas de trabalho** pelo apoio na execução da pesquisa e pelas palavras de incentivo diante das dificuldades, em especial, Lucélia Lôbo Teixeira que, desde o início de todo processo, esteve junto comigo quando caminhamos lado a lado, compartilhando aprendizado.

Agradeço, em especial, minha prima Dra. **Mylena Junqueira**, pelo incentivo e por dedicar seu tempo para leitura desta dissertação. Torço sempre por você!

Aos **professores do PPGELS** que compartilharam seus conhecimentos, sobretudo, a professora Dra. Gabriela Silveira Rocha pela dedicação e paciência nos momentos de orientação desta dissertação.

Agradeço à professora Dra. **Luciana Oliveira Correia** (UNEB) e o Prof. Dr. **Adenilson Souza Cunha Júnior** (UESB), não só por comporem esta banca, mas também pelo incentivo e pelas contribuições para que esta dissertação fosse concluída.

Aos meus **colegas de sala do PPGELS** com os quais a convivência me proporcionou um crescimento como ser humano durante o período que tivemos juntos.

Por fim, agradeço a **todas as pessoas** que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização da minha pesquisa.

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado”.

Rubem Alves, 2002.

RESUMO

Apresenta-se neste texto o desdobramento da pesquisa de Mestrado intitulada *Educação Especial na EJA: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados*. A pesquisa é qualitativa, tem como principal objetivo discutir e criar um ambiente interativo, de forma didática, que use as tecnologias em conjunto com a ludicidade para estimular a leitura e a escrita dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) inseridos na Educação Especial. Trata-se de dois estudos de casos realizados no Centro Estadual de Educação Especial de Caetité (CEECE), cujo resultado foi a produção escrita e confecção de um produto educacional. O primeiro estudo consta da aplicação de questionário junto aos professores, observação das ações, seguido da análise documental disponível na Instituição. No segundo estudo, houve a produção do livro didático, que explorou o centro urbano de Caetité, com destaque dado à leitura de símbolos, construções e faixadas deste local. No decorrer da escrita, aborda-se sobre o campo empírico da pesquisadora, também são retratados os meios e os métodos a que foram submetidos esta investigação na intenção de obter respostas sobre as questões levantadas, bem como descreve o espaço do desenvolvimento. Explora as questões de inclusão das pessoas com deficiência, as políticas da educação especial, a escolarização dos estudantes, quem é este público que procura o atendimento educacional especializado no turno oposto e, ao mesmo tempo, busca compreender como a inclusão é vista no âmbito educacional. Nestas proporções, foram aplicados questionários junto aos educadores com a intenção de investigar e conhecer o espaço vivido pelo estudante da EJA, também, frequentadores do Centro de Educação Especial de Caetité. Caracteriza-se como estudantes comprometidos com transtornos intelectuais leves, grande parcela enfrenta inúmeras dificuldades na sociedade e são discriminados por vários aspectos. O cenário educacional vivido torna este fator evidenciado, de modo que os sujeitos ficam desassistidos socialmente, cujo panorama é retratado durante a escrita mediante interpretação dos fatos reais, segundo alguns estudiosos que destacam as pesquisas realizadas por Institutos Brasileiros. Resta ao ensino inclusivo, no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), levar a estes estudantes recursos e métodos envolventes, ricos em conteúdos lúdicos. Sendo assim, nesta escrita, descreve-se o produto educacional, um livro didático direcionado para professor e estudantes do AEE, ora descritos, moradores da cidade de Caetité, inseridos na EJA. Ressalta-se que o produto final poderá ser aplicado/replicado em outras modalidades educacionais seguindo orientações do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) mediante análise do educador, que deve confeccionar algo similar para diversificar o conteúdo a ser abordado e, mais importante, proporcionar o envolvimento e o aprendizado de todos.

Palavras-Chave: Educação Especial; inclusão; produto educacional; tecnologia.

ABSTRACT

This text presents the unfolding of the Master's research entitled Special Education in Youth and Adult Education: the process of reading and writing through decoded symbols. The research is qualitative, and its main objective is to discuss and create an interactive environment, in a didactic way, that uses technologies together with playfulness to stimulate the reading and writing of Youth and Adult Education (YAE) students inserted in Special Education. These are two case studies carried out at Centro Estadual de Educação Especial de Caetité (CEEEC) (Caetité State Center for Special Education), characterizing the written production and confection of an educational product. The first study consists of the application of a questionnaire to the teachers, observation of their actions followed by the analysis of the documents available at the institution. In the second study there was the production of the textbook, exploring Caetité's urban center - highlighting the reading of symbols, buildings and façades of this place. During the writing, the empirical field of the researcher is approached, and the means and methods to which this investigation was submitted are also portrayed, with the intention of obtaining answers about the questions raised, as well as describing the space of development. It explores the issues of inclusion of people with disabilities, the policies of special education, the schooling of students, who is this public that seeks the specialized educational service in the opposite shift and, at the same time, seeks to understand how inclusion is seen in the educational field. In these proportions, questionnaires were applied with the educators with the intention of investigating and knowing the space lived by the EJA student, and at the same time frequenters of the Special Education Center of Caetité. Characterized as students with mild intellectual disorders, a large portion face numerous difficulties in society and are discriminated against by various aspects. The educational scenario experienced makes this factor evident, so that the subjects are unassisted socially, this whole panorama is portrayed during the writing by interpreting the real facts, according to some scholars who highlight the research conducted by Brazilian Institutes. It is up to inclusive education, regarding the Specialized Educational Attendance (AEE), to provide these students with resources and engaging methods, rich in ludic contents. Thus, this paper describes the educational product, a textbook aimed at the teacher and students of the SEN, now described, residents of the city of Caetité, inserted in the EJA. It is noteworthy that the final product can be applied / replicated in other educational modalities following the guidelines of the Universal Design of Learning (UDL) through analysis of the educator, who should make something similar to diversify the content to be addressed and, most importantly, provide involvement and learning for all.

Keywords: Special Education; inclusion; educational product; technology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais, no Brasil (2019)	33
Gráfico 2 — Acesso à internet pelos estudantes brasileiros (2019)	62
Gráfico 3 — Instrumentos utilizados para acesso à internet pelos brasileiros (2019)	63
Gráfico 4 — Profissões dos pais dos alunos.....	77
Gráfico 5 — Metodologia de organização do atendimento dos alunos do AEE	78
Gráfico 6 — Diagnóstico do aprendizado	86
Gráfico 7 — Interesse dos alunos	88
Gráfico 8 — Distribuição regional do número de pessoas que não acessam a internet	91
Gráfico 9 — Recursos disponíveis para professor/aluno	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Principais espaços frequentados pelos alunos	79
Tabela 2 — Dificuldades observadas nos alunos do CEEEC	80
Tabela 3 — Assuntos mais comentados na sala de aula.....	87
Tabela 4 — Elementos da cidade que podem ser trabalhados em sala de aula	88
Tabela 5 — Eixos trabalhados	89
Tabela 6 — Tecnologias utilizadas pelos alunos.....	91
Tabela 7 — Questões que favorecem a otimização das aulas	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Procedimentos	23
Figura 2 — EJA no município de Caetité (2020).....	28
Figura 3 — Amostragem da taxa de analfabetismo, no Brasil (2019)	32
Figura 4 — Leis da Educação Especial	42
Figura 5 — Território e Identidade do Sertão Produtivo: Município de Caetité.....	49
Figura 6 — Caetité e suas representações –Praça da Catedral	50
Figura 7 — Caetité e suas representações – Centro Administrativo	50
Figura 8 — Atividade intermediada pelo computador	59
Figura 9 — Formato de um código de barras	64
Figura 10 — Caracterização do QR Code	65
Figura 11 — QR Code e código de barras	66
Figura 12 — QR Code como atividade	66
Figura 13 — Opção pela Educação Especial	73
Figura 14 — Proibido jogar lixo	83
Figura 15 — Proibido jogar lixo	83
Figura 16 — Desafios para trabalhar com os alunos durante a pandemia	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BA	Bahia
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEB	Câmara de Educação Básica
CEEEEC	Centro Estadual de Educação Especial de Caetité
CEPINCS	Colégio Estadual Professora Ielita Neves Cotrim Silva
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID-19	Doença do Corona vírus
DUA	Desenho Universal da Aprendizagem
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira da Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Mestrado Profissional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Individualizado
PE	Produto Educacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PPGELS	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ensino, Linguagem e Sociedade
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEESP	Secretaria de Educação Especial
TEA	Transtorno Específico da Aprendizagem
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
1.2 EJA: aplicabilidade curricular.....	27
2 CONCRETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	30
2.1 Desafios na garantia dos direitos.....	32
2.2 Estratégias cognitivas de aprendizagens: educação especial.....	35
3 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	39
3.1 Contexto escolar e as Políticas da Educação Especial.....	42
3.2 Um olhar para a inclusão escolar	46
3.3 Cidade e leitura.....	48
3.4 Desafios da escola inclusiva para ler a cidade.....	51
4 A INTER-RELAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA COM AS TICs NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	56
4.1 Possibilidades das TICs diante do cenário educacional	58
5 O ESPAÇO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	69
6 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	98
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

A educação brasileira diante do quadro atual, configurou-se em função de movimentos de lutas as quais refletiram suas teorias diante das ações dos educadores. O modo de pensar e agir imprime à realidade social, na qual se encontram pessoas com saberes diversificados e ações, muitas vezes, excludentes. Tendo isso explícito, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) interligada à educação especial, comporta uma infinidade de abordagens, de modo que cabe discutir e, ao mesmo tempo, assegurar condições para o desenvolvimento intelectual das pessoas envolvidas neste processo. O corpo discente e docente são os elementos indispensáveis para o estudo nesta dissertação, bem como nas ações reveladas diante das práticas adotadas na modalidade da Educação Especial.

O campo da Educação Especial é vasto, com muitas possibilidades de atuação, assim, diante dessa realidade, toda essa conjuntura foi iniciada em face de movimentos que suscitaram muitas perguntas, as quais ganharam força no sentido de revigorar as práticas adotadas nesta modalidade, essas mobilizações buscaram traçar um caminho nunca experimentado antes. Foi um processo de transição que revelou preocupações, desligamentos, fragilidades, estudos e, o mais importante, os encontros que trouxeram fortalecimento para chegar até aqui.

Esse movimento educacional se tornou o marco importante para a cidade de Caetité, fez com que muitas modificações ocorressem em todos os sentidos, no pessoal e no profissional, tendo em vista tantas oportunidades que foram surgindo que deram margem para um entendimento mais promissor voltado à Educação Especial.

Diante disso, o cenário educacional revela escolas “recheadas” de tantos encantamentos, compostas por pessoas que sempre estão na busca pela compreensão de seus valores, os quais são ensinados e aprendidos. Este é o lugar da tão sonhada pesquisa posta em prática. Neste entendimento, vale fazer uma trajetória no tempo para resgatar o percurso até chegar ao ponto desejado, a sonhada inclusão.

O ponto de chegada, compartilhado nesta experiência, foi iniciado no ano de 2001, com a aprovação no concurso público da rede Estadual de Ensino, mas concretizado apenas em agosto de 2003. A experiência na sala de aula foi construída diante de muitos obstáculos, dentre eles destaca-se a saída da cidade de Caetité para exercer funções em Tanque Novo — BA, cerca de 76 km de distância, local de pessoas acolhedoras e compromissadas com a educação. Quando se tem boas condições de saúde esses poucos quilômetros não fariam tanta diferença, porém, diante da limitação física causada pela poliomielite (paralisia infantil), quando criança, fez esta viagem se tornar cada dia mais cansativa.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a luta por continuar na profissão sempre foi um fator primordial, a maior intenção era seguir em frente mesmo sabendo o que poderia vir, o trabalho era gratificante com muitas pessoas prestativas e compreensivas, ao passo que a distância ocasionava o cansaço físico. Com exatos nove meses, em maio de 2004, veio o direito de trabalhar na Terra Natal (Caetité — BA) e aquelas viagens tão cansativas já não faziam parte da rotina. Neste período, houve a remoção para o Colégio Estadual Professora Ielita Neves Cotrim Silva (CEPINCS), porém, a carga horária não foi suficiente, precisando ser complementada em outra escola da rede.

Ao ministrar aulas, no extinto Seminário São José, no período da tarde e noite, para substituir uma professora que estava de licença médica, surgiu a oportunidade de trabalhar com estudantes da EJA, a partir deste momento, o contato tornou-se frequente, e a convivência com esses alunos possibilitou traçar caminhos futuros. Em 2005, o retorno para o CEPINCS aconteceu definitivamente e o trabalho com a mesma modalidade teve continuidade, tanto na EJA como no ensino regular. Ao longo do tempo, a quantidade de aluno não supria as expectativas que o colégio apresentava, a evasão ocorria devido à dificuldade de acesso por localizar-se em um bairro distante do centro da cidade.

Por esta razão e tantas outras, em 2008, o Colégio entrou em transição de escola regular para escola especial, e, em março de 2009, inaugura-se o Centro Estadual de Educação Especial de Caetité – Professora Ielita Neves Cotrim Silva (CEEEEC). É importante destacar que o corpo docente era composto de 25 professores, dos quais apenas seis decidiram permanecer e abraçar a causa da tão sonhada inclusão. A decisão de permanecer no grupo foi muito “penosa” e não foi fácil. Tudo era novo, os estudos tomaram outra direção daquela da formação inicial, o público não era condizente com o habitual. Outra situação mais preocupante era não saber como a sociedade agiria.

A educação em Caetité ganhava novos rumos, agora com um centro de referência em Atendimento Educacional Especializado (AEE) na região sudoeste da Bahia, atendendo ao público-alvo da educação especial do referido município, bem como os pertencentes ao Território de Identidade do Sertão Produtivo, do qual a cidade faz parte, com atendimento diversificado. Engloba todas as pessoas com algum tipo de deficiência, muitos, apesar da idade, nunca tiveram a oportunidade de frequentar a escola e o CEEEC vem possibilitando este contato. Os estudos foram intensificados no sentido de valorizar os alunos da Educação Especial, surgindo assim, um local acolhedor e, acima de tudo, comprometido com a sociedade caetiteense e toda região.

Nesta compreensão, aquilo que intriga acaba por causar um desconforto, visto que traz

implicações na forma de agir e pensar, de tal modo, que caminhar nas trilhas desanima e acarreta descrença. O olhar diferente a certas situações incorpora atitudes promissoras carregadas de vontades na busca pelo certo de modo que os beneficiários se sentirão mais humanos e, acima de tudo, inteligíveis.

Uma escola vista de longe não é escola, é apenas um emaranhado de questões que precisam ser entendidas, isso envolve, também, a tão sonhada inclusão. A escola precisa exercer sua função inclusiva, isso inquieta a todos, o contrário disso transmite uma sensação “sinistra” de abandono, sem o devido valor quanto às questões sociais. É a escola a formadora de pessoas, pessoas que compactuam com realidades diferentes, com indivíduos “diferentes” na busca de uma só finalidade.

Entende-se que as possibilidades são de todos e para todos, entende-se que o trabalho pode ser exercido, independentemente de ter ou não habilidade, a busca e a investigação os tornarão conhecedores daquilo que acredita ser incapaz de produzir.

Descrever o cenário entendido até aqui enaltece um público que merece ganhar destaque por compor uma forma de vivência regada por ensinamentos impostos pela trajetória de vida, são eles, os estudantes da EJA que frequentam a escola a noite (maioria deles) e seu dia é comprometido com outras habilidades tão importantes para os ensinamentos sociais. São estudantes que realizam tarefas das mais simples às mais complexas, de modo que a escola precisa abarcar uma formação de professores que atenda esse público.

São estudantes que têm muito a ensinar, e em conjunto com os professores a aprendizagem dos mesmos pode ser concretizada porque a educação é um direito social e humano estabelecida em leis. Como já mencionado, neste universo apresentado, destacam-se os estudantes da EJA que procuram o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os quais compõem a classe da Educação Especial.

Muitos mecanismos vão ao encontro ao saber sensível o que compromete o respeito e o exercício de determinadas relações com o mundo e com o outro. Existe um entendimento relacionado ao conhecimento essencial, grosso modo, acessível a toda humanidade e este saber necessita de uma base para sustentação no contexto moderno que considere o conjunto de saberes do campo educacional. Surgem, assim, ideias na intenção de promover um ensinamento regado de inovações que provoque no aluno novas descobertas, isso pode ser possível quando mediado pelas tecnologias digitais.

Neste intuito, o presente trabalho de mestrado busca analisar algumas questões e, ao mesmo tempo, oferecer uma metodologia diferenciada para promoção do aprendizado de modo que possa colaborar para o processo de ensino, com isso, torná-lo mais prazeroso na busca de

novos horizontes em face aos métodos tradicionais.

Partilhar novas ideias é de extrema importância, pois a sala de aula é o local diversificado em que interage crianças, adultos e pessoas da maior idade. Neste contexto, os estudantes com necessidades especiais, em sua maioria, não conseguem acompanhar o ensino comum e procuram o AEE para receber suporte e direcionamento.

Diante das observações e diagnósticos educacionais, percebe-se que a dificuldade centrada nestes alunos da EJA, acima mencionados, está relacionada a vários problemas, dos quais se destacam os mentais de leve, em que a maioria destes estudantes/ adultos acometidos não conseguem acompanhar os estudos de forma “normal”. Os sistemas de ensino, comum e especial, precisam considerar a necessidade de estabelecer meios de promover acolhimento que preserve os ensinamentos trazidos pelos estudantes inseridos na educação especial. Ainda não apresentem possibilidades na promoção da aprendizagem, estes indivíduos precisam compreender o local em que estão inseridos, em face de suas vivências com o mundo.

As pessoas envolvidas no processo investigativo e os ensinamentos ora adquiridos, durante todo percurso docente, expõem uma nova maneira de pensar se os recursos tecnológicos podem potencializar a aprendizagem dos alunos da EJA, inseridos na Educação Especial. Também visam a evidenciar de que maneira as combinações entre os recursos tecnológicos, as cores, a cultura e tantos outros traços da cidade de Caetité podem gerar meios para promoção da leitura e da escrita dos alunos da EJA.

Desse modo, se o contato com as diferentes mídias possibilitam compreender e conhecer fatores relevantes para uma promoção como agente transformador, tanto individual como no social, ressalta-se que a não aplicabilidade dos recursos tecnológicos, sejam eles o *smartphone*/internet, nesta proposta de ensino fica, de certa forma, inviável, uma vez que ela requer a utilização das ferramentas digitais na promoção do aprendizado, conseqüentemente, a obtenção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para inclusão social do indivíduo (MORAN, 2009).

Contudo, uma das melhores maneiras de direcionar o aprendizado seria a intermediação pelas TICs, visto que este instrumento promove uma avalanche de possibilidades de uso. Por isso, integrá-las no sistema de ensino é de extrema importância, pois a cada dia ficam mais modernas e são utilizadas por crianças, jovens, adultos e vêm crescendo entre os idosos tornando-os habilidosos no processo de uso quando as condições os favorecem. As tecnologias vêm adentrando na vida das pessoas e isso é fato notório.

Evidencia-se que as Unidades de Ensino, em tempos atuais, necessitam estar conectadas com estes aparatos, explorando-os em conjunto com os alunos, de maneira que todo esse

processo possa tornar o ensino-aprendizagem fortalecido, no sentido de trilhar um caminho para que esses recursos sejam utilizados por todos, sem exclusão. A escola tem a necessidade de compreender essa urgência para que os estudantes não sejam prejudicados quanto ao uso das novas ferramentas educacionais. Vale ressaltar que esses recursos fora da escola são explorados por muitos, mas a grande questão é propor essa tecnologia como fonte de promoção na aprendizagem para que os estudantes consigam visualizar um campo diferenciado.

O papel da escola no processo de educar diz respeito às ações modificadoras do sujeito, que possibilite condições favoráveis, mesmo diante das dificuldades encontradas. Portanto, a execução desse processo de ensino-aprendizagem remete a uma atuação comprometida e fortalecida pelos gestores, educadores e toda comunidade educacional na busca de um ensino de qualidade que forme pessoas engajadas no âmbito social, para almejar novos rumos, uma vez que é a educação um dos fatores transformadores das questões sociais (FREIRE, 2005).

A busca por melhores posições quando se refere à compreensão e ao método mais viável a ser aplicado, junto aos estudantes para que obtenham uma aprendizagem regada de processo consistente, torna o fazer pedagógico mais prazeroso e a valorização de todos os envolvidos, reconhecidos socialmente. O quadro atual tem revelado a existência de profissionais bem capacitados, amparados por inúmeros recursos tecnológicos capazes de mostrar uma “direção” para superar/amenizar as angústias surgidas, mas ainda tem quem resiste ao uso. É importante que os professores entendam que os recursos tecnológicos podem potencializar a aprendizagem dos estudantes.

Os envolvidos no processo de ensino aprendizagem precisam de cuidado e dedicação para torná-los acessíveis, diante dos jovens e adultos com transtorno intelectual, sujeitos desta pesquisa, os cuidados precisam seguir direções diversas. Produzir material didático de acordo com o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA)¹ para alcançar a todos sem distinção. Esse processo deve englobar ações que promovam não só o aprendizado como foco principal, como também, a integração desse aprendizado com o conhecimento trazido pelo estudante, como sua linguagem e seus olhares. Trilhar caminhos e superar barreiras faz parte, pois os obstáculos durante estas ações são enormes, o erro e o acerto está presente em toda e qualquer ação.

Entender que a promoção do estudante como agente transformador perpassa por toda vida estudantil é importante, mas é imprescindível lembrar que, para obter bons resultados no

¹ Desenvolvido por David Rose, Anne Meyer e outros pesquisadores do Center for Applied Special Technology (CAST) e apoiado pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos, em 1999, em Massachusetts, consiste em um conjunto de estratégias mediante pesquisa na busca por um modelo prático de oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes (ZERBATO; MENDES, 2018).

final dos anos de estudos, os meios da alfabetização merecem um olhar diferenciado, por ser a base de tudo. Este é um processo desafiador, pois compreender o significado das palavras é de extrema relevância para interpretar o mundo que o cerca. Não se faz por si só, uma vez que extrair as possibilidades trazidas pelo mundo depende de ações concretas que possibilitem identificar as inúmeras oportunidades que se apresentam no processo. Se o problema é o processo de ensino, a forma como ela é direcionada precisa ser modificada.

Cabe aqui caracterizar o cenário educacional vivenciado neste momento, marcado por restrições em razão da COVID-19. De acordo o Instituto Data Senado, pesquisa realizada entre os dias 24 e 28 de julho de 2020, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devido ao isolamento social provocado pela SARS-COV-2 (COVID-19), evidencia uma situação preocupante quanto ao uso dos recursos tecnológicos, visto que muitos alunos deixaram os afazeres escolares de lado por não terem condições de acompanhar o processo de ensino, o que os tornou excluídos do ambiente social.

Nestas proporções, as impossibilidades de uso das tecnologias abrangem desde as condições sociais/econômicas para aquisição de um aparelho de celular, até o precário fornecimento do sinal oferecido pelas companhias responsáveis pela internet (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (PNAD Covid-19). Muitas pessoas ainda estão isoladas, privadas da utilização destes recursos tão importantes nos dias atuais.

Afinal este momento vem sendo marcado por uma série de transformações nunca vividas, em que a tecnologia ganha espaço, sobretudo em relação aos aspectos educacionais e pela necessidade de desenvolver uma forma de trazer o estudante para sala de aula, mesmo estando distante dele. Então, o que era visto como vilão, hoje é o aliado da educação, ou seja, a tecnologia vem ganhando espaço e estreitando caminhos para a promoção da comunicação. Soma-se a isso as influências de uma economia globalizada. Estas mudanças impõem níveis de educação cada vez mais elevados para que as pessoas possam ter acesso às condições mínimas de sobrevivência de forma decente.

Neste espaço, destaca-se uma questão muito importante vivida até aqui. Ao ingressar com o projeto de pesquisa, a intenção inicial era usar as tecnologias na educação como suporte no aprendizado dos alunos, ao passo que hoje o cenário é outro, com isso, elas se tornaram primordiais e urgentes, em função do que o isolamento social impôs. A busca pelo aprendizado recaí sobre as tecnologias, o contato com elas tem se apresentado como principal instrumento intermediador entre os estudantes e o ensino-aprendizagem.

Diante do exposto, salienta-se a necessidade de expandir todo esse potencial que as pessoas trazem consigo, bem como explorar e valorizar seus ensinamentos amparados pelas

tecnologias, já que este recurso faz parte da vivência do educando. A realização deste trabalho vem ganhando espaço e almeja que seja agregado no processo de ensino-aprendizagem, não só dos estudantes com transtorno intelectual, como também em outras modalidades educacionais. O caminho percorrido tornou-se possível porque aproxima teoria e prática.

Esta dissertação segue organizada em seis capítulos, além desta introdução. No primeiro, apresenta-se um breve percurso metodológico que leva em consideração os caminhos seguidos na produção da pesquisa apresentada do qual segue discorrendo sobre a aplicabilidade curricular no ensino dos estudantes da EJA. No segundo, intitulado de “Concretização da educação de jovens e adultos na educação especial” são apresentados os conceitos primordiais da pesquisa os quais caracterizam as problemáticas relacionadas ao aprendizado e ao reconhecimento do aluno como sujeito do meio social. Para tanto, destaca-se a importância do desenvolvimento cognitivo mediante comprometimento de cada um.

O capítulo terceiro, “Educação na perspectiva inclusiva” engloba as políticas da Educação Especial e apresenta as possibilidades da inclusão escolar, de modo que enfatiza os fatores da cidade que podem auxiliar os alunos no reconhecimento como agente integrante do meio social onde vivem. Destaca a importância da valorização do indivíduo em relação ao ambiente. O quarto capítulo abrange fatores relacionando às tecnologias e à aprendizagem, além de explorar as possibilidades como recurso pedagógico pelo professor frente ao estudante com transtorno intelectual.

Os dados colhidos durante esta investigação são apresentados no capítulo quinto, o qual aborda o lócus da pesquisa seguido das inquietações, da descrição e análise minuciosa dos dados, considerando o ponto de vista do educador atuante no CEEEC e os documentos produzidos por estes durante observações junto aos estudantes da EJA, público alvo da educação especial.

Por fim, apresenta-se a caracterização do produto educacional, com descrição de todos os mecanismos da confecção até chegar na fase final, bem como suas possibilidades de uso diante do público descrito. Os resultados colhidos estão representados na conclusão para responder aos questionamentos levantados durante a pesquisa.

Tendo em vista todos os aspectos abordados, espera-se que esta dissertação de mestrado, incrementada pelo produto educacional, possa ganhar vida nas mãos dos educadores. Também se deseja que novas ideias e produções surjam, alimentem as reflexões e fortaleçam as práticas pedagógicas junto aos estudantes da EJA com transtorno intelectual, para que seja possível vencer as barreiras da inclusão.

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O paradigma da inclusão, pautado pela convivência e empatia na diversidade humana, comunga do respeito pela igualdade e equidade no reconhecimento das diferenças, desde que seja considerada a singularidade que caracterizam cada indivíduo. Esta dimensão tem proposto inúmeros debates e estudos na elaboração de caminhos que possam garantir o acesso de todos, não só na dimensão educacional, como também econômica, social e cultural.

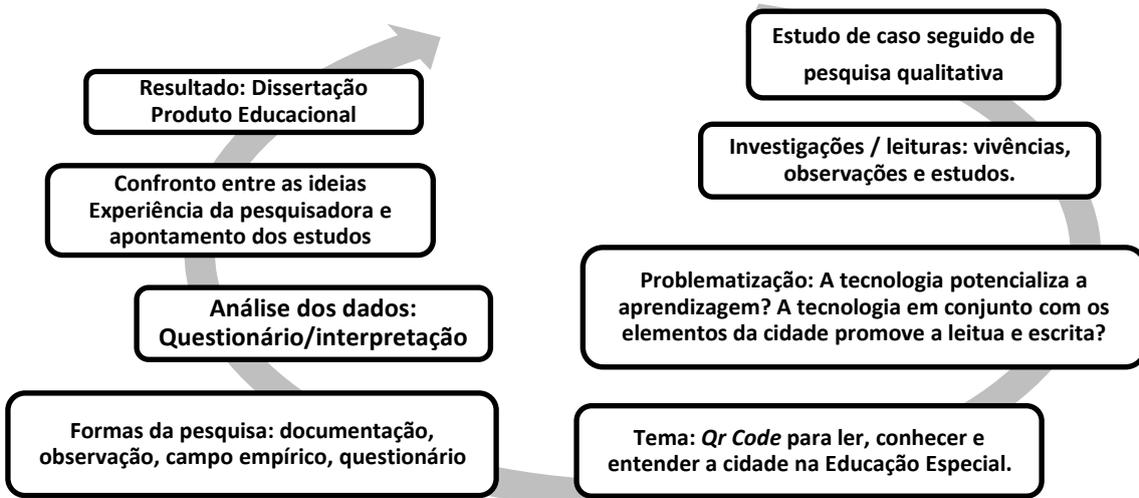
Junto a esta problemática surge a necessidade de entender/analisar a alfabetização das pessoas com idade avançada com comprometimento intelectual, uma vez que integram a sociedade e buscam uma vida autônoma.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (BRASIL, 2000, p. 5).

Como aponta o Parecer CNE/CEB 11/2000, a educação de adultos compete em alargar espaços de oportunidades e de melhorias no aprendizado. A leitura e a escrita são fatores indispensáveis neste estudo, ao passo que ambas devem ser entendidas como competências a serem exploradas em todas as áreas do conhecimento. As habilidades de ler e escrever precisam ser exercitadas constantemente para serem interiorizadas de maneira sólida. Ao trabalhar os conteúdos em diversas disciplinas, o professor precisa explorar o processo da leitura e da escrita como estratégia primordial.

Em conformidade com estas questões, traça-se o percurso com base na realidade atual de inúmeras possibilidades em função do desenvolvimento tecnológico contemporâneo. A propósito, fazer uma ligação entre as experiências profissionais e as demandas voltadas para o sistema educacional abarcam saberes extremamente valiosos, compostos de uma escrita de caráter investigativo a qual busca integrar resultados enriquecedores. As etapas que compõem a pesquisa estão descritas conforme representação da Figura 1, a seguir:

Figura 1 — Procedimentos



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A proposta ora pensada compete no tipo de pesquisa com características apresentadas pelo estudo de caso seguida de cunho qualitativo, por “buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos” (ZANELLI, 2002, p. 83). E como toda pesquisa qualitativa precisa entender situações corriqueiras que promovam a reflexão, seguida de uma construção de hipóteses significativas, assim como análises dos resultados obtidos, conclui-se que esta foi a opção mais significativa na execução do trabalho apresentado.

É importante enfatizar a dimensão estabelecida pela pesquisa qualitativa, cujo propósito é obter respostas diante de tantos questionamentos, desse modo, Martínez (2012) aponta que a razão para esta escolha vai ao encontro do “compromisso epistemológico” que estabelece uma posição diante da pesquisa educacional, marcada por uma realidade que parte de uma “construção social subjetiva e intersubjetiva”, assim como do contexto social, das questões políticas, culturais, dentre outras, que levem ao questionamento da realidade.

Por ser de natureza qualitativa, vai ao encontro da compreensão de determinados mecanismos por meio dos quais as pessoas procuram construir significados e, ao mesmo instante, descrever as relevâncias encontradas (LIMA, 2018). Para produção pensada foram adotados procedimentos partindo de dois estudos de casos um para dissertação e outro para produção do livro didático. O primeiro ocorreu por meio de questionário uma investigação direta com cinco docentes do CEEEC, análise de documentos diversos e observações. Na produção do livro didático o centro urbano de Caetité foi o local escolhido para utilizamos a leitura de símbolos, das construções, das faixadas e tantos outros aspectos trazidos pela cidade.

Os resultados partiram de vivências ímpares e das experiências dos participantes, professores do CEEEC, aqueles que atendem estudantes com transtorno intelectual que

frequentam a EJA, estabelecendo uma conexão centrada na atuação do professor, bem como, uma abordagem sobre a aprendizagem daqueles acometidos com transtorno intelectual leve, além das possibilidades de uso das tecnologias voltadas para a ampliação da aprendizagem destes estudantes.

O estudo de categorias para execução e produção de um trabalho dissertativo engloba entender inúmeras questões, conseqüentemente, abordar por meio da escrita aquilo que é pertinente. No caso deste estudo, não foi diferente. Assim, na investigação destacam-se categorias como:

- Escola: entendida como local de socialização, transmissão do saber entre as pessoas. O trabalho realizado neste ambiente, juntamente com aqueles que possuem alguma dificuldade na aprendizagem, deve contribuir de forma consciente e comprometedor para que estas pessoas (deficientes intelectuais) sejam incluídas no meio social.

- EJA: a Educação de Jovens e adultos vem sendo esquecida por muitos, pois os alunos com idade avançada, na maioria das vezes, não recebem o apoio adequado para melhoria de seu aprendizado. A situação torna-se desastrosa ao investigar o ensino na EJA para alunos da Educação Especial. Dessa forma, cabe buscar meios para a execução de trabalhos que possibilitem caminhos a serem trilhados pelos jovens/adultos com deficiência intelectual inseridos na modalidade da EJA.

- Tecnologia: o processo de ensinar exige dos professores a busca de novos caminhos para transmitir conteúdos de maneira significativa. Fazer uso das tecnologias de comunicação na educação especial é importante, visto que muitos alunos desta modalidade não têm a facilidade de compreender conteúdos, quando eles não são expostos por meios adequados. Deve-se pôr em prática e, ao mesmo tempo, tornar as tecnologias aliadas a essa nova forma de ensinar. As TICs representam inovações/caminhos promissores para levar, ao estudante, conteúdos das mais diversas formas.

- Cidade: local onde nossas crenças e valores são elaborados, este espaço também está relacionado ao universo da leitura e da escrita, diante de tudo que a cidade pode representar. É nesse sentido que a cidade (Caetité) foi explorada, uma vez que o reconhecimento de pontos importantes faz com que os estudantes da EJA exerçam, de forma consciente, o processo da leitura e da escrita.

- Educação inclusiva: diante da postura de que todos somos iguais, independentemente de qualquer característica, o estudo, ora apresentados, aborda questionamentos sobre a aprendizagem dos alunos com deficiência, em especial, aqueles denominados deficientes

mentais com idade avançada. Dessa forma, a busca por novas estratégias de inclusão precisa acontecer para incluir, bem como compreender qual a verdadeira função destas pessoas no meio social.

As categorias, em destaque, possibilitaram direcionar o pensamento na discussão do trabalho ora apresentado, o qual tem como título *Educação Especial na EJA: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados*, cujo tema é: o uso do QR Code na alfabetização/letramento dos alunos da EJA no âmbito da educação especial. O objetivo geral foi pensado para discutir e criar um ambiente interativo, de forma didática, que use as tecnologias em conjunto com a ludicidade para estimular a leitura e a escrita dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) inseridos na Educação Especial.

Em face do objetivo geral, a dissertação descreve os percursos estabelecidos nos objetivos específicos, os quais procuram discutir a inserção do estudante com deficiência intelectual na Educação Especial. Para tanto, aborda aspectos sociais e políticos, ao mesmo tempo que busca entender o espaço pedagógico como local de inserção das pessoas com comprometimento intelectual, cujo foco são os atendimentos frente aos desafios encontrados pelos professores em diversos aspectos.

As discussões pautadas nos objetivos específicos foram ganhando forma em função do momento em que as possibilidades de uso das tecnologias digitais surgiram com o propósito de acarretar um futuro promissor na educação especial. Diante disso, analisa as políticas nacionais de inclusão, para assegurar a contextualização, a fidelidade e a objetividade nos achados desta produção. A classe estudantil, como um todo, necessita de condições favoráveis para o seu desenvolvimento, o mesmo se aplica ao aluno da educação especial, que é tão merecedor quanto os demais. Assim, os professores precisam acreditar no potencial deles trazidos por eles.

O processo investigativo desta pesquisa tomou características próprias ao aplicar questionário para traçar os meios de ensino adotados pelos professores do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité (CEEEEC). Tal instrumento procurou entender se os recursos tecnológicos utilizados nesta instituição são capazes de estimular a aprendizagem significativa e promoverem o desenvolvimento cognitivo por intermédio das tecnologias. Nestes termos, diante das respectivas respostas colhidas junto aos docentes, buscou-se apresentar uma proposta pedagógica que é um livro didático com atividades interativas/lúdicas como ferramenta que possibilitará a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais na EJA.

Desta feita, inquietações e questionamentos foram surgindo quanto à necessidade de investigar e disponibilizar um novo recurso para a aprendizagem dos alunos da Educação de Jovens e Adultos inseridos na Educação Especial por meio das Tecnologias da Informação e

Comunicação (TICs). Para isso, fez uso das possibilidades de aprendizagens pelo reconhecimento da Cidade de Caetité, local onde esses alunos se revelam como pessoas e so componentes desta história.

Com o intuito de responder s perguntas desta investigao sobre a incluso escolar dos alunos com transtorno intelectual, apresentadas no inio da introduo, toma-se como base a metodologia da investigao documental e considerando-se as contradioes internas deste fen meno social. A documentao para estudo do conteúdo proposto consta dos arquivos publicados, livros de autores renomados que retratam sobre a pessoa com deficiência e abordam o processo escolar, os quais esto devidamente registrados nas referências bibliográficas desta dissertao. Além destes, foram citados como componentes para o estudo, as Diretrizes da Educao Especial da Bahia, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEEEC, as fichas de matrícula e os planos individualizados (PDI).

Nestes termos, vale destacar que, a princípio, os estudos seriam direcionados s observaoes diretas das aulas, os diversos instrumentos avaliativos arquivados na escola e ainda os materiais didáticos produzidos pelos professores, porém, devido ao acesso restrito, causado pelo isolamento social já descrito, esses materiais no foram considerados, por exigirem contato direto, portanto, risco de contaminao. É importante ressaltar que os documentos citados foram recebidos via *e-mail* e *WhatsApp* pela direo da escola, o questionário foi elaborado pelo Google formulário e enviado pelo *WhatsApp* para os cinco professores. Por se tratar de uma ferramenta instantnea, logo em seguida dos dados foram tabulados junto ao sistema Google.

Os escritos partem de esforos coletivos empreendidos por pesquisadores que se ocupam do tema da incluso das pessoas com deficiência e da escolarizao dos jovens e adultos. Esta pesquisa tem como foco principal os estudos de Paulo Freire, com destaque para obras como *Pedagogia do Oprimido* (1968) e *Pedagogia da Autonomia* (2000) que tratam da realidade vivida pelo adulto estudante, deixando suas impressões que serviram como fundamento para esta escrita. A aprendizagem dos estudantes da EJA envolve o termo andragogia que vai de encontro com a pedagogia, sem ocupar de direoes distintas, e neste contexto segue os estudos de Knowles (1988) no *The Modern Practicice of Adulto Education* (A Prática Moderna na Educao de Adultos).

Porém, esta prática moderna baseou-se também nas ideias de Jean Piaget, precursor da psicologia da aprendizagem, do qual destaca o conjunto de capacidades intelectuais desenvolvidas no indivíduo, as maneiras para aquisio das habilidades, dentre suas obras aponta-se *O Nascimento da Inteligência na Criana* (1939) e a *Introduo  Epistemologia Genética* (1950).

No tocante à inclusão social, escolar e, em tantos outros sentidos, muitas obras foram analisadas para fazer parte deste escrito como está destacado nas referências bibliográficas. Porém, Selma Inês Campbell em sua obra *Múltiplas faces da inclusão* (2009) detalha a inserção das pessoas com deficiência abordando os aspectos educacionais e sociais delas. Quanto ao uso dos recursos tecnológicos da escola, a discussão ficou em torno dos questionamentos de Márcio Balbino Cavalcante, com sua obra *A Educação Frente às Novas Tecnologias: Perspectivas e Desafios* (2012).

Para composição desta pesquisa, os levantamentos dos dados foram organizados em primários e secundários. Como fonte primária, coube analisar o campo empírico, observações, realização de questionário e leitura de materiais disponíveis no CEEEC. Para levantamento de dados secundários, houve a leitura de artigos dissertações, teses e revistas disponíveis em *sites* reconhecidos, bem como para o levantamento bibliográfico.

No desenrolar das atividades, aplicou-se a pesquisa de campo com os professores do CEEEC que se configurou como um fator imprescindível para o desenvolvimento e conclusões sobre a pergunta de pesquisa. Todo estudo se desenvolveu seguindo a lógica da provocação de mudanças no campo educacional, no que concerne à educação especial compreendendo um estudo particular.

Nesta feita, buscou-se intensificar a conscientização e os estudos sobre o atendimento dos alunos com transtorno intelectual que procuram o CEEEC para alcançar sua realização como indivíduo pensante e “merecedor” de apoio.

Para uma compreensão dos fatos apresentados durante o desenrolar deste trabalho, procurou-se compreender alguns fatores para explicar sobre a pesquisa ora idealizada e concretizada, com teorias e métodos que fizeram parte do campo empírico e de uma vontade de disponibilizar mecanismos para mudanças no meio educacional.

1.2 EJA: aplicabilidade curricular

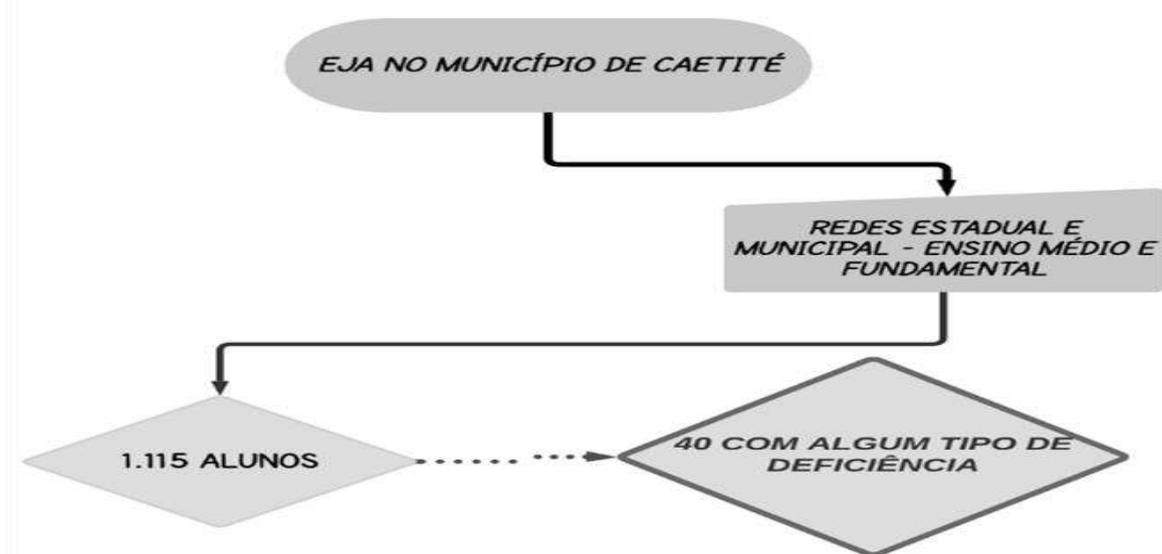
O currículo funcional deve seguir os moldes destinados ao atendimento dos educandos com objetivo principal de agregar melhores condições de vida às pessoas. Segundo Pastor (1995), ele deve se adaptar às condições do aluno, de modo que aprenda coisas diversas proporcionadas de diferentes formas. Nestes termos, implica em destinar às pessoas com deficiência condições para superar as dificuldades apresentadas na área da leitura e da escrita, bem como de suas possibilidades de vida em todos os aspectos.

As dificuldades e limitações podem surgir ao longo da vida, seja em função de

problemas desde o nascimento, na adolescência e, até, na idade adulta, por questões diversas. Tais dificuldades são classificadas de acordo com o comprometimento intelectual de grau leve, moderado ou severo. Muitos conseguem executar tarefas mais complexas outros não internalizam comandos simples, exigindo do educador ações mais individualizadas.

O perfil apresentado pela educação brasileira é analisado e divulgado pelo Censo Escolar do INEP, o qual apresenta uma amostragem dos estudantes ocupantes das redes de ensino. A Figura 2, a seguir, de acordo com os dados do Censo 2020², mostra como os estudantes da EJA estão distribuídos nas redes de ensino da cidade de Caetité, porém, ela não especifica que tipo de deficiência esses alunos comportam.

Figura 2 — EJA no município de Caetité (2020)



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base no Censo (2020).

Esta quantidade especificada de 40 alunos com algum tipo de deficiência, consta como um número significativo que caracteriza aqueles que apenas possuem laudo médico. Caso fosse realizada uma investigação mais detalhada, certamente, este quantitativo estaria elevado, diante das observações preliminares. As características, muitas vezes, podem revelar um determinado grau de dificuldade dos alunos, o contato professor/aluno mesmo com as demandas em sala de aula, possibilita identificar tal transtorno ou dificuldade. A falta do laudo, compromete o modo de agir do professor, ao passo que ele não está apto a diagnosticar.

Essas características pessoais/individuais são fatores destacados no Plano de Desenvolvimento Intelectual (PDI) do aluno que frequenta o CEEEC, bem como é avaliado no relatório final com intenção de comparar os avanços obtidos no desenvolvimento das atividades

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

no decorrer dos anos. Apesar disso, o avanço tão esperado, às vezes, não acontece, ou o aluno fica com o aprendizado estagnado, ou regride suas habilidades.

Para contribuir na vida estudantil, a mediação é imprescindível no auxiliar da realização de tarefas que sejam importantes, muitas vezes, repetitivas, visto que elas podem promover mudanças, mesmo que sejam mínimas. No CEEEC muitas oportunidades são disponibilizadas, o atendimento dos alunos com transtorno intelectual passa pelo apoio pedagógico, atendimento em informática, aulas de arte, coral e atividades da vida autônoma. É importante destacar que não existe a obrigatoriedade na participação nos núcleos citados, o aluno, em conjunto com a família, tem autonomia para escolher.

No AEE os componentes do processo educativo podem e devem ser modificáveis, se a metodologia aplicada pelo professor não atinge as necessidades do aluno, elas precisam ser adaptadas, para que ocorra a valorização e o respeito, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem terá grande probabilidade de ser efetivado.

Assim, o currículo funcional, dentro da escola especial, exerce uma função importante, as ideias desenvolvidas pelo professor precisam englobar estratégias de ensino-aprendizagem e atividades funcionais a serem desenvolvidas com os educandos, em especial, com aqueles deficientes intelectuais, de modo que possam oportunizar a execução das tarefas do cotidiano realizadas no espaço escolar. Porém, estas ações devem considerar o desenvolvimento de comportamento adequado para o convívio social.

O capítulo a seguir procura discutir a concretização da educação dos estudantes adultos no campo da educação especial destacando as trajetórias para conquista de melhor funcionamento desta modalidade de ensino.

2 CONCRETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A trajetória histórica educacional das modalidades da EJA e da Educação Especial estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e conforme estabelece a referida Lei, da qual deixa claro na seção V em seu artigo 37 a Educação de Jovens e Adultos, “[...] é destinada àquelas pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Quanto à Educação Especial a mesma lei, estabelece no artigo nº 58 ser a “[...] modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

As duas modalidades se entrelaçam quando caminham para um ensino inclusivo dos jovens e adultos com deficiência fazendo surgir o AEE e nesta modalidade recebe os alunos de EJA nas diversas etapas do qual eles fazem parte, seja da rede pública ou privada em todos os níveis de ensino. O papel da escola precisa está comprometido com a formação e atuação do corpo docente, no que tange as questões pedagógicas relacionadas ao processo ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, dentre outros aspectos, tornaram-se imprescindíveis.

Diante da perspectiva da junção entre as modalidades ora destacadas, a garantia do acesso a todos a uma escola de qualidade, faz surgir a proposta inclusiva, que de acordo Constituição Brasileira (1988, p. 39-40) a inclusão consiste em:

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Neste contexto o trabalho realizado na EJA está geralmente atrelado à relação entre educação e trabalho, homens e mulheres que lutam para sobreviver em um meio social altamente competitivo ocasionando o processo de inclusão. São estudantes que sonham em conciliar os estudos e o trabalho, mas estão em um nível de aprendizagem “distante” da realidade, por se inserirem nos estudos já com idade avançada tendo seus direitos negados por inúmeros fatores. Mesmo sem a escolaridade exigida pela sociedade, os alunos da EJA são pessoas com vivências concretas, fazem papel de pai, mãe, avós, membro de associações, entre outros. Se educam pela vida e na vida, por intermédio dos trabalhos, dos grupos sociais, enfim,

são diversos e vivem na diversidade produzindo seus conhecimentos.

Toda essa vivência é percebida com o público da EJA que frequenta o CEEEC, alguns alunos trabalham, exercendo a função de ajudante de oficina mecânica, de serviços gerais, até mesmo por conta própria, usando carrinho de mão para entregar produtos na feira livre. Poucos conseguem receber o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e quando encontram a oportunidade de serem contratados por empresas locais, a família não autoriza, dado o receio no que tange ao contato com outras pessoas, ou ainda, preocupação em deixar de receber o benefício para exercer uma profissão incerta para muitos. Esse fato é corriqueiro, infelizmente em pleno século XXI as pessoas ainda têm que enfrentar esses obstáculos.

A história tem revelado momentos árduos para conquistas de reconhecimento dos estudantes da EJA, percebe-se descrédito por uma parcela da população e quando o assunto compete a distribuição dos recursos os mesmos chegam em proporções menores em comparação aos demais, as formações dos professores dificilmente recebem o apoio para inovações, o atendimento dentro da sala de aula são praticamente os mesmos observados durante muito tempo. Ainda, o material didático apresenta um perfil, muitas vezes, distante da realidade dos educandos, os conteúdos são dispostos igual a todos sem considerar os aspectos regionais ou locais.

Assim, afirma Arroyo (2005, p. 30) que “[...] esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social”. A história fica evidente quando é destacada a modalidade de ensino do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desde a década de 1990, em nosso país, aguarda a promoção da educação baseada em assinaturas de declarações internacionais e da execução de leis e decretos. Mesmo assim, surgem muitos desafios, ao passo que os alunos considerados “diferentes”, diante de uma situação social voltada para competitividade, constantemente têm seus direitos negados, o que acarreta em obstáculos ao ingresso no sistema educacional.

A luta por uma educação inclusiva precisa ser de todos e para todos, o aluno estudante da EJA tem direitos igualmente aos demais, se for diagnosticado como alguma deficiência que comprometa sua aprendizagem este ensino precisa ser complementado junto ao atendimento educacional especializado. Não se trata de um reforço escolar, mas de ações individualizadas aplicadas pelo profissional do AEE com a intenção de estimular o aprendizado. A busca pelo desenvolvimento cognitivo e das funções complexas das pessoas com deficiência é o principal objetivo dos professores do CEEEC. Desde 2009, puderam ser observados avanços significativos no estudante ao explorar o computador como recurso pedagógico na

aprendizagem. Os profissionais da Instituição procuram atuar com olhares “diferenciados” identificando as potencialidades para receber o estímulo adequado.

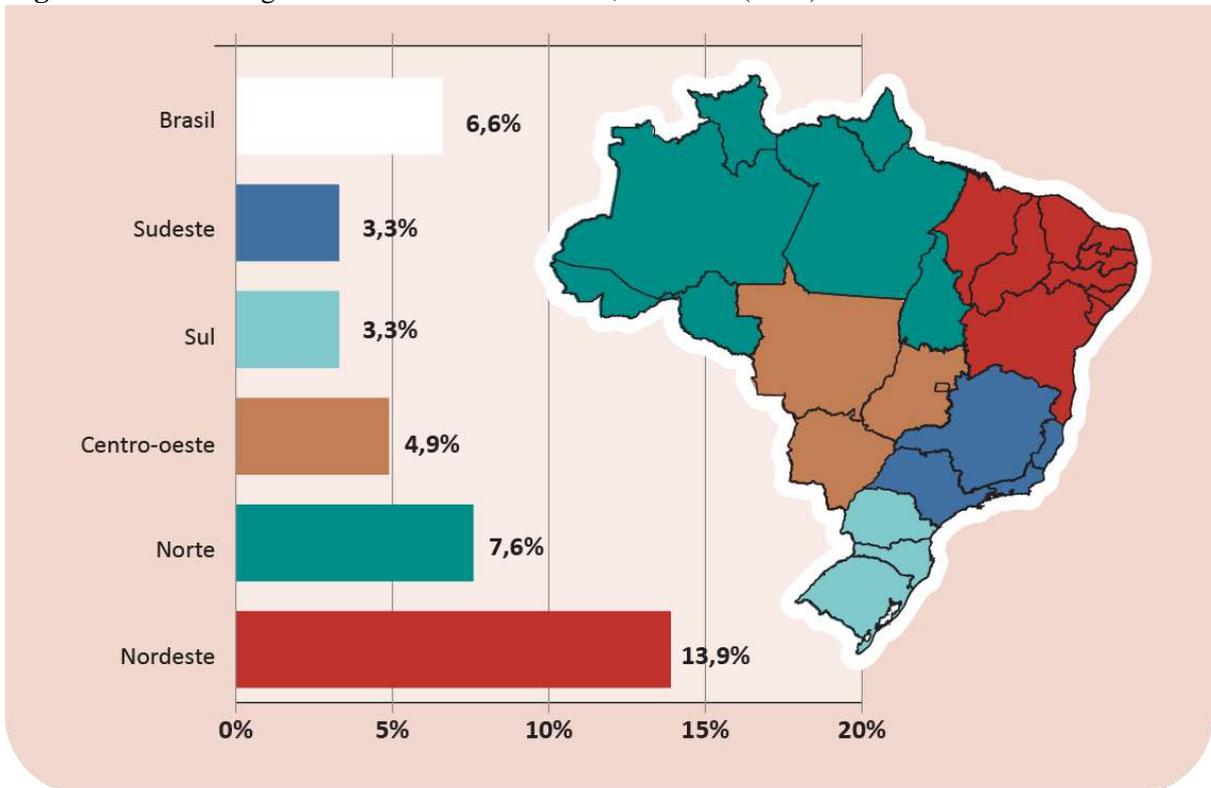
Todas as pessoas têm direito à educação e a escola não deve negar, porém, muitas famílias enfrentam dificuldades nestas garantias. A falta de acesso à educação de qualidade requer análise de sua aplicabilidade para compreender a relevância do sistema educacional.

2.1 Desafios na garantia dos direitos

O acesso à educação precisa ser compreendido como direito fundamental para que todos possam lutar de modo consciente em todas as esferas, que possa satisfazer as necessidades básicas promovendo a melhoria das condições de vida da sociedade. Apesar de encontrarmos no século XXI, o país ainda possui uma enorme quantidade de pessoas que não fazem parte do que muitas leis e decretos nos reservam, como a educação.

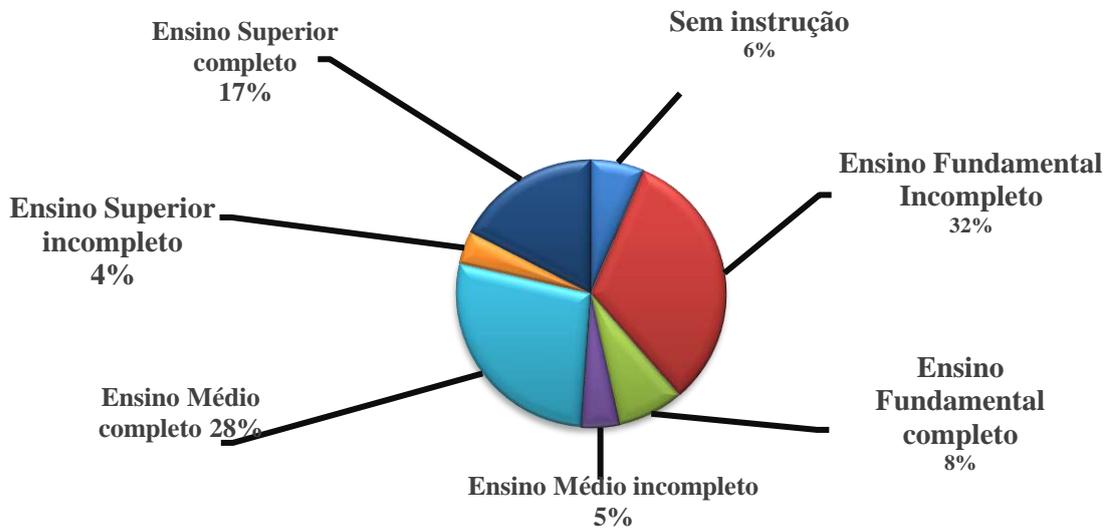
A amostragem do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) aponta esse fato diante da pesquisa realizada, em 2019, representada na Figura 3 e no Gráfico 1, a seguir:

Figura 3 — Amostragem da taxa de analfabetismo, no Brasil (2019)



Fonte: PNAD Contínua (2012-2019).

Gráfico 1 — Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais, no Brasil (2019)



Fonte: PNAD Contínua (2012-2019).

Infelizmente, esta é a realidade vivida pelos brasileiros, portanto, o resgate por uma educação de qualidade implica em superar infinitas barreiras sociais. Muitos movimentos em prol da educação surgiram, porém, ainda não foram suficientes para reverter o quadro atual.

A luta da sociedade perpassa por melhores condições para o aprendizado dos estudantes da EJA e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) surgiu como um gatilho no sentido de ganhar forças para promoção na vida estudantil. Cabe, aqui, compreender de fato como todo esse processo se deu, tendo como base o principal documento que estabelece a educação brasileira.

Homologada há 25 anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996 tornou-se o importante marco na história educacional dos direitos sociais no Brasil, como Estado Democrático de Direito. Entende-se que essas ações políticas estão voltadas para o acesso e permanência de jovens e adultos nos processos de escolarização. Desde a sua vigência, ocasionou mudanças no modo de agir dos educadores, um novo olhar surgiu para a educação, mas muitos aspectos precisam ser compreendidos por parte dos educadores que trabalhavam com os alunos da educação de jovens e adultos.

Não só a LDB, como também o artigo 205 da Constituição Federal define que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, *on-line*). Diante desta afirmação, observa-se que o processo educativo no Brasil deveria exercer o direito social

e subjetivo, abrangendo a todos, independentemente de qualquer condição social, além disso, esclarece a real função da educação na vida das pessoas tornando-as preparadas para o exercício da cidadania, considerando-a como condição para a plena participação da vida em sociedade.

Diante da análise dos registros sobre o processo educacional, voltado para EJA no Brasil, deduz-se que foram décadas conduzidas sob uma visão compensatória, utilitarista, emergencial e descontínua, construída, predominantemente, por um sistema frágil composto sem nenhuma base sólida que deixou a desejar em relação à qualidade do processo educacional. A história da EJA é tão “massacrante” quanto às demais histórias das outras modalidades de ensino, desenvolvida pela articulação de movimentos populares e de trabalhadores na busca da superação do analfabetismo.

Em meio às oportunidades estampadas e impostas, aos poucos, ações metodológicas foram ganhando espaço e se integrando na modalidade da educação de jovens e adultos.

É com a LDB, que a EJA passa a ser vista como uma modalidade de ensino da Educação Básica, o que lhe torna diferente daquela apresentada anteriormente, modificando a impressão deixada, que supera a concepção de oferta aligeirada, compensatória do processo de escolarização. Esse momento é destacado pelas novas configurações do ensino, uma vez que estabelece o direito de jovens e adultos à escolaridade, na concepção de que o Estado é responsável por oferecer um ensino de qualidade para todos, com a garantia do direito à educação de jovens e adultos na modalidade da EJA.

Exercer a cidadania é um direito de todos independente de sexo, idade, cor, distinção social, com isso, a educação de jovens e adultos pode ser concebida como um direito e oportunidade para tal objetivo, e é tida como uma das condições em favor do desenvolvimento da democracia e da igualdade de ascensão para muitos estudantes.

Vale ressaltar que os caminhos percorridos pela EJA no Brasil, em relação às políticas públicas, tiveram poucas instituições interessadas em minimizar o analfabetismo adulto. Quanto a esta questão Haddad (1992, p. 13) explica que

[...] a educação de Jovens e Adultos no Brasil é falar sobre algo pouco conhecido. Além do mais, quando conhecido, sabe-se mais sobre suas mazelas do que sobre suas virtudes. A educação de Adultos no Brasil se constitui muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na época apropriada. É este marco condicionante - a miséria social - que acaba por definir as diversas maneiras de se pensar e realizar a Educação de Jovens e Adultos. É uma educação para pobres, para jovens e adultos das camadas populares, para aqueles que são maioria nas sociedades do terceiro mundo, para os excluídos do

desenvolvimento e dos sistemas educacionais de ensino.

Em consequência disso, ainda existe um déficit educacional no que tange ao segmento a ser atendido, sobretudo, em relação ao analfabetismo. Isso pode ser entendido ao observar as potencialidades das pessoas, assim, é importante frisar que a meta do PNE é que o analfabetismo seja extinto no Brasil, em 2024, prazo este que implica em condições improváveis de concretizar. Vivenciando períodos perturbadores em relação ao ensino e diante deste cenário atual, com mudanças causadas pela “nova” forma de ensinar³ e aprender, a situação ganha evidência.

Os profissionais da educação, diante do cenário social ocasionado pela propagação do vírus da Covid-19, estabeleceram práticas metodológicas inovadoras que, para muitos, tornaram-se distantes de concretizar devido a vários fatores. Os recursos tecnológicos nunca foram pensados como canal para a aprendizagem dos alunos, ter um aparelho (celular/tablet/computador) conectado à internet estava distante da realidade do ensino, bem como dos planejamentos de aulas.

Nesta proporção, o desafio foi lançado, a evasão, que era preocupante, apresentou números mais elevados, os docentes tiveram que encarar mais este desafio e passaram a reinventar os procedimentos metodológicos mesmo sabendo da realidade social. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),

a evasão escolar no Brasil atinge 5 milhões de alunos. Durante a pandemia de Covid-19, esses números aumentaram em 5% entre os alunos do ensino fundamental e 10% no ensino médio. Para os que ainda estão matriculados, a dificuldade foi de acesso, com 4 milhões de estudantes sem conectividade (ALESSANDRA, 2021, *on-line*).

O isolamento afetou muitas famílias disseminando o desemprego e a pobreza, deixando a maioria da população desassistida, sem acesso às tecnologias. Mesmo assim, o ensino teve continuidade e somente quem teve condições seguiu acompanhando as aulas.

De fato, fica evidente que existe uma necessidade urgente de investir em Educação para Jovens e Adultos em todo Brasil, juntamente às populações de baixa renda com algum tipo de deficiência, isso incentivou à qualificação profissional em conjunto ao reconhecimento pessoal.

2.2 Estratégias cognitivas de aprendizagens: educação especial

³ Os anos de 2020/2021 marcados pelo isolamento social devido à pandemia causada pelo Novo Corona Vírus – COVID 19. As pessoas tiveram que se afastar das escolas, passaram a estudar *on-line*, intermediadas pela internet que dificultou o contato presencial com os professores. Quando as condições favoreciam a cada aluno, muitos ficaram de fora nesse processo de aprendizagem.

Cabe aqui uma reflexão sobre as estratégias cognitivas da aprendizagem dos jovens e adultos quando a maioria apresenta características denominadas “crianças adultas”, sem “valor social”. Mesmo diante do desafio em promover a aprendizagem de forma geral, estratégias precisam ser postas em prática. Diante disso, nesta sessão, é realizada uma discussão sobre o fator cognição para que de fato possa compreender como essa atividade se processa.

Uma das características próprias do ser humano é a capacidade de abstração, ela faz do homem, a todo instante, produtor de novos sentidos e significados a tudo que a vida se encarrega de exigir. De fato, se o homem não abstraísse tal significado das coisas que o rodeiam, ele não se adaptaria ao meio devendo partir do concreto para o abstrato.

Para entender o funcionamento cognitivo das pessoas com transtorno intelectual houve a necessidade de caracterizar os tipos e os graus das deficiências que as acometem. Sendo assim, é importante destacar quem faz parte desse processo no âmbito educacional, constituindo um grupo caracterizado como dependente e independente, o qual varia de acordo a sequela apresentada, que está interligada às questões sociais. Segundo o MEC, são:

[...] educandos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: 1. Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; 2. Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências (BRASIL, 2001, p. 43).

Ainda seguindo o pressuposto da identificação desses alunos, a denominação estabelecida por Magalhães (1999), como sendo um grupo de alunos caracterizado por apresentar alguma dificuldade de aprendizagem, eles podem estar no grupo das pessoas cegas, surdos, surdos-cegos, possuir deficiência física não-sensorial, deficiência mental e, até mesmo, deficiência múltipla. Destaca, também, os alunos superdotados por necessitarem de currículos diferenciados pela capacidade de aprendizagem.

Contudo, a Política Nacional da Educação Especial (PNEE) estabelece que os alunos com necessidades especiais são:

[...] aqueles que apresentam deficiências (mental, auditiva, física, visual e múltipla), superdotação ou altas habilidades ou condutas típicas devido a quadros síndromicos, neurológicos, psiquiátricos, psicológicos que alterem sua adaptação social a ponto de exigir intervenção especializada (PNEE, 1994, p. 1).

Diante destas definições, traça-se um panorama sobre as pessoas inseridas no grupo

denominados “deficientes”, isto é, aquelas que além das especificidades destacadas por muitos estudiosos, possuem capacidades intelectuais bem acentuadas, de acordo com suas limitações. Apesar disso, elas podem aprender e simultaneamente fazer a diferença no meio social, pois a interação pode promover o aprendizado quando o indivíduo é estimulado adequadamente.

Há questionamentos sobre como esses alunos processam o pensamento e aprendem em meio a tantos pontos surgidos no espaço social, já que são acometidos de “barreiras” para o aprendizado. Entretanto, as pessoas em condições especiais, como os estudantes da EJA, em decorrência das dificuldades individuais enfrentadas para reingressar na escola, é notável em sala de aula as diferentes épocas de vidas dos educandos, sem a menor condição de serem equiparados aos demais.

A vulnerabilidade sofrida compromete o retorno destas pessoas aos estudos, de modo que isso torna-se uma situação bastante complexa, pois, muitas vezes, esses estudantes são marginalizados pela sociedade, taxados de alunos-problema por não conseguirem avançar nos estudos, mas a realidade é outra e pode ser vista como direitos negados em um período da vida. Isso acaba acarretando dificuldade de aprendizagem e constitui em outro grande problema para os professores que trabalham com essa modalidade de ensino. As dificuldades mais acentuadas podem ser caracterizadas erroneamente como: falta de interesse quanto às atividades escolares, pouca interação com as pessoas de modo geral, dificuldade na identificação das letras, dificuldade na oralidade e na convivência em determinados ambientes.

A dificuldade de aprendizagem dos conteúdos, que no adulto se torna uma questão mais complexa, dificulta a possibilidade de o professor romper com essa barreira, e é importante criar caminhos para evitar a evasão, por isso, precisam de estímulos para sair da condição de excluídos ou marginalizados da sociedade.

O processo de abstração da aprendizagem do indivíduo na idade “normal”, ou seja, no período “adequado” ainda, é uma questão bastante complexa, muitos necessitam de estímulos diferenciados mesmo estando em sala de aula com colegas da mesma idade. Para o aluno que frequenta a EJA, há necessidade de maior investimento por parte do Estado como Instituição participativa, de modo que os professores sejam capacitados para compreender que não se aprende as mesmas coisas da mesma maneira em todas as idades. O aluno com transtorno intelectual e estudante da EJA precisa ser visto como pessoa capaz de superar suas dificuldades.

Paulo Freire (1980), seguindo as mesmas direções dos estudos feitos por Piaget, relata que os homens são seres incompletos e eles sabem disso, vivem em uma realidade ao mesmo tempo inacabada, são seres em desenvolvimento. O processo educacional desses indivíduos perpassa por longos períodos, pois o caráter evolutivo da realidade exige que a educação seja

uma atividade contínua. É um mecanismo que, de fato, requer, tanto do educador como do educando, esforços para as novas aprendizagens.

Marta Kohl (1999, p. 4) aponta que:

[...] é necessário historicizar o objeto da reflexão pois, ao contrário, se falarmos de um personagem abstrato, podemos incluir, involuntariamente, um julgamento de valor na descrição do jovem e do adulto em questão: se ele não corresponde à abstração utilizada como referência, ele é contraposto a ela e compreendido a partir dela, e definido, portanto, pelo que ele não é. O primeiro traço cultural relevante para esses jovens e adultos, especialmente porque nos movemos, aqui, no contexto da escolarização, é sua condição de excluídos da escola regular. O tema da exclusão escolar é bastante proeminente na literatura sobre educação, especialmente no que diz respeito a aspectos sociológicos - relações entre escola e sociedade, direito à educação, educação e cidadania, escola, trabalho e classe social e aspectos pedagógicos ou psico-pedagógicos fracasso escolar, evasão e repetência, práticas de avaliação.

Neste contexto, a aprendizagem está ligada ao estímulo e ao reforço adequado das ações desenvolvidas junto a estas pessoas, ainda que seja o mínimo possível. A aprendizagem na maioria das vezes, é mais lenta, porém, encontrar alternativas ou, até mesmo, ressignificá-la e construí-la deve considerar o contexto concreto de vivência e da prática pedagógica. Isso requer, antes de tudo, apropriação, elaboração de saberes e de fundamentos teórico-práticos.

As funcionalidades da alfabetização e do letramento abrangem a modalidade de ensino nos diversos níveis de aprendizagem e neste contexto, a escolarização na visão inclusiva, voltada para alunos público-alvo da educação especial, é tema de discussão do capítulo seguinte.

3 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O modelo de educação, promovida nos tempos atuais, remete-nos ao ensino inclusivo e estabelece uma relação em que a educação inclusiva, em níveis variados, consiste em uma ação política, cultural, social e pedagógica, na intenção de defender os direitos de todos os estudantes para que estejam aprendendo, participando e, acima de tudo, excluindo o processo da discriminação de todos os meios. Segundo Mader (1997), faz-se necessário estabelecer, no cenário educacional, uma política empenhada na promoção da igualdade pensada com seriedade e responsabilidade. Muitos são os movimentos em prol da educação inclusiva que compreendem ações para o desencadeamento e defesa dos direitos de todos, com participação ativa, nos diferentes segmentos educacionais, que visam a abolir qualquer tipo de discriminação.

O engajamento da educação inclusiva compreende a construção de um paradigma educacional voltado para concepção dos direitos humanos, que procura estabelecer a igualdade e diferença como valores indispensáveis. Para tanto, precisa seguir a ideia de equidade formal, diante das circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A promoção da educação inclusiva partilha de conceitos e ações trazidos pelo sujeito e está pautada no resgate dos valores e de potencialidades. Ela parte da conscientização de todos sobre seu papel na sociedade, que deve agir com respeito diante daqueles que procuram tal modalidade de ensino. O sistema inclusivo é apontado, nas palavras de Bonilla (2005, p. 19), como:

[...] frente à experiência e ao conhecimento antecedente do sujeito ou de uma comunidade, podem ser organizadas, sistematizadas, inseridas no contexto de vida desse sujeito ou comunidade, tornando-se significativas a eles. Dessa forma, os conhecimentos são transformados ao mesmo tempo em que transformam os sujeitos que os produziram, pois abrem-se espaços para outras significações, para novas perspectivas de conhecimento e ação [...].

As formas de aprender seguem o fluxo das experiências adquiridas ao longo da vida, mesmo que os tempos mudem e que os pensamentos sigam novas direções, o conhecimento de mundo continuará valendo para que as pessoas encontrem significados e significantes para suas experiências, que precisam ser compreendidas junto à escola.

Sendo assim, Freire (1991, p. 126) enfatiza que,

[...] você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que

a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos.

O trabalho de preparação não é apenas ensinar ao aluno a leitura e a escrita, vai além desta questão. A principal missão é formar pessoas comprometidas socialmente, e ao conduzi-la para o processo de alfabetização deve-se trabalhar junto ao estudante metodologias inovadoras que possam facilitar o aprendizado, compreendendo que alfabetizar envolve mecanismos políticos.

O Decreto nº 6.094 de 2007, que dispõe sobre os planos e metas a serem seguidas quanto à alfabetização, destaca dois artigos. O primeiro enfatiza sobre o compromisso que todas as esferas do país precisam ter — sem medir esforços, juntamente com as famílias e a comunidade — para destinar melhorias para o bom funcionamento da educação básica. Já o artigo segundo, estabelece a participação da União de forma direta, em certos casos, recebendo o apoio das demais esferas, para que siga as diretrizes e possa estabelecer aprendizagem significativa, com respostas concretas. Por isso, essa alfabetização precisa acontecer no máximo nos oito anos. Este artigo, ainda, estabelece a necessidade de manter programa de EJA.

Muitas são as recomendações pautadas neste decreto, a exemplo do método aplicado no ensino, em que a aprendizagem precisa acontecer para os alunos alcançarem novos horizontes. Segundo Freire (2000, p. 96), é extremamente importante que os professores juntamente com os alunos saibam exercer suas posturas, ela precisa ser “dialógica, aberta, curiosa, indagadora deixando a passividade de lado, tanto para ouvir como para falar”.

A escola precisa ser o local acolhedor das pessoas, capaz de resgatar os princípios da formação social, que discuta a discriminação enfrentada por todos e as dificuldades presentes dentro dos sistemas de ensino. Dessa maneira, fica evidente a necessidade de lutar para exterminar ou controlar determinadas práticas abolindo qualquer tipo de discriminação. Neste contexto, a educação em toda conjuntura assume um papel importantíssimo para superar a lógica da exclusão.

Segundo Carvalho (2002, p. 70), “pensar em respostas educativas da escola é pensar em sua responsabilidade para garantir o processo de aprendizagem para todos os alunos, respeitando-os em suas múltiplas diferenças”. Contudo, para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas, o sistema educacional precisa ser inclusivo, as escolas precisam passar por uma organização estrutural e cultural, com isso, as escolas de classes especiais passam a ser repensadas em função de referenciais próprios para receber todos os alunos, independentemente de qualquer “diferença”.

Os protagonistas do ambiente escolar, professores, alunos, direção, coordenação e demais funcionários, quando postos a exercer a função de trabalhar na escola inclusiva, se deparam com um espaço comprometido e desafiador que deve abranger a melhoria da qualidade no modelo de educação, uma vez que os alunos, mesmo aqueles sem deficiência, terão seus direitos educacionais cumpridos em sua plenitude. Assim, a Instituição precisa aprimorar suas práticas para atender as diferenças. Este será o momento para o desenvolvimento pessoal e intelectual dos alunos.

Vale lembrar que este mérito não compete apenas aos estudantes com deficiência, mas também a todos os estudantes de forma geral, na medida em que a transformação da escola deve ser encarada como um compromisso inadiável e constante, em que a inclusão seja a consequência. Infelizmente, essa é uma prática pouco pensada e exercitada na sociedade.

Investigando o envolvimento da educação no contexto social, Arroyo (2005, p. 221), compromissado com a educação brasileira, destaca os (des)interesses dos dirigentes políticos quando o assunto é ensino na EJA e afirma que:

[...] a educação de jovens e adultos – EJA tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos.

O ensino na EJA ainda encontra obstáculos apesar de ter sido implantado há muitos anos, pois sofre com o distanciamento entre o discurso e a prática. É desolador identificar pessoas incapazes de escreverem o próprio nome, de compreender sinais/códigos apresentados na cidade, de entrar em um supermercado e fazer uso da escolha de determinado produto ou comprar algo que caiba no seu orçamento. Esta é a realidade do estudante da EJA, muitos não chegam a concluir seus estudos e o fator deficiência acaba dificultando a aprendizagem e a participação desses sujeitos na rotina social. A visão da escola perante esses estudantes precisa ser revista e reconhecida por todo sistema educacional, uma vez que os dados do IBGE (2010) apontam mais de 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, o que corresponde a 6,7% da população total, nesta parcela 2,5 é composta por pessoas acometidas com transtorno intelectual destacado nesta dissertação.

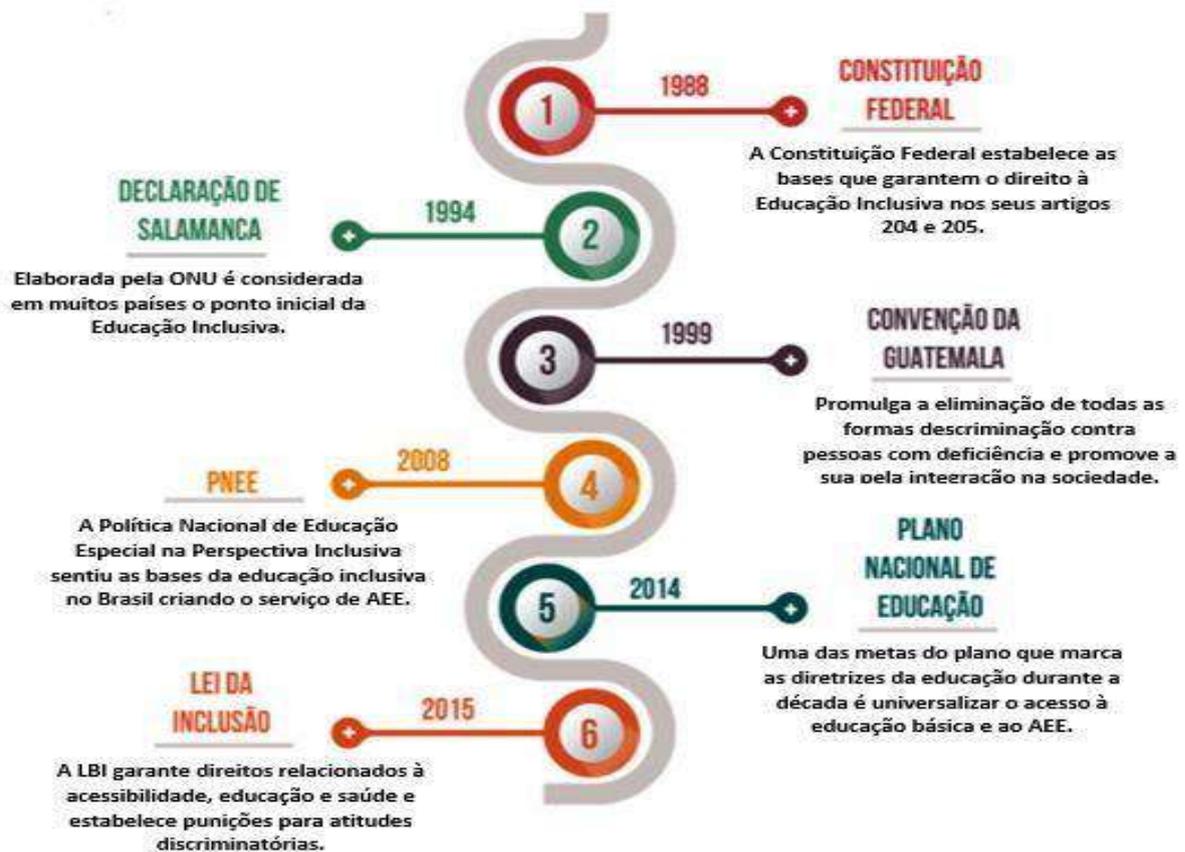
A inclusão destas pessoas vem acontecendo de forma tímida por diversas partes do país, e “[...] ao cidadão, não se pode negar nenhum direito social, muito menos o da educação. A palavra de ordem é democratizar o ensino, proporcionando oportunidades de acesso de todos possibilitando a inclusão social”, ao passo que ser escolarizado faz do cidadão pessoa capaz de

lutar por seus direitos (CAMPBELL, 2009, p. 31).

3.1 Contexto escolar e as Políticas da Educação Especial

As discussões na direção de uma educação inclusiva e consistente, perpassam ações transformadoras em diversas esferas, os estudos acontecem ao longo dos tempos com o propósito de lutar por uma educação inclusiva de qualidade. Mesmo com as garantias regidas pelas políticas públicas, o caminho para conquistar o fortalecimento de ações inclusivas ainda carece de estudos e aplicabilidade. Na busca por oferta de melhores condições de aprendizagens, a sociedade civil organiza questionamentos e leis que possam estabelecer a verdadeira inclusão social. A Figura 4, a seguir, destaca algumas dessas leis.

Figura 4 — Leis da Educação Especial



Fonte: adaptado da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD) (2018, *online*).

A Figura 6 traz um resumo das principais leis que estabelecem as garantias e direitos para as pessoas com deficiência. Dispositivos legais como a Constituição Federal (1988) e a Lei Brasileira da Inclusão LBI (2015) objetivam estabelecer mecanismos para que esses indivíduos

possam fazer parte de maneira igualitária perante as questões sociais. Outras legislações surgiram para complementar e acrescentar as demais, de modo que possa prevalecer os direitos das pessoas com deficiência.

Um período muito acentuado para o desenvolvimento dessas legislações foi a metade da década de 1990, em que a proposta da inclusão de pessoas com deficiência tomou novos rumos, fortalecida com a Declaração de Salamanca, a qual propõe que,

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos... (UNESCO, 1994 p. 8-9).

A Declaração de Salamanca estabeleceu um marco para a Educação Especial, que antes seguia o sistema de ensino comum, durante muito tempo, após a criação desta, novos olhares surgiram. As pessoas com algum tipo de necessidade especial começaram a receber um suporte maior, já os profissionais passaram a atuar com outros olhares perante essas pessoas, oferecendo o apoio necessário no sentido de acolher os alunos de maneira digna.

Não só a Declaração de Salamanca ofereceu este suporte, como também outras leis, decretos e ações estão sempre empenhados na busca de melhores condições para que o alunado, com alguma deficiência, receba um ensino de qualidade. Contudo, é importante salientar que a sociedade, em geral, enfrenta dificuldades mesmo diante dos inúmeros decretos, leis ou documentos formalizados para a busca de melhores condições de atendimento. Assim, a situação torna-se agravante ao adentrarmos nos preceitos da aprendizagem dos alunos da EJA que possuem necessidades especiais, com destaque para aqueles deficientes mentais de grau leve. Estes, por sua vez, são acometidos por fatores importantes, ou seja, ser aluno da EJA e ainda possuir deficiência intelectual são questões que não podem ser negados e pesam muito quando se refere à inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca que: “[...] na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social” (BRASIL, 2008, p. 17). De certo modo, não se pode negar a necessidade do envolvimento do educador, bem como toda comunidade escolar nos mecanismos para uma promoção da inclusão.

O ambiente escolar precisava ser visto como o local de descobertas não só para as pessoas com alguma necessidade especial, mas também para aqueles tidos como “normais”. O

princípio da inclusão, pautado no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), aponta que “todo ser humano tem direito à instrução”, de ir ao encontro da inclusão escolar, em que possa existir a garantia desses direitos, uma vez que o desenvolvimento psicológico das pessoas com necessidades especiais configura um papel importante para compreender essa trajetória.

Ainda sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996) aponta que a inclusão escolar acontece quando existe a garantia de que as pessoas com algum tipo de necessidade especial possam se socializar diante do ambiente escolar, desenvolvendo suas capacidades pessoais, conseqüentemente, aprimorando sua inteligência emocional. A Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso IV) evidencia a necessidade de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, para tanto, estabelece o direito de todos à educação de qualidade, pautada na igualdade com acesso e permanência livre para atuação do bem comum.

As políticas da Educação Inclusiva ganham força com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º e deixa claro que:

[...] os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, *on-line*).

Para a Política Nacional da Educação (PNE), não basta promover uma escola que exerça a inclusão de todas as pessoas, ou seja, a escola tem como principal função direcionar um novo olhar para a diversidade humana, promover um atendimento acolhedor de forma humanitária.

O Decreto nº 3.956/2001, que rege sobre a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil, estabelece que todas as pessoas, com algum tipo de deficiência, devem ter os mesmos direitos quanto às demais, e quando esses direitos são extrapolados se configura discriminação/exclusão podendo impedir ou restringir ações que configurem liberdade por parte destas pessoas. Estabelece, também, que “as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2002, *on-line*).

Nesta perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), de 2015, enfatiza que a deficiência em si não “incapacita” as pessoas, o que as torna assim são as características associadas ao corpo humano, intermediadas pelo ambiente em que estão inseridos.

A visão que a sociedade demonstra perante este indivíduo acaba tirando destes a capacidade de se tornar humano, apesar das barreiras e obstáculos, ou mesmo pela ausência de apoios. De certo modo, para garantir a concretização dos direitos das pessoas com deficiência é preciso reconhecer sua identidade, bem como prover os recursos necessários para possibilitar sua plena e efetiva participação.

As práticas de exclusão que ocorrem dentro e fora da escola precisam ser banidas para priorização do respeito pela igualdade de direitos, que é primordial tanto no ambiente social como no educacional. Os documentos formalizados, até o presente momento, dão conta de que a educação inclusiva deve ser vista como o principal meio de combater a discriminação, seja dentro ou fora da escola, uma vez que o conflito ocasionado pela “diferença” pode levar a sociedade ao abismo e ao retrocesso, apesar das conquistas já alcançadas.

O discurso em torno da Educação Especial remonta a uma trajetória que faz recortes em tempos e espaços determinados. É povoado por muitos objetos e sujeitos que dão tons e intensidades às coisas ditas. O que nos interessa é o olhar crítico, o estranhamento do cotidiano, expondo recortes de tempo. Neste sentido, damos visibilidade a emergência dos discursos sobre inclusão, ainda na compreensão de integração social da pessoa com deficiência. Esta sofreu várias adequações até chegar à forma que a conhecemos hoje, uma inclusão com condições de acessibilidade (TEIXEIRA, 2019, p. 42).

Como aponta Teixeira (2019), a concretização da inclusão das pessoas com deficiência, deve se dar não como favor ou dever a ser cumprido, mas pela incontestável valorização e reconhecimento dos direitos à acessibilidade não apenas curricular, mas em todas as dimensões.

A escolarização dos adultos com deficiência é necessária e urgente, pois muitos desses alunos são discriminados pela sociedade, deixam de estudar, abandonam seus sonhos por acharem que não são capazes de seguirem em frente. É importante destacar que tempos atrás a Educação Especial era constituída como um modelo voltado para um olhar clínico, ou seja, acabava rotulando as pessoas como incapazes de realizar qualquer ato, ignorando suas estruturas sociais, bem como limitando a participação em determinadas situações. Desde a inserção destes estudantes no ambiente escolar, passou a haver a “segregação” das pessoas com algum comprometimento intelectual, pois, elas frequentavam as escolas de forma “misturadas” com outras que tinham comprometimento diferenciado, o que dificultava o aprendizado em ambos os contextos.

O processo da educação escolar não era considerado como primordial e necessário, mesmo se o indivíduo apresentasse a menor condição cognitiva e/ou sensorial da deficiência, ele era visto no todo. A alfabetização destas pessoas era exercida sem grandes expectativas, uma vez que, para muitos, a capacidade era limitada, de modo que não eram vistos como pessoas que

apresentavam competências e habilidades na execução de tarefas escolares.

Toda essa trajetória proporcionou lutas, que até os tempos atuais acontecem na intenção de alavancar uma educação inclusiva de qualidade, além de promover um atendimento igualitário de acesso e permanência. As escolas, sejam elas públicas ou privadas em todos os níveis educacionais, têm a função de oferecer às pessoas um atendimento sem discriminação, sem exclusão e que consiga propiciar seu desenvolvimento.

3.2 Um olhar para a inclusão escolar

O processo de inclusão escolar remete à criação de possibilidades de uma aprendizagem comprometedora e significativa para que o indivíduo possa participar de forma interativa na promoção social. Conviver com o “novo”, com o “diferente” estabelece um sentimento de angústia, em algumas pessoas, de incapacidade de agir e compreender os questionamentos propostos pela educação inclusiva que exige de nós ações conscientes impondo olhares inclusivos. Só assim ocorrerá, de fato, a inclusão no âmbito social e educacional.

A inclusão escolar das pessoas com deficiência abrange um direcionamento de organização do sistema educacional para que garanta o acesso, promova a permanência, conseqüentemente, condições para que a aprendizagem aconteça. Ao estabelecermos um novo olhar sobre a educação inclusiva, bem como sobre a educação de jovens e adultos com alguma deficiência, são criadas possibilidades no ensino que os tornam capazes de trilhar novos caminhos, não só no processo educacional, como também em outros aspectos.

Nesse contexto, a escola, de fato,

[...] institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (CANIVEZ, 1991, p. 33)

Isto posto, é na escola que o processo de inclusão deve ganhar um diferencial, pois lá encontram-se alunos em séries e idades variadas, pessoas com realidades diferentes, de costumes próprios que acabam por vivenciarem um contato mais próximo. Tal contato é intermediado pela instituição escolar, por isso, a sociedade deve estar preparada para uma educação inclusiva, desde a educação infantil até os anos finais, de modo que estes ensinamentos sejam carregados para toda a vida.

A função da escola é mais que ensinar conteúdos, pois ela deve buscar encaminhamentos

para promover a inclusão, a qual precisa ser uma prioridade do Projeto Político Pedagógico (PPP) que deve especificar as ações a serem seguidas. É importante destacar que não basta adaptar a escola para receber o educando com alguma necessidade especial, pois a devida preparação do corpo docente vai muito além disso. Deve-se buscar rever o PPP da escola, as ações dos professores, assim compreender como o aprendizado do aluno se processa, para estabelecer relações de empatia perante os colegas.

Diante disso, o corpo docente precisa ter consciência da função que exercerá no desenvolvimento destas pessoas. Mantoan (2005, p. 26) deixa claro que "a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecer o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino". Espera-se a flexibilização escolar, no que tange ao currículo, para que o aluno se sinta acolhido e não excluído perante toda classe.

O Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité (CEEEEC), caracteriza-se como:

[...] um dos instrumentos de identidade da instituição de ensino, possibilita transformar em realidade social o compromisso de fazer com que a educação com qualidade seja de fato, um direito de todos. A identidade desta instituição reflete os princípios norteadores do projeto e reafirma na prática educativa cotidiana com os alunos, o compromisso com a conquista dos direitos e cidadania da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista – TEA, transtornos específicos da aprendizagem e altas habilidades/ superdotação (PPP - CEEEC, 2018, p. 06).

Neste contexto, a função da escola precisa estar voltada, em linhas gerais, ao que os documentos elaborados por profissionais conhecedores das questões educativas. O PPP surge como documento norteador que impulsiona inúmeras ações. Por isso, quando é conhecido e explorado no ambiente escolar, ele engloba mudanças em nossos atos, na compreensão de como o sistema educacional funciona nas suas particularidades.

A Política de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, enfatiza que:

[...] o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. [...] Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2008a, p. 01).

Tendo em vista que as ações, praticadas dentro de uma Unidade Escolar, desencadeiam uma série de questões reveladoras, todas as pessoas envolvidas neste processo transportam

consigo valores, isso pode ajudar na construção de culturas inclusivas, bem como na abolição da desmotivação, do fracasso escolar e do abandono. A educação é um bem que merece seu devido valor, independentemente da modalidade em que se atua.

3.3 Cidade e leitura

Compreender a cidade como elemento para promoção da leitura é muito importante, na medida que a relação de conhecimento dos aspectos visuais, sonoros, dentre outros, podem auxiliar no desenvolvimento cognitivo das pessoas com deficiência intelectual. Este fator vem sendo observado nas execuções das aulas em que os alunos do CEEEC sentem a necessidade de exaltar lugares como os estabelecimentos comerciais, as festas, as pessoas que vivem em Caetitê demonstrando grande interesse pelo cotidiano. A oportunidade para estabelecer a aprendizagem fica evidenciada, de modo que os ajustes precisam acontecer. Para entender melhor esta ligação é preciso definir a cidade. Segundo Carlos (2007, p. 11),

[...] a cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

A cidade carrega fatores com inúmeras possibilidades de exploração, não apenas no campo da Geografia, mas também dos aspectos lexicais, visuais, sonoros. Quando surge a palavra cidade, logo, imagina-se o espaço ocupado por pessoas, conseqüentemente, sua localização, se é distante ou próximo, revelando como referência. O presente estudo vai além da localização ou história, ele procura olhar a cidade como elemento somatório para a aprendizagem dos alunos da EJA público da educação especial.

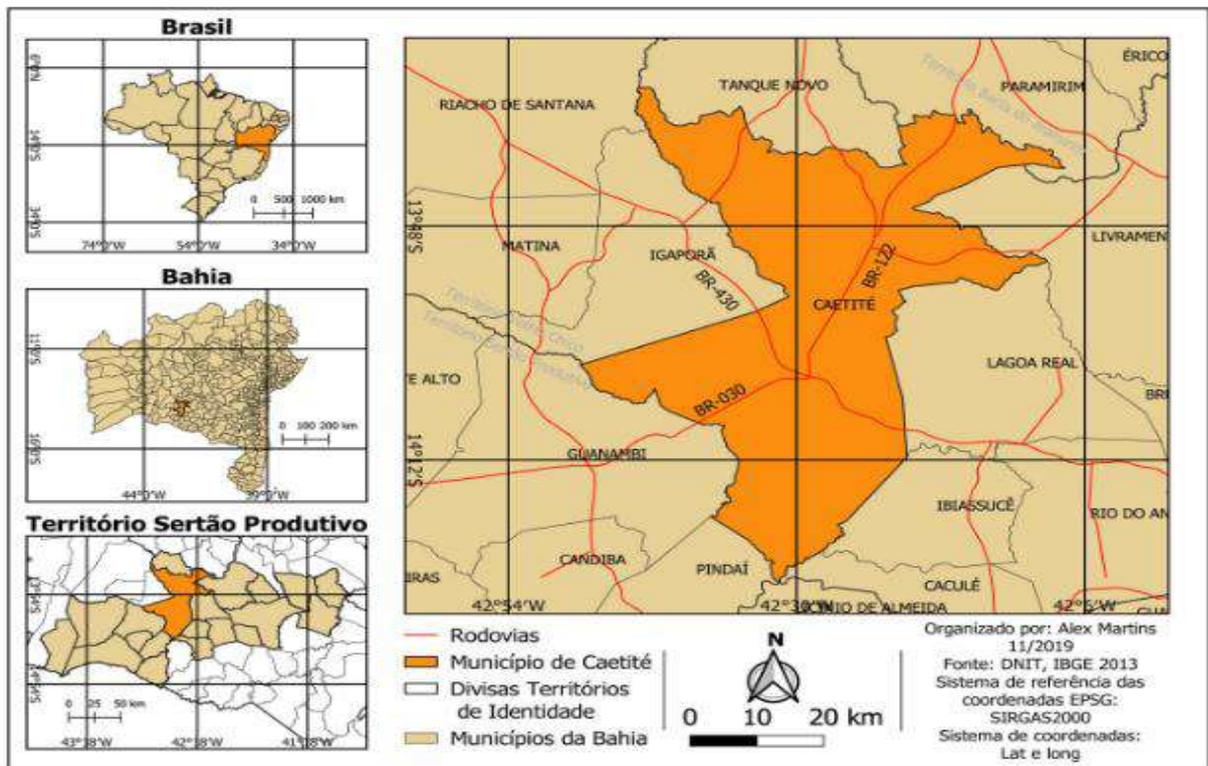
Diante desta afirmação, o olhar sensível pode “perturbar” os pensamentos e impor uma diferente maneira de compreender e interpretar o espaço que nos rodeia no entendimento do que somos e fazemos parte. Assim, o espaço vivido pode ser explorado não só ao caminhar entre ele, no sentido de colocar os pés, mas com os olhos e o corpo inteiro. O olhar, que concomitantemente explora, também mobiliza os outros sentidos, conseqüentemente, o corpo.

É imprescindível estudar a cidade enquanto lugar de vivência, pois ela ajuda o estudante conhecer a história dos lugares, as condições em que se inserem, as possibilidades de aprendizagens, ou seja, a cidade apresenta marcas que revelam características próprias, ainda

que cada cidade esteja atravessada por questões globais.

O espaço a ser utilizado como recurso e proposta para levar aos alunos a uma aprendizagem significativa está localizado no Nordeste Brasileiro, como está representada na Figura 5, a seguir, na região Sudoeste do Estado da Bahia. A cidade de Caetité localizada a 645 quilômetros da capital do Estado, Salvador, com uma população de aproximadamente 51.184 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2020 (IBGE).

Figura 5 — Território e Identidade do Sertão Produtivo: Município de Caetité



Fonte: Santos (2020, *on-line*).

Caetité apresenta uma diversificada arquitetura, de carros, de gente, de problemas e de surpresas a cada metro quadrado, onde a troca de informações é possível e fortalece a sociedade do conhecimento em meio aos ensinamentos estampados em cada morador, na moda, nas faixadas, nos símbolos e tantos outros elementos. Este espaço configura-se como um livro passado por gerações que ganha nova roupagem a cada tempo e, o mais importante, é que ele é lido por seus habitantes o tempo todo. Transmite significados para a composição de textos mesmo quando os registros não venham em palavras escritas. Assim, a cidade é fonte da memória das gerações antepassadas, um lugar de viagem e de criação.

Figura 6 — Caetité e suas representações –Praça da Catedral



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/95478/pracadacatedralpordayseteixeira/caetite/>

Figura 7 — Caetité e suas representações – Centro Administrativo



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador (2022).

As possibilidades estampadas nas Figuras 6 e 7, podem ser exploradas em diversos aspectos em sala de aula como: cores, texturas, leitura, escrita, localização dentre tantas outras.

O cotidiano é fator corriqueiramente relatado pelos estudantes com deficiência intelectual na EJA. No Centro de Educação Especial, algo observado durante as aulas de informática educativa, alguns estudantes muitas vezes expressam sem lógica, relatando fatos sem sequência, tornando impossível entender o começo, meio e fim. Uma grande dificuldade é a localização, observa-se que ao relatar o percurso para chegar até suas casas eles fazem confusão.

É importante destacar que no âmbito da leitura e da escrita, os alunos reconhecem os locais como lojas, farmácias e fazem associações às atividades intermediadas pela imagem ou pelo serviço prestado à população. Muitos não conseguem pensar na localização de determinado estabelecimento levando em consideração a forma escrita. Pensam logo na imagem, nas cores ou em espaços mais próximos.

Cada estudante traz consigo a leitura da cidade considerando os referenciais individualizados nos aspectos ímpares, transmitidos pelos familiares. A composição de atividades que resgatem a cultura, o saber em diversas esferas perante a cidade possibilita que se sintam parte dela e possam usufruí-la, integrando-se ao contexto de forma cultural, política e social.

Muitas questões precisam ser exploradas pela ação pedagógica, a escola deve comprometer no sentido de levar, ao aluno, mecanismos diversificados para a promoção da aprendizagem, porém, como já destacado, ainda existem barreiras a serem vencidas.

3.4 Desafios da escola inclusiva para ler a cidade

Cada aluno apresenta características próprias, carrega talentos, interesses e desejos únicos, muitos preferem estudar matemática, outros se interessam por questões sociais, ambientais e tantos outros. Cada um, com seu jeito de ser, pensar e agir tem trajetória de vida singular, com diferentes condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais, porém, essa diversidade não é abarcada pela escola que na maioria usa métodos rígidos a serem seguidos por todos, sem exceção. Neste universo, o processo de inclusão torna-se um desafio diante das diversidades, de modo que o respeito às diferentes formas e ritmos de aprendizagens devem ser entendidos como pauta constante para assegurar a participação de todos e, concomitantemente, atender as especificidades de cada um.

O processo do ensino na educação especial, no quadro da perspectiva de uma educação inclusiva, propõe novos rumos a serem seguidos, ele procura abarcar desafios e invenções com o propósito de alcançar uma melhor forma de ensinar. Tudo isso acontece para “facilitar” a compreensão de certos conteúdos perante a pessoa com comprometimento intelectual diante de tantos obstáculos a serem enfrentados. Assim, busca-se compreender qual o papel da escola na vida destas pessoas, pois muitos deles não conseguem assimilar ou decodificar símbolos para promoção da leitura e da escrita.

De acordo com Freire (1997, p. 77),

[...] é preciso que, ao respeitar a leitura de mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa. E a curiosidade assim metodicamente rigorosa faz achados cada vez mais exatos. No fundo, o educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica.

Partindo desta questão, a escola inclusiva necessita resgatar os valores trazidos pelos estudantes, investigar como o processo de aprendizagem pode ser concretizado. Além disso, traçar meios e métodos para abordar e leva-los a compreender, de forma lúdica e por diversas maneiras, o exercício da leitura e da escrita, sendo indispensável torna-los agente ativo no âmbito social.

De acordo com Bamberger (1988), a promoção na decodificação, ou seja, quando a leitura se faz presente na vida das pessoas, todo o processo de vida segue rumos promissores, não existem fronteiras para estas pessoas, elas viajam em todos os sentidos, no passado ou no presente, até mesmo, no espaço cósmico, visto que vão descobrindo novos caminhos, conhecendo melhor suas vidas e adentrando nas dos outros. O domínio da leitura representa um mecanismo de promoção crucial para o avanço da aprendizagem do ser humano, independentemente do nível, é por meio dela que acontece o enriquecimento do vocabulário, obtenção de conhecimentos, dinamização do raciocínio e da interpretação.

Selma Inês Campbell, no seu livro *Múltiplas Faces de Inclusão*, define muito bem o que seria o aprendizado para as pessoas com necessidades especiais,

[...] a aprendizagem é influenciada pela inteligência e pela motivação, em que o estímulo, o impulso, o reforço e a resposta são os elementos básicos para o processo de fixação das novas informações absorvidas e processadas pelo indivíduo, sendo que cada pessoa apresenta um conjunto de estratégias cognitivas que mobilizam o processo de aprendizagem e aprende, a seu modo, e estilo e o ritmo (CAMPBELL, 2009, p. 71)

O ritmo da aprendizagem deve ser regido pelo aluno e não pelo professor, este último deve agregar sentido ao estudante, mediante o uso de diversos mecanismos de intervenção. Nesta troca de experiência surge a cidade como geradora de descobertas na intenção de resgatar os caminhos da aprendizagem das pessoas.

Os elementos que compõe a cidade podem ser utilizados como instrumentos na promoção da aprendizagem dos estudantes da EJA inseridos na educação especial, uma vez que muitos utilizam dos espaços urbanos para o lazer, para a comunicação, para a descoberta do novo, e como local de convivência. De certa forma, a cidade transmite à sua população termos que

precisam ser compreendidos, lidos e interpretados e que, muitas vezes, passam despercebidos.

Partindo desta visão, a geografia da cidade de Caetité pode revelar uma infinidade de objetivos para o estudante da EJA por meio das suas imagens. De fato, compreender o local destinado às vivências também faz parte do nosso aprendizado e na busca desse conhecimento, encontram-se além dos aspectos geográficos, componentes para o aprendizado podendo acontecer por meio de recursos visuais, sonoros, históricos, dentre outros, extrapolando o desenvolvimento do indivíduo letrado, que lê o contexto que o cerca. Nesta linha de pensamento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em Geografia/Ensino Médio, destaca:

[...] deve buscar um modo de transformar indivíduos tutelados e infantilizados em pessoas em pleno exercício da cidadania, cujos saberes se revelem em competências cognitivas sócio afetivas e psicomotoras e nos valores de sensibilidade e solidariedade necessários ao cumprimento da vida neste país e neste planeta (BRASIL, 1999a, p. 62).

Diante disso, é de fácil compreensão que, a cidade engajada no propósito de levar as pessoas para entender o espaço que o cerca, promoverá o sentimento de luta por dias melhores, já que seus moradores se sentirão dispostos a aprender diante das possibilidades de envolvimento do raciocínio geográfico do aluno, o qual pode ser associado ao conhecimento de outras áreas, que leve à estimulação. O reconhecimento do espaço vivido é relacionado de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como:

[...] uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BNCC, 2018, p. 359).

Esses mecanismos de “luta” entre as pessoas que querem resgatar seus valores sociais e educacionais precisam ser revistos, contudo, muitos não sabem a quem recorrer, seja por questões emocionais, sociais e, até mesmo, de saúde mental.

Nesta dimensão, a linguagem visual integrada às Tecnologias da Informação (TICs) fortalece a alfabetização de maneira que as imagens reveladas pela cidade traçam o perfil de quem faz parte do cenário. Assim, a aprendizagem vai acontecendo por intermédio da emoção, da forma, das cores, da representação e tantos outros aspectos que são e estão dispostos diante de nós. O Projeto Político Pedagógico do CEEEC (2018) define como os recursos tecnológicos

devem ser explorados,

[...] o computador – munido de programas e/ou softwares apropriados - é o principal recurso destinado a proporcionar ao educando o desenvolvimento de suas aptidões. A metodologia adotada visa o desenvolvimento do senso crítico por intermédio de atividades lúdicas que impulsionam a criatividade e a construção do conhecimento, a autoconfiança e o estabelecimento de relações sociais e educacionais, tão necessárias para a conquista da autonomia e a concretização das políticas inclusivas (PPP/CEEEEC, 2018, p. 97).

A organização dos atendimentos aos alunos do CEEEC com transtorno intelectual é estabelecida por núcleos, um deles é a informática acessível. Durante as aulas, muitas atividades lúdicas são propostas aos alunos além de direcioná-los ao uso correto das ferramentas digitais. O próprio PPP esclarece a existência deste Núcleo, de modo que destaca suas aplicabilidades. Todo trabalho é voltado para uma aprendizagem concreta, em que os alunos podem exercitar diversas áreas do conhecimento.

De acordo Freire (1982), a alfabetização de adultos deve partir do estímulo e da inserção do adulto iletrado no contexto social e político que esse indivíduo faz parte, com isso, estabelecer a verdadeira transformação social. A leitura é um mecanismo que, de várias formas, sempre está presente em nosso cotidiano, seja em visita ao supermercado que exigem a leitura nas embalagens dos alimentos, na nota fiscal recebida após a compra, nas ruas com os sinais de trânsito, nos nomes dos estabelecimentos comerciais e tantos outros recursos.

Uma observação frequente entre os estudantes da EJA com transtorno intelectual é a incapacidade de assinar o próprio nome, fazendo uso de recurso digital como identificador da assinatura, a reprodução do nome, a identificação por meio da escrita, faz do indivíduo reconhecido socialmente. O prazer da reprodução complementa a valorização.

A cidade com suas particularidades acaba influenciando na vida de todos que dela fazem parte e a pessoa com deficiência intelectual precisa estar envolvida nesse processo, tanto em relação do acesso ao ensino, como na assimilação dos conteúdos pelos aprendizes. Compreender o letramento sem estabelecer uma relação com os símbolos representados pela cidade engloba fatores bastante complexos, assim, o estudante com deficiência ficará de fora deste processo e a oportunidade de assimilar a leitura e a escrita ficarão desfocados. Por isso, é necessário que os indivíduos integrem e compreendam sua vivência na cidade, para que possa ter a liberdade de escolha sem sofrer com a exclusão.

Obviamente, existem muitos meios que podem promover as habilidades da leitura e da escrita, independentemente de ter ou não alguma deficiência, sobretudo, mediante práticas diferenciadas, seja considerando fatores da cidade ou outros temas a serem explorados. Neste

sentido, cabe defender a aplicabilidade das tecnologias no ensino, para que sejam incorporadas diversas formas de ensinar. O professor e todo corpo pedagógico precisa estar comprometido com as inovações surgidas a todo tempo.

A escola, diante das diversidades recebidas e das características do ambiente vivido pelo aluno, precisa criar sentido para comportar diversos saberes, abrir possibilidades e permitir a participação de todos. A inovação no ensino ganha nova roupagem ao considerar as possibilidades trazidas pelas TICs para o enriquecimento das ações metodológicas junto ao estudante da EJA com transtorno intelectual, questão bastante discutida no meio social. O próximo capítulo visa a apresentar o desenvolvimento das habilidades cognitivas amparadas pelas tecnologias.

4 A INTER-RELAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA COM AS TICs NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As ferramentas de comunicação e de informação, chamadas tecnologias digitais, surgem com o propósito de potencializar a compreensão do indivíduo na busca pelo desenvolvimento dos órgãos do sentido, como visão e audição. Tal perspectiva se apresenta como multissensorial, visto que constroem novas interfaces na intenção de ensinar e o aprender. Esses mecanismos são confrontados com o ensino tradicional para estruturar um novo processo educativo.

Reflexões sobre a relação entre a leitura e escrita dos estudantes da Educação Especial, intermediada pelas tecnologias digitais, são muito importantes e pertinentes para o cenário atual. Muito tem sido falado acerca do uso das tecnologias para promoção das pessoas no cenário educacional, ou mesmo profissional, em ambas as áreas ela funciona como agente transformador, que invade todo nosso campo habitável. Para Oliveira e Moura (2015, p. 89):

TIC é um conjunto de recursos tecnológicos que, se estiverem integrados entre si, podem proporcionar a automação e/ou a comunicação de vários tipos de processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica, na área bancária e financeira, etc.

O campo da Tecnologia da Informação e Comunicação quando visto pelo ângulo educacional pode trazer possibilidades para as intervenções pedagógicas e perfazer uma ligação entre a leitura e escrita que podem ser explorados em conjunto com os estudantes. Neste sentido, é necessário destacar a inter-relação entre esses recursos e a aprendizagem dos alunos da educação especial no que se refere à aquisição dos mecanismos supracitados.

Em um cenário de muitas mudanças, o termo tecnologia, de forma geral, refere inovações, revolução ou progresso. Segundo Kenski (2003, p. 22, grifos do autor), “[...] “tecnologia” reflete em muitas situações produzidas pelo ser humano e vai além das máquinas. O referido autor ainda destaca que,

[...] na atualidade, o surgimento de um novo tipo de sociedade tecnológica é determinado principalmente pelos avanços das tecnologias digitais de comunicação e informação e pela microeletrônica. Essas novas [sic] tecnologias – assim consideradas em relação às tecnologias anteriormente existentes –, quando disseminadas socialmente, alteram as qualificações profissionais e a maneira como as pessoas vivem cotidianamente, trabalham, informam-se e se comunicam com outras pessoas e com todo o mundo.

Essa visão de mundo globalizado determina as habilidades que devem ser promovidas frente às inúmeras possibilidades trazidas pelas tecnologias, pelo emprego, pela maneira de vestir, pelas produções alimentícias, pelo consumo em geral, enfim, a vida é de certo modo

“comandada” pelas inovações tecnológicas. Compreender melhor o caminho da modalidade EJA regido pelas tecnologias propõe, aos estudantes, maneira diferente para ter contato com a leitura e a escrita. Decerto, a linguagem escrita, os números e o pensamento podem ser considerados um meio tecnológico que vêm se aprimorando.

As transformações acontecem na sociedade rapidamente e o acompanhamento em tempo real fica quase impossível, pois o ritmo acelerado das mudanças, assim o crescente avanço das tecnologias de informação e de comunicação acabam promovendo múltiplas maneiras de ver o mundo e compreender como tudo acontece. Fazer uma inter-relação entre as tecnologias e a aprendizagem na sala de aula, para muitos educadores, apresenta-se como desafio, provocando impactos no fazer pedagógico que deixam muitos profissionais desacreditados no seu uso. Em muitos casos, existe resistência para incorporação das tecnologias como facilitadoras da aprendizagem ou o medo da substituição do profissional.

Behrens (2000, p. 103) informa que:

[...] as tecnologias e as metodologias incorporadas ao saber modificam o papel tradicional do professor, o qual vê no decorrer do processo educacional, que sua prática pedagógica precisa estar sendo sempre reavaliada. A inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento e levem à produção do conhecimento.

Vê-se um meio para que o professor explore a criatividade, aprimore as habilidades metodológicas que integrem o fazer tradicional como o caminho para criar novas possibilidades, uma vez que os mecanismos a serem aplicados não devem desprezar os conhecimentos da formação inicial. A tecnologia vem sendo analisada como um caminho para conseguir que o aluno aprenda.

Interligar o processo educacional com as TICs promove descobertas de caminhos e de diferentes maneiras para o ensino ser executados. Uma simples ferramenta, como os *smartphones*, ele abrange a maioria das pessoas com conteúdos recebidos das mais diversas formas, seja em áudios, vídeos, fotografias ou textos. O contato com essa diversidade de informações leva o indivíduo a adentrar no mundo da leitura e da escrita.

Na composição desse cenário, o processo é, de certa forma, longo e desafiador, dada sua diferença em relação à situação vivenciada neste milênio e a pré-história, quando as tecnologias já existiam, mas com outra roupagem e mais rudimentares, como o uso de símbolos que permitiram compreender parcialmente os períodos passados. Os livros didáticos de História retratam com grandiosidade o avanço das tecnologias. O desenvolvimento tecnológico, apesar das disputas entre as nações, melhora as condições de vivências alargando as possibilidades

para toda humanidade.

Relacionar as TICs ao aprendizado do estudante da Educação Especial faz refletir sobre o tratamento que essas pessoas recebiam no século XIX, conforme afirma Pessoti (1984, p. 3), “crianças com deficiência física ou mental eram tidas como anti-humanos, o que justificava sua exclusão ou abandono”. Elas não tinham nenhuma perspectiva de vida. Contudo, houve evoluções no tratamento destes diante das condições sociais, sobretudo em razão do acompanhamento de profissionais capacitados em diferentes áreas do ensino ou da saúde, os quais procuram buscar formas de amenizar as dificuldades encontradas por eles. Essa evolução “caminha” junto às oportunidades trazidas pelas TICs.

A leitura e a escrita estão diretamente engajadas com as novas tecnologias, o professor precisa estar atento quanto ao surgimento das novas metodologias para que o aprendizado do aluno ganhe significado. Entretanto, é importante destacar a necessidade do discente refletir sobre suas ações, para não colocar a tecnologia como fator principal do ensino, como afirma Dias (2008, p. 227),

[...] o uso das tecnologias não garante, por si só, que a educação será realizada com base na hipertextualidade, interatividade e intertextualidade, aqui defendidas como estratégias para o trabalho com textos extraescolares. Faz-se necessário muito mais que tecnologias, para que se desenvolva uma educação que preserve a autonomia do educando e promova experiências de leitura de mundo.

Dias (2008) deixa claro que os mecanismos tecnológicos não podem se configurar como o único recurso para que o educando consiga estabelecer uma ligação do que é visto, com o que necessita assimilar, pois outras ações ou recursos precisam ser explorados. Este contexto enseja a promoção do acesso dos sujeitos com deficiência mental ao universo das TICs, mais especificamente, o uso da informática, visando o desenvolvimento de suas potencialidades e do direito à cidadania, desde que a informática não seja meio primordial para difusão do conhecimento. O mediador (professor) precisa compreender inúmeros fatores como: sociais, econômicos, afetivos, pedagógicos e familiares para que progrida nos estudos.

Vale salientar que diante das explicações anteriores, o saber das pessoas com transtorno intelectual que frequentam a EJA não é mais nem menos importante em comparação aos demais, eles são necessários tanto quanto, diante disso, as tecnologias podem incrementar este processo.

4.1 Possibilidades das TICs diante do cenário educacional

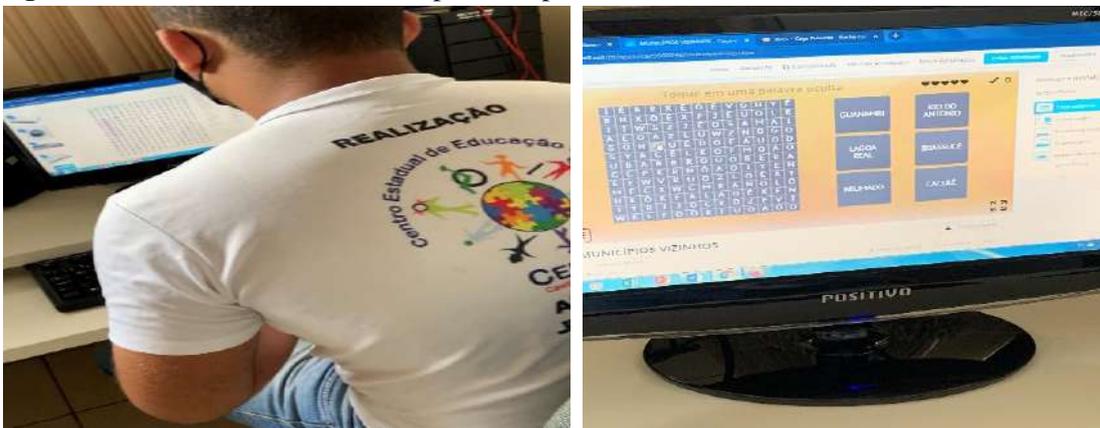
O ensino de qualidade no cenário educacional apresentado necessita ser pensado em uma composição sólida e convincente, ressaltando as possibilidades ofertadas pelos recursos tecnológicos, com os quais as pessoas podem conquistar novas descobertas. Neste sentido, o Sistema Educacional Brasileiro em conjunto com as Tecnologias da Informação e Comunicação TICs possibilitam a criação de um cenário educacional mais atraente quanto à aprendizagem dos educandos, bem como facilita a prática dos professores. Para Bruzzi (2016, p. 480), as ferramentas da tecnologia junto à sala de aula

[...] favorecem novas formas de acesso à informação e comunicação, e amplia as fontes de pesquisa em sala de aula, criando novas concepções dentro da realidade atual, abrindo espaço para a entrada de novos mecanismos e ferramentas que facilitem as ligações necessárias a fim de atender ao novo processo cognitivo do século XXI.

O potencial interativo propiciado pelo uso das tecnologias oferece ao professor uma infinidade de possibilidades para melhorar o funcionamento do aspecto cognitivo das pessoas, visto que as informações trazidas pelas tecnologias digitais possibilitam a inclusão nas diversas modalidades de ensino. Conforme já mencionado, não se aplica os recursos tecnológicos voltados para o ensino da informática apenas como fonte principal de conhecimento, mas ele deve ser integrado aos conteúdos de forma interdisciplinar, na intenção de aprender pela intermediação.

Na prática, com o uso das TICs para intermediar ações junto aos alunos do CEEEC com transtorno intelectual, busca-se desenvolver diversas habilidades proporcionadas pelo computador, em certos momentos, em conjunto com a internet. Na Figura 8, um aluno do CEEEC executa um jogo caça-palavras personalizado com nomes de cidades vizinhas à Caetité, aproximando suas potencialidades no âmbito do conhecimento.

Figura 8 — Atividade intermediada pelo computador



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador (2022).

As oportunidades viabilizadas pela execução deste jogo, implicam em aguçar no aluno o desejo de desvendar a palavra procurada, fazendo com que ele junte as sílabas e consiga realizar a leitura, ao mesmo tempo em que pode trabalhar a localização da cidade. Com isso, é possível expandir outros conteúdos, como a pesquisa na internet, pois dependendo do desenvolvimento cognitivo, a atividade pode avançar. Todo planejamento tendo este jogo como exemplo, parte de observação criteriosa sobre o aluno. Desta feita, os conteúdos são traçados, organizados no PDI e aplicados ao longo do ano, com possibilidades de ajustes necessários. Toda esta ação é pensada individualmente.

Ao mencionar a intermediação entre as disciplinas e as TICs, compreende-se que as escolas precisam entender a necessidade de formar/disponibilizar aos docentes meios de aprendizagem e formação continuada. Portanto, precisam encorajar estes docentes quanto ao empenho para integrar esses recursos na sala de aula, uma vez que eles podem ser utilizados nos trabalhos extracurriculares ou como complemento didático nas disciplinas.

A promoção da igualdade dos alunos, diante dos conteúdos ligados às TICs, abrange as chamadas tecnologias assistivas⁴ com equipamentos, estratégias e serviços ligados à aprendizagem. Diversas opções são oferecidas, principalmente pelo computador, mas podem ser explorados em outros dispositivos.

As TICs, em conjunto com os conteúdos aplicados por docentes estudiosos sobre, favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento, o que pode oportunizar o domínio de conteúdos diversos, bem como a partilha de conhecimentos. Elas ganham destaque no cenário educacional brasileiro com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, abrange todo o Estado Nacional e deu maior autonomia para tratar sobre a educação. Neste entendimento, trouxe mudanças, uma delas foi o uso das tecnologias no ensino.

Na escola, o fortalecimento do emprego dos recursos tecnológicos na sala de aula e na formação de professores ganharam destaque com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que procura determinar as diretrizes do que deve ser ensinado em toda a Educação Básica, compreendendo desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio.

Nestes termos, a BNCC destaca o papel fundamental das tecnologias, de forma que um dos seus pilares é a cultura digital, a qual precisa ser inserida no processo de ensino e aprendizagem. Em destaque, no documento, duas competências gerais estão relacionadas ao uso da tecnologia, as quais definem que:

⁴ Compreende os recursos e serviços específicos para ampliação das habilidades funcionais das pessoas com deficiência para a conquista da independência e da inclusão.

Competência 4: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Competência 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2015, p. 9).

Adaptar as práticas pedagógicas seguindo as normas estabelecidas pela LDB e pela BNCC, diante das problemáticas sociais, políticas e culturais enfrentadas pelo Brasil, requer mecanismos desafiadores, uma vez que a formação de professores ainda enfrenta desafios em meio a tantas questões. O custo para formação, as condições trazidas pela escola, a precariedade de uso das tecnologias, tanto para o discente quanto para o docente, favorece a má utilização destes recursos em sala de aula. Implementá-los de forma efetiva abrange uma demanda maior de incentivos por parte dos governos, bem como de todo o corpo docente para que chegue a todos.

Cabe salientar que esses mecanismos citados estão relacionados com a inclusão digital e equidade social escolar. Eles podem proporcionar a reinvenção de um projeto educacional que possa ser ajustado diante da lógica estabelecida pela sociedade. Nesta perspectiva, propor uma mediação das ações pedagógicas intermediada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação é indiscutivelmente um fato que não pode ser desconsiderado.

A aplicabilidade das tecnologias para os alunos, mesmo que experimentalmente, fortalece o processo educativo, pois os recursos tecnológicos são compostos por infinitas possibilidades como apresentado. O contexto atual é diversificado, ainda assim, propor uma mediação tecnológica na educação, mesmo estando em pleno século XXI, evidencia inúmeras barreiras, as quais aparecem quando as possibilidades e as dificuldades estão centradas apenas na nova rotina educacional e desconsidera as possibilidades positivas de interação e construção de conhecimento.

O tempo presente viu-se carregado de mudanças drásticas nunca vivenciadas antes, o surgimento do vírus da COVID-19 causou o isolamento total das pessoas, modificando todas as escolas e todo fazer pedagógico. Com isso, foi preciso se adaptar às pressas, e a tecnologia passou a exercer o papel de intermediadora do ensino, ou seja, o ambiente virtual substituiu o espaço físico da escola, por isso, a vida do professor, a rotina do aluno e tantos outros fatores

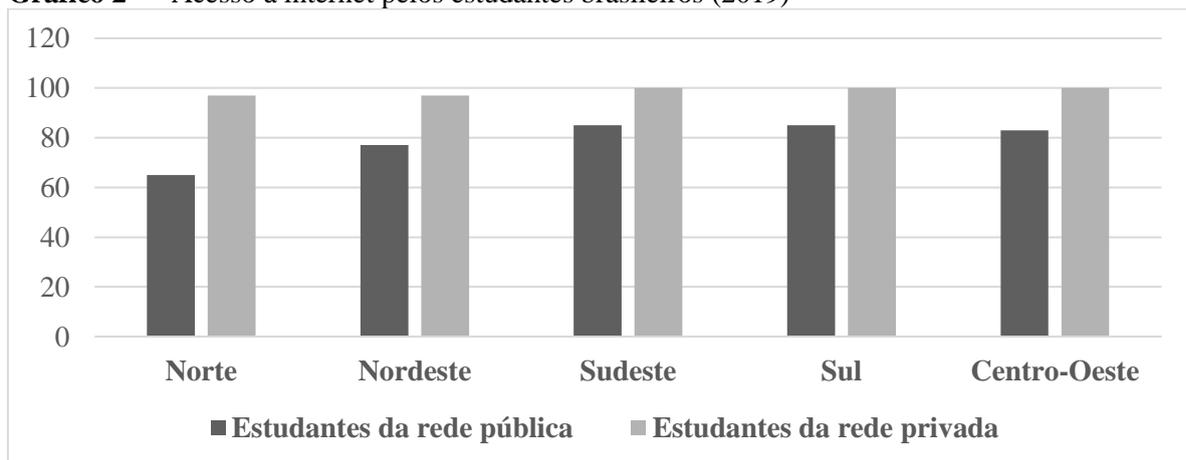
voltaram-se ao uso das ferramentas tecnológicas e digitais.

Frente a estes recursos, foi necessário mudar os planos de aula na intenção de manter o cenário como antes, para estabelecer, ao menos, a comunicação plena com os alunos, seja por meio de programas, de aplicativos ou ferramentas nunca usadas antes pela maioria dos envolvidos. O professor passou a exercer uma nova modalidade, chamada de remota, a qual deixou de lado o ensino “tradicional” e passou a utilizar os recursos tecnológicos como fonte principal. Todas essas ações precisavam acontecer para que não ocorressem prejuízos no ensino, ou mesmo um atraso educacional na vida dos discentes.

Acostumados com o contato direto, que envolve os alunos intensivamente no processo de educar, na modalidade remota surgiram várias dificuldades para os professores e, também, para os alunos. Os professores tiveram que criar mecanismos de ensino, o alunado, na sua maioria, não dispunham de certos recursos tecnológicos, como *smartphone* ou acesso à internet. Em consequência disso, muitas pesquisas apontam uma defasagem no ensino em nível mundial. Neste patamar, encontra-se o Brasil que bem antes do ocorrido já enfrentava o problema da desigualdade social.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), pesquisa realizada no último trimestre de 2019 e divulgada pelo IBGE, em abril de 2021, os números mostram grande quantidade de pessoas sem acesso à internet, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, conforme apresentado no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 — Acesso à internet pelos estudantes brasileiros (2019)



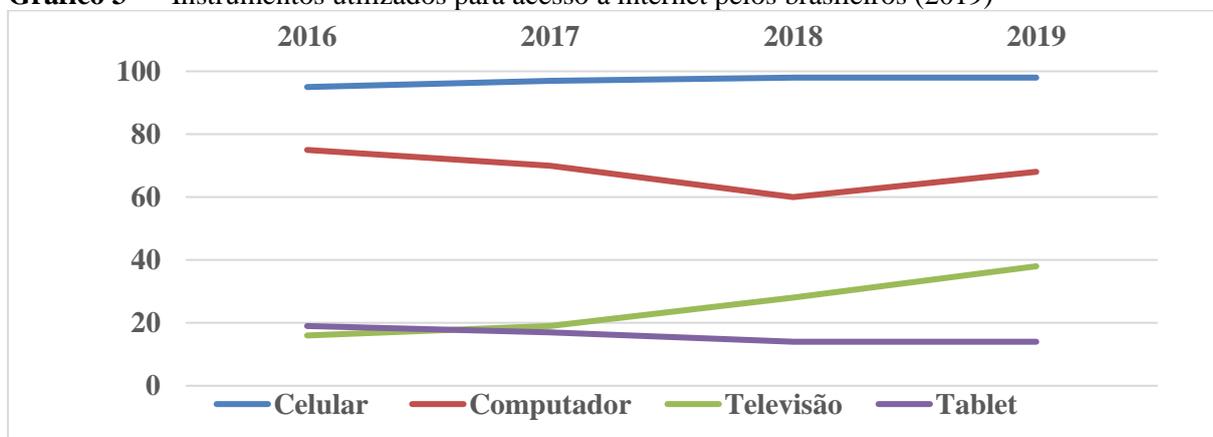
Fonte: IBGE (2019).

Todas essas questões decorrem de problemas ocasionados pela falta de renda para acesso, tanto aos serviços quanto aos equipamentos. Na região Nordeste, a precariedade ocorre principalmente nas áreas rurais, em que há locais sem sinal de internet ou com sinal precário,

que não recebem apoio dos governos, cujos jovens, em muitos casos, precisam deixar de estudar para ajudar financeiramente em casa. Outra questão que merece ser discutida é sobre o formato das moradias, pois, por muitas serem pequenas e por não terem espaço destinado especificamente para os estudos, muitos alunos não conseguem um local silencioso para estudar.

Quando os estudos aconteciam, como mostra o Gráfico 3 a seguir, muitos estudantes tiveram como opção empregar o celular como recurso principal para dar continuidade aos estudos.

Gráfico 3 — Instrumentos utilizados para acesso à internet pelos brasileiros (2019)



Fonte: IBGE (2019).

O Gráfico 3 evidencia um crescimento acentuado do uso do celular e da televisão entre os anos de 2016 a 2019 que pode ser justificado pelo custo baixo para aquisição destes equipamentos, assim como do uso da internet via celular, o qual pode ser conectado em lugares diferentes das residências. Dessa maneira, o emprego do celular na sala de aula aponta para uma aplicação segura deste recurso ao saber do avanço no meio social, muito embora a grande maioria dos estudantes da educação especial ainda enfrentarem dificuldades das mais variadas possíveis no uso deste equipamento.

Sendo assim, a criatividade ganha espaço ao incrementar as tecnologias na sala de aula, entre estes mecanismos destaca-se o *QR Code* recurso estudado para ser explorado em diversas áreas. A próxima sessão trata acerca do seu uso e como ele pode abrir caminhos promissores quando incluído no fazer pedagógico.

4.3 O *QR Code* como ferramenta pedagógica

Como apresentado na sessão anterior, reservamos espaço para analisar e descrever as

possibilidades de uso do celular tendo o *QR Code* como recurso pedagógico, interativo e facilitador. Ele pode ser incrementado ao plano de aula estrategicamente pensado para tornar as aulas dinâmicas, atraentes, motivadoras e participativas.

Tal recurso é explorado na confecção do produto educacional proposto neste estudo e está estampado nas páginas do livro que conduzirá o aluno a desenvolver atividades inovadoras. Os procedimentos que usam o *QR Code* são capazes de gerar e transformar a informação em conhecimento quando a interação dialoga entre a intenção do estudante e as atividades promovidas pela escola.

Afinal, como definir o *QR Code*? Como ele surgiu? Como funciona? Estamos sempre nos perguntando sobre essas questões, mas não chegamos a uma resposta convincente, pois a aplicação deste recurso prescinde de saber acerca da sua origem, composição ou mesmo a sua verdadeira função.

Diante dos estudos realizados na intenção de responder aos questionamentos anteriores, define-se o *QR Code*⁵ como um recurso originário dos antigos códigos de barras usados há muito tempo. Esse recurso surgiu em 1994 pela Denso-Wave, para substituir os códigos de barras que não supriam as necessidades almejadas na decifração ou registro das informações. A Figura 9 descreve a limitação trazida no uso dos códigos.

Figura 9 — Formato de um código de barras



Fonte: De Figueiredo (2012).

As informações dispostas nos códigos de barras, com o passar do tempo, não eram suficientes para caracterizar os elementos, de forma que a falta de espaço levou o homem a

⁵ Conferir em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/definitions/what-is-a-qr-code-how-to-scan> Acesso em: dezembro de 2021.

investigar novos meios de representação. Com isso, cria-se o *QR Code* um gráfico com espaços maiores e capaz de abarcar um número significativo de informações.

Okumura (2012, p. 22) caracterizou o *QR Code* como recurso de:

- Maior capacidade de armazenamento de dados;
- Suporta codificações de diferentes caracteres: alfanuméricos, símbolos (japonês, russo, entre outros), código binário e código de controle;
- Acesso livre;
- Apresenta estrutura padrão que não exige pré-requisito de uso;
- Os aplicativos de leitura estão disponíveis para instalação no aparelho celular.

Eis o sistema, representado por um quadrado acompanhado de outras figuras que apresentam funções variadas em cada canto, como representado na Figura 10, a seguir:

Figura 10 — Caracterização do QR Code



Fonte: Karasinski (2014).

Diante das características dispostas por Okumura (2012), verifica-se a grandiosidade dos *QR Codes*, visto que ele possui diversas aplicabilidades, ou seja, ainda não foram explorados como deveriam ser, pois os entendimentos sobre suas potencialidades precisam ser estudados e aprimorados. O fato de ter um recurso que pode proporcionar possibilidades infinitas é, de certa forma, grandioso. Vê-se que as pessoas ainda não perceberam que podem alavancar seus negócios, sua vida profissional, suas habilidades usando este código.

Figura 11 — *QR Code* e código de barras



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador (2022).

Como mostra a Figura 11, ao disponibilizar produtos ou quaisquer outros meios usando os códigos, é como se um enigma precisasse ser desvendado. Portanto, ao direcionar o *smartphone* terá a leitura direcionada a *sites* decifrados no código. Caso não obtenha o aparelho celular ou *tablet* para fazer a leitura do código a decifração fica impossibilitada pelo aluno, daí a necessidade de conduzir o usuário na utilização dos recursos citados.

Nesta proposta de trabalho, muitos códigos estarão estampados para que o professor, em conjunto com o aluno, possa decifrá-los para ter contato com atividades em vídeos, informações sobre a cidade de Caetité, cujo objetivo é levar um aprendizado lúdico para os estudantes da EJA. Toda proposta é descrita no capítulo reservado para caracterização do produto educacional.

A Figura 12, a seguir, aponta um exemplo de código.

Figura 12 — *QR Code* como atividade



Fonte: atividade gerada pela pesquisadora com o uso do *site* wordwall.net

O potencial deste recurso no campo pedagógico aliado à internet vem carregado de grandes possibilidades. Sua exploração pode abranger todas as disciplinas, desde as aulas de Língua Portuguesa até o ensino da Educação Científica. O *QR Code*, por carregar muitas informações em um simples código, com o passar dos tempos poderá fazer parte como recurso principal na difusão de conteúdos e documentos para toda sociedade, independentemente do ambiente a ser explorado, por ser um instrumento que vem sendo bem difundido, estudado e aperfeiçoado por engenheiros no ramo da tecnologia.

Na rotina escolar, a incrementação do *QR Code* na sala de aula pelos professores torna-se vantajoso na medida em que as atividades poderão ser adaptadas sem usar material impresso, as quais podem ser acessadas em diferentes locais. É importante destacar a rapidez da decifração do código, essa potencialidade trazida pelo *QR Code* integra, de maneira completa, o uso docelular/*smartphone*, que é um dispositivo disseminado no meio social, como mostrado nas pesquisas. O uso deste recurso é muito importante como mediador do desenvolvimento cognitivo escolar das pessoas em qualquer idade, decerto, o *QR Code* vem contribuindo também na formação de habilidades que serão importantes em todas as fases da vida.

Explorar os recursos visuais por meio do celular/*smartphone*, durante o ensino, torna-se excelente para a aprendizagem das pessoas. Caso sejam associadas ao *QR Code*, as possibilidades aumentam sobretudo por possibilitarem a intermediação por trilhas, imagens, desafios, vídeos, leitura, produção textual, pesquisas, mapas e muito mais. Assim, ele favorece a construção de conceitos, pois estes recursos visuais possibilitam a comunicação de maneira mais direta e objetiva do que as palavras que necessitam de decifração.

O recurso ora descrito é inovador e atraente. Contudo, Lemos e Lévy (2010, p. 174) apontam que

[...] não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo os papéis de professor e aluno.

Ao pensar em utilizar o *QR Code* como um dispositivo facilitador para a aprendizagem das pessoas com transtorno intelectual, espera-se com ele, encontrar maneiras de realizar leituras diversificadas e prazerosas para que o aluno veja o significado e possa internalizar o que está sendo proposto.

O *QR Code* vem para somar às ações diante das possibilidades das tecnologias de

comunicação na sala de aula, ao passo que para muitos profissionais, a primeira impressão relatada é de dificuldades para utilização da ferramenta, talvez por falta de habilidade para elaboração das atividades em conjunto com as propostas dos planejamentos. Sugere-se aqui, algo inacabado, pode ser aperfeiçoado no desenvolver das propostas a serem exploradas na sala de aula, não só com os alunos da Educação Especial que frequentam a EJA, como também, do Ensino Fundamental e outras modalidades.

A organização da ação pedagógica tem a necessidade disponibilizar a todo público um material diversificado para atingir os objetivos propostos pela leitura e pela escrita, ao pensar no livro didático como material principal, a visão precisa ser ampliada. Se o livro didático não atinge os objetivos propostos, a criatividade do professor deve ser explorada em prol do corpo discente, assim, surgem as possibilidades da interdisciplinaridade, foco principal da aplicabilidade do *QR Code* em sala de aula. Ter em mãos um material impresso ou digital composto de conteúdos interdisciplinares atualizados em tempo real, com possibilidades de adaptações diante das limitações de cada aluno, é algo inédito.

Estudos nesta linha enfatizam as possibilidades de investigar sobre o ensino da EJA junto aos professores do Atendimento Educacional Especializado atuantes no CEEEC, o que será descrito, em linhas gerais, no capítulo seguinte.

5 O ESPAÇO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

É importante fazer uma breve descrição do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité (CEEEEC), bem como das estruturas dos atendimentos oferecidos por esta Instituição. O Centro é uma Instituição Pública Estadual mantida pelo Governo do Estado em parceria com o município de Caetité, atende toda a Região Sudoeste, abrangendo outras localidades do Território de Identidade do Sertão Produtivo. A estrutura funcional compreende: núcleo visual, surdez, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno intelectual, múltipla e com núcleos de apoio em todas essas áreas citadas como tecnologia acessível, informática, coral e artes.

É recomendado o atendimento acontecer em turno oposto daquele do ensino regular, porém, em raras exceções a família, devido a condições diversas, autoriza a frequência do estudante no CEEEC no mesmo turno de estudo da escola regular.

Antes de matricular no CEEEC, o aluno passa por uma avaliação diagnóstica para estabelecer o tipo e o grau da deficiência, bem como suas habilidades funcionais por meio de testes. Mediante observações, o atendimento pode ocorrer em grupos pequenos ou individualmente, entretanto, não existe a condução deste aluno, levando em consideração o nível de escolaridade cursada no ensino regular. Ele recebe o atendimento não para reforço escolar, mas para auxiliá-lo no desenvolvimento cognitivo das áreas do conhecimento.

Caso tenha sido detectada uma dificuldade acentuada em matemática, o professor do AEE estabelece maneiras mais envolventes/atraentes no sentido de fazer com que o aluno passe a compreender tal conteúdo. Nestas proporções, a ludicidade é o caminho mais promissor.

Entende-se que a realidade aqui construída é individual estabelecida por meio dos significados propostos, os quais foram analisados com ênfase em um método de estudo de caso seguida de pesquisa qualitativa, cujo propósito é apresentar como que cada pessoa consegue “enxergar” o mundo e se relacionar com as coisas que as envolvem. O que se propõe é adotar, nesta investigação, uma perspectiva voltada para a compreensão dos significados dos fenômenos para cada participante, fenômenos estes que indicam a perspectiva de ensino adotada pelos professores direcionado às pessoas com transtorno intelectual que estudam na EJA. Para colher maiores informações, recorreremos à aplicação de questionário, também à pesquisa bibliográfica para selecionarmos os teóricos que dialogam sobre o assunto.

Entre os instrumentos adotados para a investigação proposta nesta pesquisa, destaca-se o questionário. Segundo Lakatos (2003, p. 201),

[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do

entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; [...]. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Diante do que foi apresentado por Lakatos (2003) e dos estudos feitos, a pesquisa ora apresentada segue uma abordagem interpretativa, com dados colhidos por meio de questionário, disponibilizado no Google Formulários, cujo *link* foi enviado via WhatsApp para serem respondidos por cinco informantes. Os professores tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ao protocolo de liberação do Conselho de Ética, ao qual esta pesquisa está submetida, de modo que os informantes tiveram a opção de aceitar ou não participar da pesquisa. É importante destacar que todos os professores procurados concordaram em responder o questionário pós-leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A utilização do questionário *on-line* justifica-se em função de fatores sanitários de saúde pública causados pela disseminação do Corona vírus (COVID-19), o que impossibilitou o contato direto com as pessoas para evitar que ocorra o aumento de contaminados. Assim, o formulário gerado pela internet e enviado, promovendo a facilidade em obter as respostas de forma instantânea com maior precisão, além de oferecer maior flexibilidade e dinâmica. Cabe destacar, ainda, que as ferramentas virtuais também possibilitam a dispersão das informações e divulgações da pesquisa realizada, tornando-se um recurso para a promoção e o desenvolvimento da investigação. É importante esclarecer que o referido questionário buscou explorar várias questões importantes, tanto sobre o perfil dos participantes dos quanto da impressão deles sobre os alunos atendidos na Educação Especial.

De acordo o PPP do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité, ele está pautado na missão de promover:

[...] a inclusão social e articular ações em defesa do direito da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista – TEA, transtornos específicos da aprendizagem e altas habilidades/superdotação, visando assegurar sua inclusão educacional, profissional e sua inserção no mundo do trabalho, assim como apoiar as famílias, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária (PPP - CEEEC, 2018, p. 02).

Como é possível observar, o PPP do CEEEC adota princípios regidos pela promoção da identidade do AEE na cidade de Caetité, visto que destaca a busca pela valorização social das pessoas com deficiência.

A investigação foi direcionada por sessões, de modo que o questionário ficou dividido

em: identificação, relação com a escola inclusiva, letramento e educação na EJA, a cidade na EJA, desafios nas perspectivas do trabalho docente, trabalho docente, tecnologia, recursos tecnológicos na escola, pandemia e tecnologia, ainda, sobre perspectivas do ensino. Essa divisão possibilitou as análises descritas a seguir:

1 — Identificação

Diante de tantas diversidades, o docente atuante no AEE tem, necessariamente, que exercer uma função relevante em meio aos obstáculos surgidos a cada momento, de modo que possa sair em defesa da aprendizagem dos alunos, mostrar para a sociedade que eles são capazes de aprender e, concomitantemente, fazer com que as aprendizagens adquiridas nos cursos iniciais promovam uma análise na busca por uma formação profissional que os tornem habilidosos em muitos aspectos. As ações metodológicas criativas precisam sobressair para que a escola promova, de fato, a inclusão.

[...] o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça (BRASIL, 2008, p. 17-18).

Diante desta definição, os apontamentos em destaque sobre o fazer pedagógico, pautado no conhecimento mútuo, desde a formação geral da docência, apontam a necessidade de dominar conhecimentos específicos relacionados às características do público-alvo da educação especial. Por isso, deve-se levar em consideração todos os aspectos que direcionem o professor do AEE na execução de suas funções.

Assim, foi perguntado aos docentes do CEEEC, de acordo a área trabalhada, como eles a descreveriam. Dessa forma, os participantes descreveram como: Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial e ainda atuante no ensino da EJA na modalidade regular. Dentro deste universo percebe-se que um dos professores atua nas duas modalidades paralelamente, tendo a oportunidade de conhecer ambos sistemas.

O AEE é uma modalidade de ensino pautada nos princípios da igualdade, da

versatilidade do aprendiz, do exercício das capacidades cognitivas, motoras e intelectuais, faz do educador um componente importantíssimo que possa identificar no educando suas capacidades de aprender. A deficiência não pode ser considerada um obstáculo que leve ao descrédito quando se pensa na evolução das pessoas com alguma necessidade especial, ela pode limitar certos atos, mas a aprendizagem sempre acontece, mesmo sendo em mínimas condições.

Vale destacar um fator muito importante perguntado no questionário em relação ao tempo de trabalho, pois para exercer as atividades no atendimento educacional especializado o gosto pelo exercício da função pode acontecer de forma imediata, ou se desenvolver com o tempo em razão da afeição pela causa. Desse modo, o fator tempo não influencia quando o amor pelo que faz é mais importante. Nesta investigação houve uma variação, a qual demonstrou que dentre os cinco participantes, dois têm 12 anos de atuação e os demais 6 anos, 10 anos e 11 anos de exercício. Os professores são graduados em Geografia, História, Letra e dentre eles, dois possuem Pedagogia como segunda graduação.

É notório que as primeiras graduações, de fato, não ofereceram todos os instrumentos para que estes docentes pudessem atuar na Educação Especial. Os cursos de graduação, anteriormente, ensinavam aos profissionais o trabalho de maneira única, sem que houvesse distinção entre alunos cegos, surdos ou com algum tipo de transtorno intelectual. Seguindo este pensamento, o professor Arroyo (2013) destaca o além do ensinar, em que, na modalidade básica, fomos instruídos a “ser ensinante, para transmitir conteúdos, programas, áreas e disciplinas de ensino. Em sua formação não receberam teoria pedagógica, teorias da educação, mas uma grande carga horária de conteúdos de área e metodologias de ensino” (ARROYO, 2013, p. 52).

Nestas proporções, cada aluno atendido no formato do AEE é analisado/entendido por meio de um plano individualizado, focando em suas necessidades, mediante perfil elaborado pelo professor este plano é um documento composto por uma

[...] avaliação diagnóstica, abordando a situação cognitiva, sensorial, comportamental, física, motora e escolar do estudante, por meio de uma avaliação pedagógica diferenciada, elabora o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que considera, avalia as limitações/dificuldades, e valoriza as potencialidades desse sujeito, fazendo as devidas intervenções (PPP - CEEEC, 2018, p. 23).

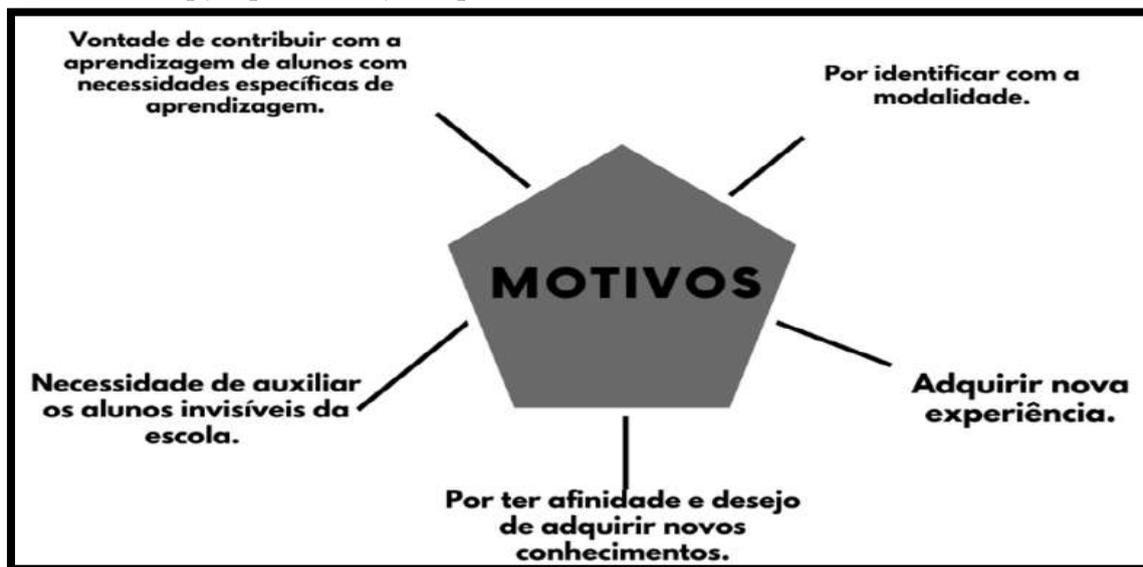
O corpo discente, do público-alvo da educação especial, é formado por conhecimentos diversificados, muitos precisam de material personalizado e o contato destes profissionais com as pessoas com deficiência pode acontecer a qualquer momento. Toda essa ação parte de uma contribuição, como afirma o grande educador Paulo Freire, de maneira que somos capazes de

iniciar o processo “do nível em que a massa está e, portanto, de aprender com ela” (FREIRE, 1982, p. 8). Agir na intenção de colaborar com a aprendizagem dos alunos, considerando os saberes prévios promove o respeito às diversidades culturais.

É possível observar que muitos dos profissionais da educação especial, atuantes no CEEEC, buscaram cursos de formação na área de atuação. A especialização em conjunto com a Pedagogia e os cursos, voltados para tal atuação, fornecem a estes profissionais uma base sólida e conseqüentemente segurança no fazer pedagógico, o que é uma preocupação de quem ingressa nesta modalidade de ensino, pois novo sempre desafia e ensina ao mesmo tempo.

Quando os informantes foram questionados sobre o que os levou a optar em trabalhar na Educação Especial, os profissionais responderam conforme representação na Figura 13:

Figura 13 — Opção pela Educação Especial



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

De acordo com os dados descritos, observa-se a gama de justificativas dos professores sobre os motivos que os levaram a escolher o AEE, em análise, percebe-se o compromisso dos profissionais que acreditam no ensino educacional especializado, ainda que tenha sido evidenciada a vontade de adquirir novas experiências, como foi relatado. Para Freire (2002, p. 70), “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”. Mesmo assim, observa-se a existência de consciência transformadora da realidade social vivida.

Traçando um perfil sobre a carga horária semanal exercida de segunda a sexta-feira e quinzenalmente, aos sábados, para atividade de classe, um professor trabalha 20 horas na

Instituição, os demais fazem 40 horas semanais. Dos professores, dois trabalham em outro local, enquanto três, apenas no CEEEC.

Essa problemática de complementação da carga horária em outras escolas, bem como o trabalho em outra Unidade de ensino, retrata a vida corrida dos professores para conseguirem abarcar a demanda exigida para realização pessoal. Quando as condições favorecem a dedicação exclusiva em determinados trabalhos, muito pode-se realizar, apesar das dificuldades impostas.

Neste universo, todos possuem especialização em Educação Especial Inclusiva, esta formação é muito importante e relevante para entender como o trabalho é processado na Instituição, visto que prepara o profissional para ter contato com os diversos tipos de deficiência. Com isso, ele passa a observar cada detalhe, encontrando o caminho para promover um ensino de qualidade, de modo que seja possível conscientizar a sociedade sobre o valor exercido por cada um.

Ao serem questionados sobre a quantidade de cursos na área de atuação, três participantes apontaram ter mais de cinco cursos, enquanto que dois, têm entre dois e três cursos. A maioria tem afinidade em trabalhar com pessoas com transtorno leve da aprendizagem, conduzindo os alunos para o lugar do saber. Residem na cidade onde trabalham e têm acesso à internet em casa para planejamento das atividades que serão disponibilizadas no AEE.

2 — Relação com a escola inclusiva

A escola para todos precisa ser vista além de uma escola inclusiva, precisa viver o presente em sintonia com as inúmeras possibilidades do conhecimento, conjuntamente com as potencialidades de cada um, para minimizar, ou mesmo, eliminar a exclusão. Com esta possibilidade de investigar a inclusão dos alunos da EJA na Educação Especial, os professores responderam sobre os objetivos dos trabalhos realizados com o público da Educação Especial. Foram questionados sobre como definiriam esta relação de inclusão? E de acordo com as respostas obtidas, cada professor definiu a relação de inclusão como:

Quadro 1 — Percepção do professor sobre a inclusão

Professor	Percepção
Professor 1	Assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educativas; construção de um ambiente que proporcione a educação inclusiva e a participação de todos.

Professor	Percepção
Professor 2	Construção de um ambiente que proporcione a educação inclusiva e a participação de todos.
Professor 3	Eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e a participação discente no processo educativo; assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educativas, construção de um ambiente que proporcione a educação inclusiva e a participação de todos.
Professor 4 e 5	Eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e a participação discente no processo educativo; assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educativas, construção de um ambiente que proporcione a educação inclusiva e a participação de todos.
Professor 5	Ambiente com possibilidade de considerar a afetividade e partilhar experiências; eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e a participação discente no processo educativo; proporcionar a diversidade; assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educativas; construção de um ambiente que proporcione a educação inclusiva e a participação de todos; qualidade das relações no ambiente escolar; criação e valorização da socialização.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Os motivos apresentados pelos professores acerca da contribuição com o processo educacional e em todo contexto escolar estão equiparados às normas que estabelecem os princípios da normalização, integração e individualização como apresentado anteriormente no Quadro 1.

A normalização, de acordo com MEC, em 1994, é estabelecida na PNEE como:

[...] princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (MEC/SEESP, 1994, p. 22).

O respeito para com os semelhantes precisa acontecer e a pessoa com deficiência não pode viver distante das condições das demais. As oportunidades sociais, educacionais e profissionais devem ser apresentadas em igualdade a todas as outras pessoas, independente das diferenças. Em conjunto com a legislação, encontram-se os princípios da integração e individualização, os quais estabelecem que a pessoa com deficiência precisa ser vista na sociedade, desde que sejam obedecidos aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos.

A relação de inclusão destacada pelos professores evidencia o respeito a este princípio, estabelecido em leis, decretos e atitudes que orientam os procedimentos a serem realizados. Nestes termos, a educação inclusiva deve levar em consideração a educação para todos, de modo a tornar todas as pessoas participantes da sociedade em todos os aspectos e as dimensões da vida, banindo definitivamente a exclusão.

Em conformidade com os apontamentos apresentados pelos professores, evidencia-se

que as especificidades e necessidades de cada sujeito em aprendizagem são alcançadas mediante uma construção curricular de aprendizagem, ligada a um conjunto de habilidades, competências e saberes, guiado pelo diagnóstico do aluno respeitando a sua história de vida. De fato, todo esse conjunto valorizado esgota as possibilidades de exclusão do indivíduo.

Uma questão que deve ser valorizada pela escola e todo corpo educacional é o momento do desenvolvimento do aluno, pois a transformação escolar não esgota em promover a inclusão das pessoas com deficiência ou com dificuldades de aprendizado, todo esse mecanismo precisa ser encarado como compromisso inadiável, cuja inclusão é a consequência.

3 — Letramento e educação na EJA

Por conhecer as reais necessidades dos estudantes, dentre elas suas angústias, sua vontade de aprender, de crescer como pessoa tantos outros, cabe ao educador, em qualquer modalidade do ensino, exercer o papel investigativo para possibilitar um envolvimento harmonioso entre os pares. A escola precisa estar à frente na garantia da disseminação do conhecimento que se processa diante das informações obtidas. Neste universo, o questionário traz indagações sobre as características e as impressões sobre os alunos, no que se refere ao letramento e ao processo educacional do Atendimento Educacional Especializado.

No que diz respeito ao fator idade, três professores responderam que seus alunos têm entre 30 e 35 anos, os demais registram que têm entre 15 e 20 anos e mais de 30 anos. A maioria aponta que eles residem na cidade, nem perto e nem longe da escola onde estudam. Utilizam ônibus escolar, carro próprio ou chegam andando até a escola.

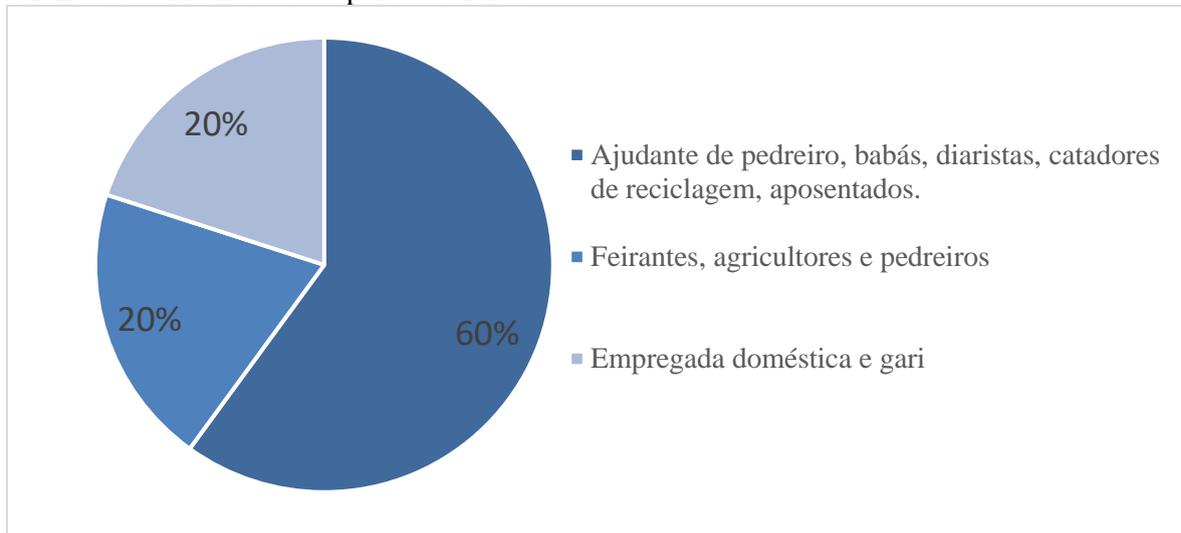
Diante das constantes observações, a grande maioria dos alunos do ensino regular da EJA é independente, pois frequentam as aulas sozinhos, fazem uso de bicicleta, moto e até mesmo de carro próprio, por morarem em locais com certa distância da escola. Esta é uma realidade vivida por muitos, mas não se aplica quando corresponde aos alunos com algum transtorno intelectual. O público considerado neste estudo corresponde a pessoas com grau leve de transtorno que podem exercer atividades dentro de suas limitações.

Muitas famílias ou, até mesmo, a própria pessoa sente-se despreparada para enfrentar esta situação de independência. Sair de casa sozinho consiste, para muitos, um desafio que pode gerar transtorno frente à sociedade, isso acarreta o abandono dos estudos, aumento da discriminação, problemas familiares e tantas outras questões preocupantes. Enquanto a “diferença” não for vista como fator natural, as pessoas continuarão privadas das oportunidades de desenvolverem-se melhor dentro do contexto geral da sociedade.

O grupo ao qual pertencem esses alunos, na sua maioria, é composto por famílias carentes, de baixo poder aquisitivo, sem uma profissão sólida para a garantia de sobrevivência. Esta realidade é percebida desde o contato com as fichas de matrícula e os documentos sobre o diagnóstico pessoal. Muitos relatam as dificuldades desde o nascimento dos filhos, até a vida adulta. A própria história já evidencia a exclusão em todos os sentidos.

Após questionados, os professores informaram as profissões dos pais, dos quais, 60% exercem outras profissões como as relatadas em sala de aula pelos alunos, sendo ajudante de pedreiro, babás, diaristas, catadores de reciclagem e também aposentados, enquanto 20% são filhos de feirantes e agricultores e as mesmas porcentagens apontam empregada doméstica e gari, como apresenta o Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 — Profissões dos pais dos alunos



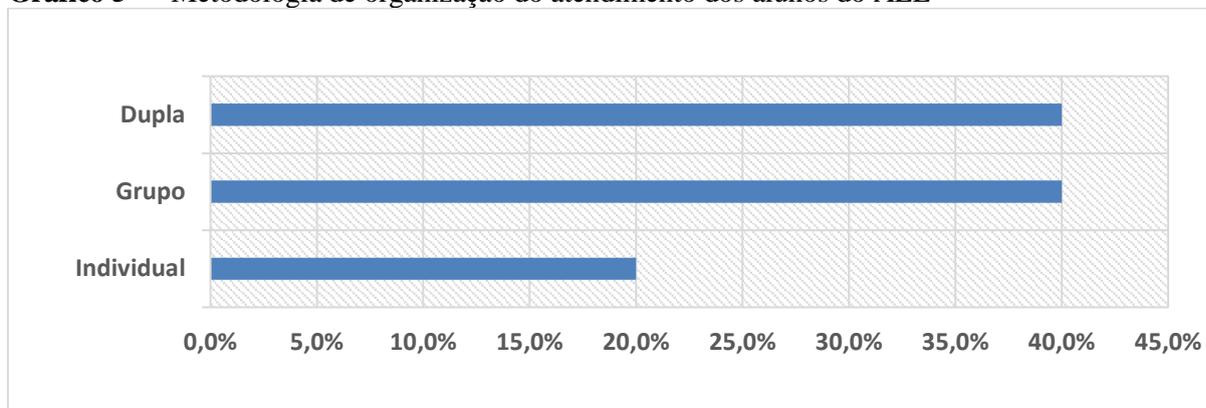
Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

A escolaridade dos pais, muitas vezes, reflete nas condições socioeconômicas vividas pelos estudantes da educação especial, os problemas não são apenas pedagógicos, mas também de cunho social e político, como já apontava Paulo Freire (1982), a educação precisa acontecer de modo a estampar a transformação da sociedade. Consequentemente, o alunado do CEEEC faz parte deste contexto, a investigação revela a baixa escolaridade dos pais quanto às observações feitas pelos professores e registradas no Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) apontam um nível baixo da escolaridade dos familiares desses estudantes, muitos nem mesmo concluíram o ensino fundamental.

Nestas condições, as reflexões sobre os meios como o ensino é disponibilizado nas escolas são necessárias, o atendimento deve acontecer de forma harmoniosa para que a aprendizagem não seja prejudicada. Todo corpo docente, em conjunto com a direção, precisa

sentir a necessidade de organizar o atendimento dos alunos do AEE e no CEEEC, esta distribuição acontece em grupos, individualmente ou em dupla, como apresenta o Gráfico 5 a seguir, para melhor satisfazer as necessidades específicas de cada educando.

Gráfico 5 — Metodologia de organização do atendimento dos alunos do AEE



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Conforme observado, esses alunos são atendidos em grupos, em conjunto com outros alunos com as mesmas dificuldades, cujo tempo de duração é de 4 horas (apoio pedagógico), distribuídas em dois dias, outras 2 horas são distribuídas em outros atendimentos como informática educativa, artes e coral com base na escolha do aluno, de modo que o horário do apoio pedagógico pode ser reduzido. Essas informações estão descritas no PDI de cada área do atendimento, é importante frisar que, as atividades são personalizadas diante da dificuldade/necessidade centrada no aluno.

4— A cidade na EJA

Ao trabalhar o espaço urbano, local de convivência da maioria dos alunos, as possibilidades do ensino podem acontecer, pois os espaços a serem explorados revelam garantias em conformidade com os conteúdos a serem aplicados. Toda esta metodologia pôde ser exemplificada nas argumentações anteriores. Para Roncayolo (1990), a cidade é um território particular, ou mesmo uma combinação de diferentes territórios, visto que ela organiza e compreende como um território ou um sistema de relações. Desta feita, a cidade vem carregada de espaços como a leitura visual aquelas estampadas nas placas de sinalizações, as fachadas, a festividade, a história do povo que compõe a trama urbana, as cores vibrantes, enfim, compõe um ambiente que oferece possibilidades de exploração na sala de aula.

Todo este estudo consiste no desenvolvimento do saber sensível, destinado a conhecer

ou ter contato com as coisas ao redor que requer a mobilização dos cinco sentidos. Nas aulas de artes, fala-se muito sobre esta questão quando o professor desenvolve atividades, porém, os acontecimentos da vida moderna impõem obstáculos para esta exploração. O conteúdo apresentado pelo professor precisa sempre seguir ensinamentos compostos de regras metodológicas. Olhar, escutar, tocar, cheirar e saborear apresentam-se como porta de entrada para a execução do raciocínio lógico, a abstração, a reflexão para garantia do saber sensível. Por isso, a sensibilização do professor pode despertar no aluno seu conhecimento.

A criatividade faz do professor um agente “curioso” e explorador de muitos aspectos expostos na cidade, os cursos de formação continuada quando rege esse objetivo proporcionam uma visão aflorada sobre a atuação, desenvolvem no docente a capacidade de buscar formas metodológicas bastante diversificadas. Diante disso, a cidade se apresenta como um elemento referencial para produção de material rico e inovador. Um dos professores do CEEEC, ao responder ao questionário, apontou que às vezes, insere esses elementos nos planos de aula, enquanto que quatro deles usam com frequência. Com isso, verifica-se que a cidade tem muitos espaços a serem explorados, ela evolui também em conjunto com os alunos. Quanto aos espaços frequentados, os professores apontam que todos os alunos frequentam a feira-livre, as igrejas e as casas de parentes e conforme representado na Tabela 1, a seguir, os professores relataram que 80% dos alunos não conseguem ler ou escrever o que viram nestes locais.

Tabela 1 — Principais espaços frequentados pelos alunos

Espaços frequentados	Número de vezes que se repetem				
	1	2	3	4	5
Supermercado		X			
Vendas	X				
Mercearias		X			
Banco					
Feira					X
Lojas	X				
Igrejas					X
Praças				X	
Sorveterias					
Casas de parentes					X

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Uma simples placa de sinalização de trânsito pode ser explorada, desde o seu formato, até sobre como ela foi pensada, sua mensagem oral ou escrita transmitida para as pessoas que transitam o local. Refletindo sobre essas possibilidades, uma simples visita ao supermercado geraria conteúdos dos mais diversos possíveis, e tantas outras possibilidades tornariam o aprendizado dos estudantes da Educação Especial fortalecida em relação ao letramento, além

de promover a integração social, conhecendo lugares nunca visitados.

5 — Desafios e perspectivas do trabalho docente

O aluno diagnosticado com transtorno intelectual possui desenvolvimento significativamente inferior à média estabelecida, o que afeta as áreas da comunicação, dos cuidados pessoais, cognitivos, habilidades manuais, trabalho, convivência social e tantas outras, que podem ser percebidas até antes dos 18 anos, como afirma Campbell (2009). Todas estas complicações variam de acordo cada indivíduo, por isso, são classificadas com transtorno leve, moderado ou severo e as causas são inúmeras como: Síndrome de Down, Síndrome do X-Frágil, infecções adquiridas durante a gestação ou uso de drogas lícitas/ilícitas, dentre outras causas.

Durante o trabalho com os alunos com transtorno intelectual leve, o professor precisa ter um olhar criterioso e observar as habilidades e dificuldades dos discentes, mesmo assim, algumas questões podem passar despercebidas. Estes problemas são mais frequentes nas classes comuns devido às superlotações das salas de aula que podem dificultar as observações dos professores. A maioria destes alunos acaba se distanciando ou desistindo para que suas “dificuldades” não sejam percebidas o que prejudica o seu aprendizado. Na Tabela 2, a seguir, são apresentadas as informações descritas pelos professores em relação às dificuldades observadas nos alunos com transtorno intelectual do CEEEC.

Tabela 2 — Dificuldades observadas nos alunos do CEEEC

Característica da dificuldade	Existe (%)	Não existe (%)
Compreensão e resolução de problemas	60%	40%
Recepção e organização da informação	80%	20%
Elaboração de respostas	60%	40%
Produção divergente de resposta	80%	20%
Dificuldades na escrita	100%	-
Dificuldade na leitura	100%	-
Dificuldade motora	60%	40%
Pouca concentração	80%	20%
Baixa interação	60%	40%

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Estes aspectos, quando não trabalhados na sala de aula ou em casa, podem acarretar limitações para a vida do educando, portanto, cabe ao educador, à família, à comunidade e à toda sociedade que tem contato direto com essas pessoas propiciar um ambiente estimulante que atenda às necessidades do desenvolvimento cognitivo, emocional e social do aluno. Como já foi demonstrado em Carvalho (2002), quando a escola busca uma resposta educativa, ela está

garantindo uma aprendizagem universalizada, deste modo, respeitando a visão múltipla das diferenças.

6 — Leitura e escrita

A educação escolar não pode ser negada a nenhuma pessoa, o acesso de todos ao ensino, à cultura e à inclusão social são garantias estabelecidas pela Constituição Federal (1988), porém, barreiras surgem a todo instante frente ao sistema educacional. Para conseguir atingir todos os alunos sem desvincular o papel social da escola, essa não pode alimentar o processo da exclusão. Sabe-se da importância em aprender a ler e a escrever, uma vez que quando almejamos a cidadania plena, ela só vai acontecer quando os cidadãos possuírem condições de exercerem seus direitos, para tanto, o domínio da leitura e da escrita precisam acontecer.

A leitura e a escrita são atividades constantes no dia a dia das pessoas, ambas exercem um papel importante para levar a informação, o aprendizado e o entretenimento e os meios foram se aperfeiçoando, os contatos que antes eram por jornais, revistas passaram a chegar intermediado pelo rádio, televisão e cinema. Contudo, todo esse mecanismo, seguindo a grande evolução das tecnologias vem ganhando rumos diversos, a forma escrita passou a fazer parte dos computadores e *smartphones* e, atualmente, por meio de aplicativos e de redes sociais. Com isso, a comunicação acontece intermediada pelas mensagens e informa acerca da vida e sobre todos os acontecimentos em tempo real.

As questões do letramento das pessoas adultas com transtorno intelectual englobam fatores extremamente complexos. Soares (2004, p. 16) define o letramento como uma perspectiva que “[...] é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”. Já a alfabetização é “[...] entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema de escrita alfabético e ortográfico [...]” (SOARES, 2004, p. 16). Tais conceitos correspondem a processos interdependentes, precisam acontecer instantaneamente, pois não faz sentido ensinar às pessoas a decodificar os símbolos se não serão capazes de interpretar o que foi decifrado. É preciso que aconteça uma integração entre os termos de maneira que o indivíduo estabeleça uma interação no meio social.

O processo de formação do ser humano engloba variadas formas e tem a linguagem como um dos mecanismos fundamentais de comunicação e de inserção prática nas atividades comunicativas e humanas. Quando chega na escola, o aluno independentemente da idade, com deficiência ou não, traz consigo o domínio da linguagem nas suas variadas formas, pois, é uma

competência que se aplica desde a infância. Porém, muitos destes alunos quando mudam de ambiente, são exigidos pela sociedade ou quando sofrem de algum transtorno, necessitam aperfeiçoar esta linguagem.

Nestas proporções, sobre o desenrolar da aprendizagem, nos deparamos com a psicogênese da língua escrita, que procura descrever a forma como o aprendiz concebe as ações e habilidades de ler e escrever, os caminhos até chegar no objetivo desejado, quando este aprendiz consegue diferenciar como essa representação se processa.

Ferreiro (1985, p. 13-14) descreve bem este desenvolvimento quando aponta que

[...] vão desestabilizando a hipótese silábica até que a criança tem coragem suficiente para se comprometer em seu novo processo de construção. O período silábico-alfabético marca a transição entre os esquemas prévios em vias de serem abandonados e os esquemas futuros em vias de serem construídos. Quando a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como unidade, mas que ela é, por sua vez, reanalisável em elementos menores, ingressa no último passo da compreensão do sistema socialmente estabelecido. E, a partir daí, descobre novos problemas: pelo lado quantitativo, se não basta uma letra por sílaba, também não pode estabelecer nenhuma regularidade duplicando a quantidade de letras por sílaba (já que há sílabas que se escrevem com uma, duas, três ou mais letras); pelo lado qualitativo, enfrentará os problemas ortográficos (a identidade de som não garante a identidade de letras, nem a identidade de letras a de som).

A defasagem na área da leitura no Brasil é um fato preocupante, segundo dados do Instituto Pró-Livro⁶ em parceria com o Itaú Cultural, 208 municípios de 26 estados, entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, apontam que apenas pouco mais da metade dos brasileiros tem hábitos de leitura, correspondendo a 52% da população. É uma questão que engloba desde a formação deficitária do professor, situação precária das escolas até os meios de comunicação que sempre estão a serviço da ideologia da classe dominante e não exigem uma educação formal para sua compreensão. Tudo isso são questões que, de certa forma, afeta o trabalho do professor, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno.

Definir o processo da leitura requer entender de forma abrangente vários aspectos, dentre eles, os neurológicos, naturais, econômicos e políticos. Envolve estabelecer uma correspondência entre os sons e os sinais gráficos, por conseguinte, decifrar o que está sendo representado, chamado de código, e abstrair uma compreensão sólida do conceito ou ideia, ou seja, assimilar o que o texto pode significar, procurando extrair algo do significado da linguagem falada. Para que a leitura tenha significado concreto é necessário que os símbolos (significantes) sejam compreendidos relacionando-os com aqueles que o simbolizam

⁶ Conferir em: <https://www.prolivro.org.br/>. Acesso em: mar. de 2022.

(significados).

Um exemplo claro são as placas que contêm textos e imagens fixadas em vias públicas, conforme Figuras 14 e 15, a seguir:

Figura 14 — Proibido jogar lixo



Fonte: acervo do pesquisador (2022).

Figura 15 — Proibido jogar lixo



Fonte: acervo do pesquisador (2022).

Para muitos não existe diferença entre os textos apresentados nas Figuras 14 e 15, uma vez que os códigos usados têm intenção única de proibir que pessoas joguem lixo no local onde a placa está fixada, porém, quando não existe a possibilidade de decifrar os códigos da escrita ele pode ser representado de outra forma. A Figura 15 causa o entendimento imediato, pois é

de fácil decifração com a chamada linguagem não verbal, a qual ocorre simplesmente pela simbologia, sobretudo, em razão da possibilidade de compreender a representação da figura. Isso pode ser explorado em sala de aula em relação à interpretação da lei municipal sobre a proibição de jogar o lixo nas ruas. Oportunidade valiosa, pois sugere várias possibilidades na prática pedagógica.

No contexto social, a leitura precisa ser vista como procedimento que auxilie o leitor a ser um agente transformador, sem ter a leitura apenas como atividade que traz benefícios apenas para si. Como afirma Paviani (2006, p. 25),

[...] quando uma sociedade é demasiadamente pragmática, imediatista e possui determinados valores em detrimento de outros, é possível que esse quadro perdure como um ponto de referência para as gerações que nela vivem. Se a prática da leitura, para essa população, por várias gerações, ficou em segundo plano, é possível que agora haja ainda alguns resquícios de resistência à prática de leitura.

Ciríaco (2020, *on-line*), no texto *A leitura e a escrita no processo de alfabetização*, estampa a leitura definida como:

[...] uma maneira de comunicar-se com o texto impresso por meio da busca de compreensão. O ato de ler ativa uma série de ações na mente do leitor pelas quais ele extrai informações. Ela é a capacitação de significados numa crescente comunicação entre o leitor e o texto que implica aprender a descobrir, reconhecer e utilizar os sinais da linguagem.

Definir o aluno como capacitado para a leitura é, acima de tudo, entender esse aluno como um ser que compreende o que está lendo, caso contrário, não pode ser considerado como leitor fluente, mas apenas aquele que decifra os códigos linguísticos. Ciríaco (2020) também faz uma definição para o processo da escrita, ao afirmar que: “a escrita é uma forma de representação da linguagem oral; como tal, escrever também diz respeito a um ato de significar, de representar ideias, conceitos ou sentimentos, por meio de símbolos, mas de origem gráfica e não sonora”. (CIRÍACO, 2020, *on-line*).

No que tange ao ensino da Língua Materna, os Parâmetros Curriculares (PCNs) estabelecem que no ensino-aprendizagem, quanto à leitura e a produção de texto, deve considerar o aluno “como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos que produz e que o constituem como ser humano [...] O homem visto como um texto que constrói textos” (PCN, 2000, p. 18). Essa produção textual, recai na contextualização, os professores das diversas áreas precisam adotar a escrita como prática pedagógica principal, por meio da produção, o aluno torna-se capaz de compreender as leituras feitas, entender e melhorar o

processo de interpretação.

As competências do letramento, no ponto de vista evolutivo, necessitam estar voltadas para a autonomia intelectual, com isso, proporcionar agir sobre a escrita com liberdade, para que se possa almejar as oportunidades da linguagem. Assim, o direcionamento de competências para a autonomia intelectual é o fator predominante para a EJA que se destaca como uma modalidade de Educação Básica destinada às pessoas que não frequentaram o ensino fundamental por inúmeras questões sociais. Dessa forma, chegam na escola em defasagem na idade/série do ensino regular, muitos deles classificados como analfabetos funcionais.

Diante do que foi exposto, fica evidente a importância de adentrar no mundo letrado e pensar na questão de que aprender a ler e a escrever é um direito de todos. Ao investigar sobre leitura e escrita dos alunos para estabelecer quais as impressões dos professores diante das atividades propostas em sala de aula, dessa maneira, ficou evidente a grande dificuldade dos alunos para aprender a ler. Muitos não conseguem escrever seu primeiro nome, não escrevem ao menos palavras soltas, não fazem leituras por associações de imagens, uma pequena parcela consegue digitar no computador, quando o fazem, não executam de forma correta. Existe interesse mais pela digitação do que pela escrita em tinta, já alguns preferem a busca na internet usando o comando de voz, disponibilizado nas plataformas digitais.

As possibilidades trazidas pelas tecnologias tornam o indivíduo mais atuante frente às questões sociais, mesmo não sabendo decifrar os mecanismos da leitura e da escrita, observa-se a existência de outras habilidades, visto que eles conseguem ter acesso aos diversos conteúdos como vídeos utilizando o comando de voz. Se há dificuldade na compreensão do texto em tinta, o sistema visual supre esta necessidade por ser mais favorável à compreensão, com isso, muitos conteúdos podem ser trabalhados por meio de vídeos ou áudios. A tecnologia traz uma infinidade de possibilidades pelo uso de *softwares* sofisticados de alto custo ou mesmo os mais simples e gratuitos, com fácil manuseio como, por exemplo, programas que fazem leitura de textos ou convertem textos escritos em áudio.

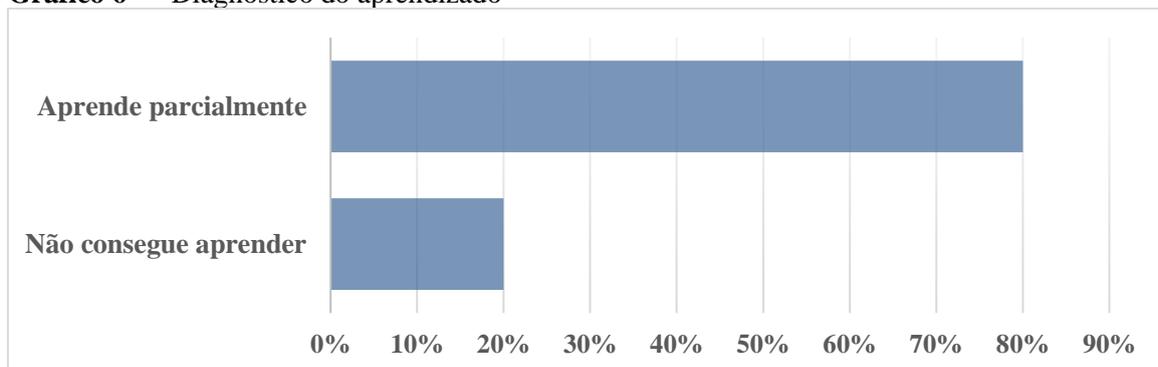
Os recursos digitais permitem criar estratégias pedagógicas que favorecem a aquisição de competências. Isso se desdobra em apoio para promoção do desenvolvimento educacional, concomitantemente, torna-se um canal que leva conteúdos diversos até o estudante. Desta forma, a leitura e a escrita, quando intermediadas por mecanismos facilitadores, podem levar o educando a uma autonomia e segurança do que se pretende executar para alavancar a autoestima e as chances na vida.

Como em toda modalidade de ensino, os educadores exercem suas atividades seguindo um modelo de atuação, na Educação Especial não é diferente, por isso, para seguir com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno intelectual, existe um planejamento muito criterioso que busca compreender este modelo de ensino como frisado anteriormente. Nesse prisma, 60% dos docentes aplicam atividades paralelas, mesmo tendo alunos de diferentes idades em sala de aula, assim, observa-se que o trabalho segue uma adequação dos conteúdos à idade dos alunos.

O fazer pedagógico nunca atinge um patamar de conhecimento, deve sempre dar continuidade aos estudos e aprofundar para promoção do desenvolvimento profissional, para tanto, precisa haver abertura às novas formas de estruturar o processo de ensino e aprendizagem, mesmo sabendo das grandes dificuldades que esta estrutura pode trazer. É importante sempre refletir sobre as ações e, ao perceber a fragilidade, deve haver espaço para as consequentes mudanças.

Há momentos em que o educador vê as dificuldades e especificidades como “incapacidade” do estudante. Por isso, o foco não pode ser fixado apenas nesse aspecto, ele precisa ser direcionado para as capacidades, de modo que sejam incluídas novas estratégias para o alcance dos objetivos. De acordo com os professores, 80% dos alunos aprendem parcialmente e 20%, às vezes, participa oralmente das aulas. Conforme evidenciado pelos professores, o aprendizado dos alunos do AEE, diante das estratégias promovidas pelos docentes do CEEEC, representa um total de 80%, caracterizada como uma aprendizagem parcial (Gráfico 6). Isso demonstra a necessidade de aplicar estímulos adequados, de modo que a incapacidade, em alguns aspectos cognitivos, não signifique que este aluno não possui habilidades em outras áreas.

Gráfico 6 — Diagnóstico do aprendizado



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

A valorização das culturas, dos saberes populares e dos conhecimentos próprios estimula a reflexão sobre a incorporação de diferentes aspectos que integram a formação humana. Assim, os espaços, os tempos e as relações nos faz humanamente reconhecedores da cultura como um dos fatores que compõe a educação. Por isso, os saberes e competências escolares não podem ser ignorados.

Ao trabalhar variedades de temas na sala de aula possibilita uma integração entre os tais saberes, não só na sala de aula onde estão os alunos com algum tipo de deficiência, mas também em todas as classes do sistema educacional. Falar sobre religião, cultura local também é aprendido. No questionamento feito aos professores em relação aos temas trazidos para sala de aula pelos alunos, as questões familiares e religiosas são as mais comentadas, conforme pode ser observado na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 — Assuntos mais comentados na sala de aula

Temas	(%)
Leituras diversas	20%
Festas comemorativas	60%
Religiosidade	80%
Personagens da literatura/filmes	20%
Família	100%
Meios de transporte diversos	20%
Temas imaginários	20%
Um lugar especial	-
Não aborda nenhum tema	-

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

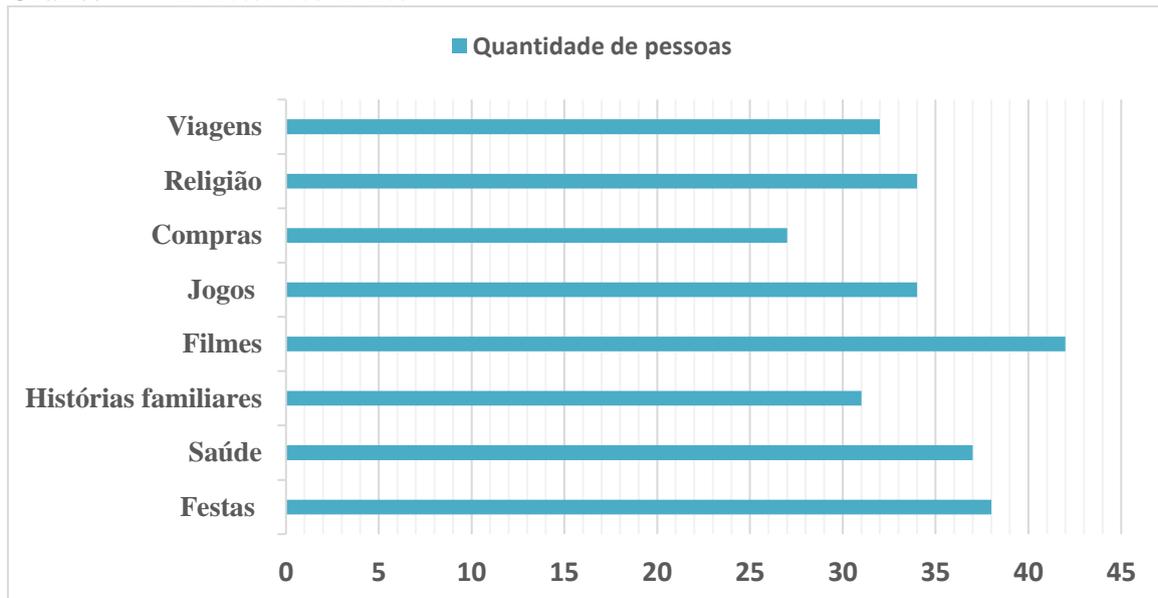
Diante das respostas anteriores, muitos aspectos suscitados pela cidade poderiam ser explorados em sala de aula. Sendo assim, coube aos professores informar se existe uma exploração desses recursos, 80% apontaram que usam os recursos da cidade com frequência, enquanto que 20% declarou que, às vezes, faz uso. Diante disso, os percentuais dos trabalhos em sala de aula precisam ser intensificados junto ao aluno da EJA com deficiência intelectual, além disso, cabe intermediar tais atividades pelo uso de recursos tecnológicos, conforme proposto neste estudo de mestrado. Por outro lado, os mesmos percentuais apontam que os aspectos relativos à cidade são abordados, onde 80% afirmam que sim e 20% relata que isso acontece às vezes.

De fato, se os alunos interagem sobre questões sociais, seria conveniente o professor fazer uso deste debate para promover suas aulas com conteúdos que retratem suas convivências na cidade, na família, nas conversas entre amigos ou em seus passeios.

Alguns temas foram elencados e dispostos apontar a intensidade do interesse por parte

dos alunos, e a porcentagem apresentada no Gráfico 7, a seguir, tem como destaque as temáticas relacionadas a jogos 34,8%, religião 34,6% e filmes 41,2%, predominantemente. Neste universo, o trabalho no AEE precisa contemplar uma variedade de conteúdos de maneira interdisciplinar, diante das respostas dos alunos, de modo que seja proposto um conhecimento voltado para o letramento e para as vivências destes estudantes.

Gráfico 7 — Interesse dos alunos



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Todos esses aspectos destacados apontam a cidade como reprodutora de conhecimentos. Nela encontram-se muitas temáticas que podem ser trabalhadas na sala de aula, como foi exemplificado. Nestes termos, destacaram os elementos da cidade que podem ser trabalhados, de modo que existe um leque de possibilidades que vão desde rótulos de alimentos, placas de trânsito até fachadas de lojas, o que pode ser observado nos dados apresentados na Tabela 4, 80% relatou que, às vezes, trabalham os mesmos conteúdos da escola comum no AEE.

Tabela 4 — Elementos da cidade que podem ser trabalhados em sala de aula

	(%)
Estudo dos rótulos dos alimentos	100%
Análise e interpretação de filmes	60%
Leitura visual dos sinais de trânsito	100%
O problema da reciclagem	80%
Os problemas ambientais	80%
A inserção e direitos da pessoa com deficiência no meio social	100%
O sistema monetário brasileiro	80%
Figuras geométricas	100%

	(%)
Placas	80%
Fachadas de lojas	80%
Outdoor	40%
Outros	40%

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

No que concerne à garantia da aprendizagem destes alunos descritos, ressalta-se a importância da seleção dos conteúdos, os quais precisam ser diversificados, promoverem uma interação lúdica entre os estudantes para que a aprendizagem ocorra em conjunto com os aspectos culturais trazidos por cada um. Esse trabalho não é suprido pelo livro didático, que é um instrumento pronto e acabado e que não consegue atingir os aspectos locais por ser pensado como material único para todos, portanto, descarta as particularidades de cada local.

A Tabela 5 apresenta a resposta dos professores do CEEEC sobre os eixos trabalhados em sala de aula, fica evidente uma preocupação com os aspectos da leitura e escrita para o aprendizado dos alunos.

Tabela 5 — Eixos trabalhados

	%
Interpretação de imagens, símbolos e sinais	100%
Desenho como forma de representação	80%
Práticas de leitura	100%
Práticas de escrita	100%
Jogos eletrônicos	20%
Jogos analógicos	20%
Outros	20%

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Quanto aos interesses dos alunos, estes partem de vivências e de possibilidades que o meio proporciona. Os alunos do CEEEC, diante do que foi apresentado pelos professores, se interessam por pintura e música, 60% por dança e 20% por culinária. Esse dado representa um leque de possibilidades para serem exploradas em sala de aula, todas elas encontradas no ambiente urbano, seja em noticiários, enquetes, vídeos locais dentre outros.

O interesse dos alunos evidencia a necessidade de se estabelecer um compromisso com estas temáticas, além de explorar estes recursos para auxiliar na formação pautada na interdisciplinarmente que considere cada canto da cidade, às memórias do lugar que podem ser levados para sala de aula, conseqüentemente, auxiliar para o processo de letramento dos alunos.

Quando os informantes foram questionados sobre os interesses dos estudantes pela fotografia, 40% disseram que a maioria dos alunos se interessam, 20% não souberam responder e 40% disseram que a minoria tem interesse. A amostragem revela ser a fotografia um recurso

pouco explorado na sala de aula, a ação de fotografar e ler fotos promove uma aprendizagem diferenciada, a releitura de locais frequentados pelos alunos e apresentados pela fotografia podem percorrer várias dimensões desde a leitura e escrita, até mesmo, o desenvolvimento cognitivo e motor. Contudo, Moran (1999, p. 5) explana o significado da imagem para a sociedade como mecanismo do fazer pedagógico,

o não mostrar equivale a não existir, a não acontecer. O que não se vê perde existência, um fato mostrado com imagem e palavra tem mais força que se for mostrado somente com palavra. Muitas situações importantes do cotidiano perdem força por não terem sido valorizadas pela imagem.

Diante disso, a imagem precisa ser acoplada como suporte para o aprendizado das pessoas com transtorno intelectual, como destacado anteriormente, em conjunto com as palavras escritas ou oralizadas, mediante o uso das representações visuais para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

8 — Tecnologia

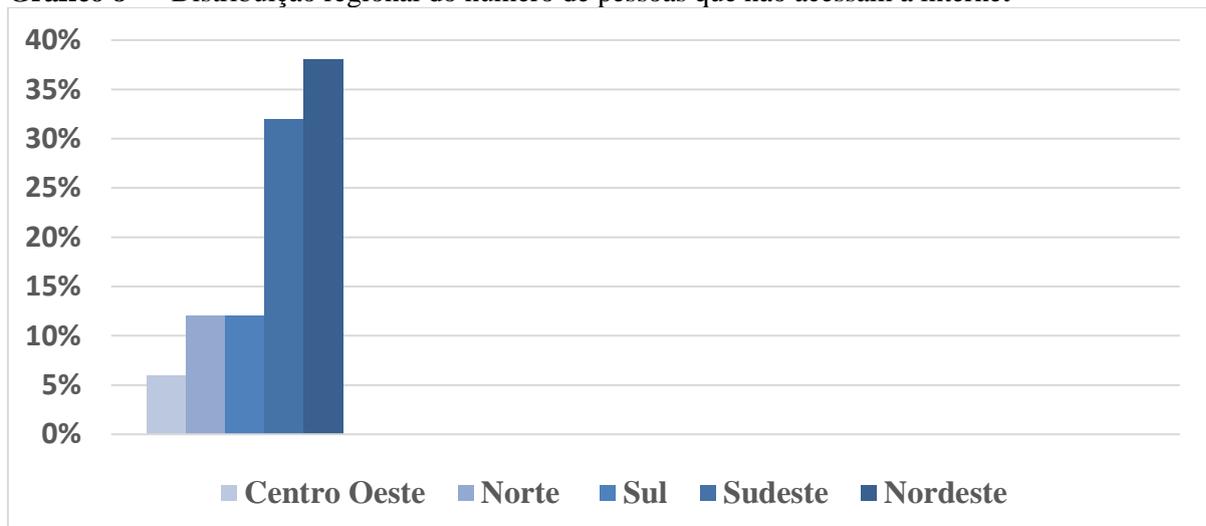
O contato com as tecnologias imprime nas pessoas um certo potencial de aprendizado, desde seu manuseio até mesmo a internalização dos conteúdos veiculados por meio do rádio, da televisão, do celular ou qualquer outro recurso que possa gerar conhecimento e desenvolvimento de habilidades.

Cabe ressaltar que a escrita, e todo processo até aqui apresentado, procura estabelecer uma nova forma de pensar a execução de metodologias diversificadas com possibilidades de uso dos recursos tecnológicos, cuja intenção é alcançar a aprendizagem dos alunos da EJA inseridos na Educação Especial. Com o propósito de obter respostas sobre os questionamentos levantados nesta pesquisa, os informantes responderam questões acerca da aplicabilidade das tecnologias na sala de aula. Para a maioria existe parcialmente um empecilho para inserção das ferramentas tecnológicas na sala de aula, assim o percentual chega a 80%, ao mesmo tempo, todos concordaram que esses são recursos que podem gerar benefícios na aprendizagem dos alunos.

Diante das situações encontradas nas respostas dos professores e nas análises dos relatos dos pais, apresentadas nas fichas de matrículas foi possível identificar a variedade de recursos tecnológicos utilizado pelos alunos em casa. Segundo os professores, 80% conseguem usar em casa desde o rádio, a televisão, o celular com e sem internet, sendo estes também os mais explorados pelos alunos, talvez pelo fácil acesso para alguns. Contudo, cerca de 20% dos

alunos, que compõe uma pequena parcela, tem acesso a estes recursos tecnológicos em casa, o que evidencia defasagem em relação aos acessos. Essa problemática gera a exclusão digital, consequentemente, a desigualdade social entre as pessoas. Esta questão não é vista isoladamente, pois os alunos da EJA, moradores da cidade de Caetité, compõem apenas uma pequena parcela da população brasileira como mostra o Gráfico 8, o que infelizmente ainda se configura como uma questão mundial.

Gráfico 8 — Distribuição regional do número de pessoas que não acessam a internet



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2018).

Nestas condições, esta exclusão digital pode ocorrer em razão de diferentes questões como o alto preço dos equipamentos que possibilitam a comunicação, falta de conhecimento sobre seu uso ou ao déficit de infraestruturas para seu acesso. Caetité é um município com grande parcela de “analfabeto digital” isso foi revelado na prática durante o período pandêmico, visto que grande parcela do alunado não teve possibilidade de acompanhar as aulas *on-line*, devido aos fatores já citados. A negação de acesso às tecnologias torna o cidadão privado de muitas coisas e isso afeta a economia negativamente.

Os professores apontaram que 50% dos alunos ficaram sem aula ou acompanhamento da escola durante o período pandêmico do qual, metade estão à margem da técnica. A Tabela 6, a seguir, descreve o cenário da chamada “pobreza tecnológica” enfrentada pelos alunos e familiares.

Tabela 6 — Tecnologias utilizadas pelos alunos

Tecnologias	(%)
Rádio	80%
Computador/notebook	-

Tecnologias	(%)
Televisão	100%
Tv por assinatura	-
<i>Tablet</i>	-
Celular conectado à internet	60%
Celular sem internet	60%

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

O conhecimento prévio e criterioso do professor é importante, na medida em que ele deve se atentar para os entendimentos relacionados às vivências e às experiências dos alunos, de modo que sejam exploradas as possibilidades de aplicação das ferramentas digitais para que os alunos não “carreguem” o medo ou a vergonha de não saberem manusear tais recursos. Além disso, é necessário desenvolver a criticidade em relação ao poder das ferramentas comunicativas, que podem impor visões e posicionamentos inferiorizados.

9 — Recursos tecnológicos na escola

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos aplicados por inúmeros professores quanto ao uso dos recursos tecnológicos como fonte importante na ação educativa, fica claro que a tecnologia permite a difusão de informações, as quais exercem um papel eficiente e promove uma aproximação entre as pessoas, além de reduzir o tempo de propagação das mensagens.

Elaborar um plano de aula que explore as tecnologias exige dos educadores e de toda equipe profissional usar os mecanismos tecnológicos disponíveis na escola. Cabe à toda equipe pedagógica garantir ao menos o bom uso para promover uma aplicabilidade segura e consciente, assim, precisa disponibilizar recursos para todos sem exceção. Também é responsabilidade dos educadores e educandos zelar pelo bem material existente na escola, desde cadeiras até o computador.

Para a otimização da aprendizagem dos alunos do CEEEC com transtorno intelectual, os professores apontaram vários aspectos, conforme Tabela 7, a seguir. Verifica-se que 80% pensam na necessidade de aumentar a capacidade da conexão com a internet, os demais apontam que deveriam disponibilizar para os alunos recursos tecnológicos como: *tabletes*, computadores, impressoras; tornar a sala de aula mais equipada de recursos tecnológicos; criar espaço colaborativo para os alunos explorarem suas produções e garantir suporte técnico e operacional no desenvolvimento do trabalho remoto.

Tabela 7 — Questões que favorecem a otimização das aulas

Melhorias na escola	%
Aumentar a capacidade da conexão com a internet	80%
Socializar o sinal de internet	-
Disponibilizar para os alunos recursos tecnológicos como: tabletes, computadores, impressoras	60%
Tornar a sala de aula mais equipada de recursos tecnológicos	60%
Criar espaço colaborativo para os alunos exporem suas produções	60%
Garantir suporte técnico e operacional no desenvolvimento do trabalho remoto	60%
Outros	20%

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Com base na Tabela 7, há a necessidade de tornar o CEEEC uma escola mais atrativa para de modo que os professores possam fazer uso da tecnologia sem se preocuparem com a capacidade da internet, a disponibilidade dos recursos tecnológicos, o espaço para execução das atividades intermediado por um suporte técnico responsável. É importante ressaltar que a escola é equipada com laboratório de informática, mesmo com equipamentos antigos, existe o atendimento de grande parte da classe estudantil. Cabe destacar que devido aos problemas intelectuais, esses alunos acabam explorando os equipamentos de forma inadequada, ainda que recebam orientações quanto ao uso correto. Mesmo assim, 60% consideram os equipamentos em condições razoáveis para uso.

O Gráfico 9, que segue, aponta a disponibilidade dos recursos para o professor e o aluno, cujo percentual apresentou uma variação, ou seja, 20% acredita que não são suficientes, 40% acham que sim ou parcialmente. Diante disso, o CEEEC ainda não contempla professores e alunos quanto ao uso das tecnologias, se o contato é somente durante as aulas de informática, o tempo ou a disponibilidade não abrange a todos.

Gráfico 9 — Recursos disponíveis para professor/aluno

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Como aponta Cavalcante (2012), o trabalho da sala de aula engajado pelas tecnologias, exige dos professores uma certa responsabilidade no sentido de aperfeiçoar a aprendizagem dos alunos diante dos aspectos naturais e culturais em que vivem. Nesta compreensão, o desenvolvimento do professor e do aluno torna-se contínuo, diante do uso adequado das tecnologias.

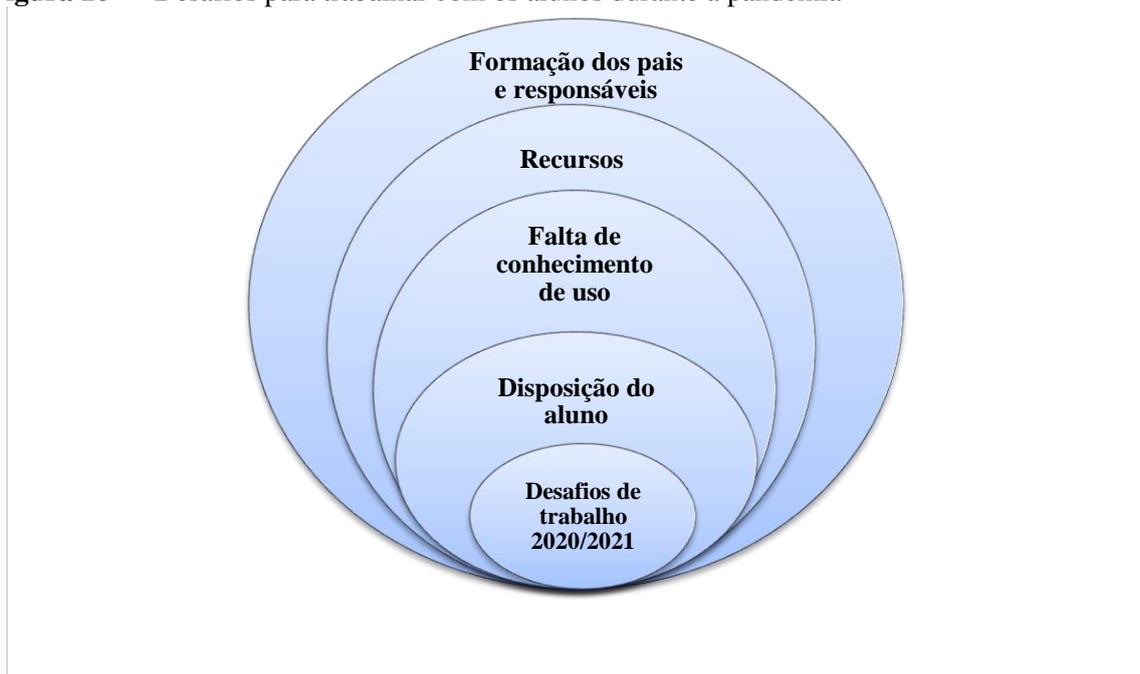
10 — Pandemia e tecnologia

Os anos de 2019 a 2021 impuseram a quase todas as classes trabalhadoras formas diversificadas para exercerem suas atividades, como foi exposto na parte introdutória desta dissertação. As mudanças ocorridas com o avanço do Corona vírus, denominado momento pandêmico, tomou impulso causando o isolamento social, além de vitimar muitas pessoas, dessa forma, tornou-se necessário o emprego do ensino remoto.

O trabalho do professor passou por adaptações drásticas, a escola se instalou nas casas, a tecnologia comandada pela conexão com a internet virou aliada da educação. A casa do estudante se tornou o espaço de aula quando as condições favoreciam, visto que alguns deles ainda não conseguem ter acesso a estes recursos ficando à margem. Diante desta situação, por meio do questionário, os professores apontaram os desafios para trabalhar durante a pandemia com os alunos da educação especial. Além dos recursos, os professores disseram que a formação dos pais e responsáveis tem grande interferência no processo, mas apontaram também a disposição dos alunos, a falta de acesso e envolvimento com os recursos tecnológicos e, ainda, os problemas diversos com conexão de internet. Os desafios são gigantescos para ambos.

Coube na investigação ora realizada, indagar sobre estes desafios para os educadores diante das condições dos alunos, os quais pontaram a falta de acesso ao computador e *smartphone* como a principal questão observada, o que expressa a Figura 16, a seguir. Além disso, os docentes apontaram a falta do apoio familiar, falta de ajuda dos pais e responsáveis, a falta de disposição do aluno em estudar de forma remota, o pouco envolvimento com os recursos tecnológicos, a falta de conhecimento para usar as plataformas interativas e, ainda, a dificuldade em ter acesso à internet, configurando-se como um cenário bastante difícil, dado o grande número de evasão do ensino.

Figura 16 — Desafios para trabalhar com os alunos durante a pandemia



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

As tecnologias se disseminaram no mundo e trouxeram a possibilidade de estudo, para os professores do CEEEC, elas fizeram a diferença na prática docente, apesar de atingirem parcialmente os estudantes de acordo as questões já especificadas anteriormente. O desafio perpassa o momento atual. O avanço tecnológico engloba uma gama de questão pouco difundida no meio social.

11 — Perspectivas

Cabe, no momento atual, buscar um meio para fazer uso de recursos facilitadores da aprendizagem, seja ela intermediada pelo celular, rádio, televisão, computador ou quaisquer outros, desde que estejam ajustados com as condições de cada pessoa. A intermediação do conteúdo é tão importante quanto o meio de comunicação utilizado pelos professores, pois, só haverá o entendimento em todos os sentidos, se a mesma chegar ao aluno clara e objetivamente. Nestas condições, segundo os professores, os alunos utilizam mais o celular, como recurso para as aulas remotas, isso é comprovado diante da pesquisa realizada pelo IBGE, em 2019, a qual aponta que 97,4% dos estudantes tem o *smartphone* como principal recurso para acompanhar as aulas *on-line*.

Apesar das dificuldades em obter um aparelho móvel, a tecnologia representa uma forma de estimular o letramento dos alunos com transtorno intelectual, pois, por meio da

exposição, o aluno reconhece na tecnologia práticas/conteúdos trabalhados em sala de aula. Isso pode está aliado às práticas dos professores, durante as aulas, com a exploração das informações televisivas e midiáticas, o que gera um trabalho diversificado, que pode mudar o pensar e o agir de cada educando.

Para tanto, esses instrumentos têm sido muito importantes na promoção do letramento, conforme observado no questionário aplicado. Fica evidente que todos os professores consideram a tecnologia importante durante o percurso educacional, porém, estes docentes apontam a fragilidade para o desenvolvimento de atividades. O domínio das TICs exige do professor a participação em cursos para se inteirar a respeito dessas ações, conseqüentemente, pôr em prática explorando a interdisciplinaridade. Quanto à vontade de saber ler e escrever dos alunos, os informantes foram questionados acerca da possibilidade de inserir as tecnologias para alcançar um resultado consistente, desse modo, os professores apontaram as tecnologias como caminho mais adequado para se chegar ao letramento. No sentido mais amplo, o uso destes recursos ajudaria a compreender como as coisas acontecem ao seu redor.

Com uma orientação sólida, os professores consultados veem, na tecnologia, um caminho a percorrer, visto que o público alvo faz uso do celular como recurso comunicacional. Sendo assim, a fragilidade na leitura e na escrita dos educandos poderá alcançar rumos diferentes do atual, se existe a possibilidade, ela precisa ser testada por meio de adaptações diante da especificidade de cada estudante.

As análises realizadas junto aos professores, os diálogos, os questionamentos levantados, os estudos dos materiais sobre os alunos elaborados pelos professores, leva-nos a refletir sobre a realidade do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité, cujos sujeitos atendidos nesta Instituição, alunos com transtorno intelectual, apresentam situações observadas em outras modalidades de ensino. As possibilidades de acessibilidade destas pessoas no meio educacional apontam que a educação para estes alunos é exercida com comprometimento e seguem as bases legais, o que evidencia a preocupação dos educadores na atualização de seus estudos.

Aprender e concomitantemente ensinar é uma das inúmeras habilidades do grupo investigado, em que a inclusão desafia, ao mesmo tempo, todo corpo docente e classe estudantil. O conceito que guia o processo observado durante toda investigação pode ser percebido pelas ações da equipe voltada para empatia, solidariedade, regada de muita dedicação na busca de um aprendizado constante.

Por outro lado, fica evidente a necessidade de investimentos em recursos tecnológicos

dentro da escola, mediante a ampliação das possibilidades de aprendizagem dos estudantes de maneira que os tornem sujeitos visíveis no contexto social. A proposta apresentada neste trabalho de conclusão de mestrado visa o uso das tecnologias como suporte da aprendizagem, por isso, sugere maiores investimentos na sala de aula, de modo que isso proporcione aos alunos contato com as diversas mídias existentes, pois o emprego de um simples *tablet* poderia facilitar o manuseio das atividades propostas.

Alinhada a toda ação pedagógica, a atuação do professor precisa ser repensada para convencer a todos que eles sabem alguma coisa e que podem aprimorar seus conhecimentos, criar expectativas em relação à aprendizagem. É preciso dá oportunidades para o aluno aprender com base nas suas vivências, na promoção do diálogo, independentemente de qualquer característica ou limitação. Além disso, é preciso proporcionar a interação entre todos, pois se essas ações forem postas em prática, acredita-se que o fazer pedagógico caminhará para um futuro promissor.

É sabido que toda essa discussão não seria válida se diante da realidade apresentada não fosse disponibilizado algo inovador para o ensino dos alunos da EJA, em especial, aqueles que procuram o atendimento educacional especializado. Assim, o próximo capítulo apresenta a descrição do produto educacional, um livro didático para professor e aluno, respectivamente.

6 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade que abrange uma formação em nível *Stricto Sensu* que prioriza os profissionais atuantes na área de estudo com a intenção de promover melhores envolvimento entre a universidade e a sociedade. Desse modo, tem como um dos requisitos a produção de um produto educacional como meio para titulação de mestre na área atuante.

Comungando a esta ideia, a Universidade do Estado da Bahia, Campus VI de Caetitê, no programa de pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) estabelece que o mestrando deva integrar à sua pesquisa um produto educacional para a consolidação de resultados, com isso, oferecer um instrumento capaz de transformar a realidade estudada.

A promoção do diálogo durante o percurso nas disciplinas, assim como as conversas com a orientadora, Prof.^a Dr.^a Gabriela Silveira Rocha, contribuíram para a ação reflexiva e inovadora das atividades a serem pensadas, de modo que surgiram infinitas possibilidades para o desenvolvimento do Produto Educacional (PE). É importante enfatizar que no percurso para a confecção do PE, bem como durante os estudos possibilitados em sala de aula durante o mestrado, os caminhos profissionais enfrentados contribuíram para o objeto de investigação. A produção desse conhecimento buscou a prospecção de problemas observados, para com isso trazer possíveis soluções para o ensino-aprendizagem.

Nesta relação, entre o estudo e a produção de um produto educacional, muitas aprendizagens foram concretizadas e, concomitantemente, muitas ações foram compreendidas. O produto ora confeccionado consiste em um livro com a intenção de encontrar meios para uma promoção do ensino que seja realizado de maneira inovadora, que seja possível promover reflexões bastantes positivas em todos os sentidos da aprendizagem. Desse modo, firma-se que é função do educador buscar mecanismos carregados de inovações para a valorização do ensino.

A área do ensino para todos, tendo a acessibilidade como meio principal, ainda é uma fonte inovadora, as reais possibilidades existem, porém, o fator inclusão ainda é desafiador. O produto educacional, para ser acessível, exige do produtor conhecimento sobre estratégias do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), pensada não somente para alunos com necessidades especiais, mas também para outros públicos que sentem a lacuna de compreender tal conteúdo de acordo seu nível de aprendizagem.

O objetivo, ao aplicar o DUA, consiste em levar ao aluno aquilo que é pertinente para o seu aprendizado, para desenvolvimento das suas habilidades e desejos. Para isso, o PDI — plano elaborado pelos professores do CEEEC, que faz um diagnóstico das habilidades,

potencialidades e dificuldades dos alunos — aponta para o professor melhores estratégias junto ao mesmo. Vale ressaltar que as ações aplicadas podem não surtir efeito satisfatório, devendo o professor investir em outras metodologias com intuito de alcançar os objetivos, ao passo que todas as pessoas aprendem ao seu modo e de jeitos diferentes.

Para entender melhor a respeito da aplicabilidade do DUA nos conteúdos didáticos, são usados como exemplo a aplicação de *softwares* interativos, textos e/ou livros gravados, uso de jogos e/ou músicas, avaliação baseada no desempenho real do aluno, tutoria entre pares, dentre outros.

O principal objetivo do produto é desvendar os pontos referenciais da cidade de Caetité para promover o processo da leitura e da escrita por meio do QR Code. Em conformidade com as propostas estabelecidas pelo DUA, o produto educacional pensado e concretizado, consta de um livro intitulado *Aventura pelo conhecimento* direcionado ao professor e ao aluno, dividido em capítulos, o qual contém recortes da cidade de Caetité/Bahia. Porém, para ter acesso ao conteúdo de forma imediata, o aluno precisa decodificá-lo usando o celular/*smartphone/tablet* de modo que descubra de qual contexto é a atividade proposta, com isso, o usuário pode resolver questões no próprio livro e, também, com o uso do *hyperlink* direcionado no aparelho. O livro contém textos informativos e interativos, fotografias e atividades sequenciadas para o aluno que se tonará integrante da história. Para o professor, o material conta com algumas orientações na realização das atividades em conjunto ao público diversificado, garantindo o que versa o DUA quanto à universalização da aprendizagem.

Durante a confecção do livro, pontos estratégicos da cidade foram fotografados para levar ao aluno à exploração do espaço aplicando o lúdico no ensino. É importante destacar o uso dos documentários disponíveis na internet que estão no livro foram utilizados mediante o consentimento dos autores e assinatura do Termo de Autorização para utilização de imagens, áudio, texto, vídeo e materiais diversos, como consta no Anexo I desta dissertação. Os aplicativos e *softwares* para criação dos personagens, edições de fotografias, bem como dos QR Codes e das atividades *on-line* são livres e de fácil acesso. Intermediada pelas atividades, o aluno faz a leitura da cidade explorando conteúdos interdisciplinares, compreendendo os significados dos símbolos, uma vez que a cidade, o bairro e as casas são cercadas por informações desenhadas ou descritas, algo que proporciona o desenvolvimento cognitivo, como, também, os materiais que retratam a tradição cultural da cidade e a interação com estes permitiu o surgimento de jogos e atividades diversificadas.

Neste contexto, as imagens, as cores, as tradições, os costumes, toda sua gente toma sentido diante de uma proposta interativa voltada para o desenvolvimento das habilidades

pessoais. Os saberes sensíveis, os conhecimentos científicos ligados aos saberes do cotidiano compõem um conjunto de desafios enfrentados durante toda vida e se caracterizam como fatores naturais que favorecem o despertar da aprendizagem. Disso, surge a importância em explorar estes saberes, possibilitando inserir atividades de acordo a necessidade de cada aluno, as quais podem ser usadas em diversas modalidades de ensino.

Este relato tem como foco principal apresentar as etapas de execução do produto educacional, por isso, destaca os desafios para uma produção tanto desejada. A ideia surgiu de momentos vivenciados em conjunto com professores e alunos, mediante observações e análises, pela preocupação de encontrar um “caminho” para que a aprendizagem se tornasse sólida e os professores compreendessem a realidade vivida por cada estudante.

Inserir a tecnologia como recurso facilitador da aprendizagem, com tema que fosse instigante para o aluno, é o objetivo maior. Desta feita, quando se percebe a necessidade de trabalhar o cotidiano com os alunos da EJA inseridos na Educação Especial, logo surgiu a ideia de acrescentar a cidade como fator primordial e como elemento para ser estudado. Diante da exploração dos recursos tecnológicos, foram elaboradas atividades de coordenação motora, memorização, leitura e escrita, estimulação visual, e o mais importante, usar o livro físico ou digital o qual tem a tecnologia como facilitador do processo.

É importante discorrer sobre a escolha do local habitado pelos estudantes como ambiente que possibilitasse o ensino criativo e consistente. Neste propósito, Caetité é uma cidade acolhedora, com praças atraentes, bairros que estampam a cultura do seu povo, possui encontros culturais marcantes, tem pessoas ilustres reconhecidas nacionalmente, a arquitetura é bem antiga podendo ser estudada em sala de aula. Além disso, possui riquezas minerais e gera energia eólica com propriedade. Essas possibilidades dispostas na cidade precisam ser levadas aos entendimentos dos alunos, aqui trata-se dos alunos com comprometimento intelectual, entretanto, sabe-se que toda classe estudantil deveria ter acesso a estas riquezas culturais e materiais.

Ter a cidade como inspiração e incentivo na leitura e escrita implica em fazer um levantamento minucioso na intenção de catalogar os aspectos explorados ou não pelos alunos, durante todo percurso até chegar no resultado final. O material disponibilizado pode ser utilizado nas aulas de AEE com os alunos da EJA, especialmente aqueles com transtorno intelectual leve e que, muitas vezes, desconhecem os fatores que compõem a cidade onde vivem. Portanto, é imprescindível destacar a possibilidade de uso com outros alunos com comprometimento ou não, de maneira que por ser um material também pensado nas ações do educador, todas as atividades apresentam indicações de uso com alunos comprometidos com

outras deficiências. Assim, não só a cultura é resgatada, como também a promoção da aprendizagem inclusiva nas ciências exatas, humanas e biológicas enquanto direito de todos.

O trabalho da sala de aula, guiado pelo livro elaborado neste estudo, representa um recurso pedagógico bastante valioso, visto que possibilita, por meio das tecnologias, o desenvolvimento de competências no educando, com isso, surge uma abertura de novos caminhos para criações futuras. O domínio das tecnologias gerará o mecanismo da alfabetização/letramento, além de enfatizar no educando a capacidade de informar, interagir, adentrar no imaginário, divertir-se, exercitar a memória, conseqüentemente, desenvolver as habilidades de interpretação e produção de pequenos textos.

Os recursos disponíveis no livro além de promoverem o processo do letramento, busca também a diversão, pois usa brincadeiras com as letras que podem ser manipuladas, montadas e desmontadas, associadas a imagens com possibilidades infinitas, além de recursos de áudio como músicas, karaokê e vídeos diversos. Não só a escrita está presente no livro físico, como também as representações organizadas pelos alunos, os cálculos matemáticos que podem oportunizar a exploração da calculadora digital disponibilizada pela decifração do *QR Code*. Enfim, as possibilidades das atividades desenvolvidas contemplam um planejamento interdisciplinar a ser aplicado dentro da sala de aula.

Por intermédio do uso das TICs no ambiente escolar/educacional, propõe-se um momento de reflexão sobre a maneira de empregar esses recursos de forma que potencialize o aprendizado dos alunos mencionados, o que pode criar um ambiente prazeroso e enriquecedor.

Com base no que foi apresentado, o produto educacional surge em função da busca de melhoria no processo ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência, em especial, dos alunos da EJA. Esta produção demonstra vontade de atingir tanto os alunos como também o professor, protagonista principal desta ação, sem ele a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar torna-se inviável.

CONCLUSÃO

Ao ser feita uma retrospectiva sobre todas as questões levantadas nesta escrita, dentre os aspectos relevantes, em primeiro lugar, coube destacar o desenrolar apresentado pelo ensino das pessoas frequentadoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudantes com saberes próprios que, ao longo da sua trajetória, conquistaram espaço e ampliações das discussões em torno de uma educação elementar acessível a toda população.

A EJA era para muitos uma modalidade pensada no âmbito popular, com o passar dos tempos, ganhou nova roupagem, constituindo-se como campo pedagógico. O educador Paulo Freire, comprometido com as transformações da educação de jovens e adultos, em seus escritos e ações aponta para um desenvolvimento da consciência crítica, política e para desenvolvimento da aprendizagem. Para ele, estes são estudantes “necessitados” de ampliação nos conhecimentos gerais. José Manuel Moran, em seus estudos sobre o uso das tecnologias aponta a importância do planejamento didático tendo as tecnologias como suporte no favorecimento da ação docente. Assim, os alunos da EJA com transtorno intelectual não podem ser compreendidos longe deste contexto, pois o paradigma da inclusão social visa a tornar todas as pessoas reconhecidas e valorizadas, para que ocupem lugares dos mais variáveis possíveis.

Em segundo lugar, é importante enfatizar a relação de inclusão estabelecida com os alunos da EJA com transtorno intelectual, pois o ensino perpassa a leitura e a escrita, para tanto precisa valorizar as múltiplas diferenças. O saber sensível do professor e de toda classe social precisa estar integrado em todos os aspectos. Infelizmente, essa problemática não deveria existir, visto que a Constituição já garante reconhecimento de todos como cidadãos comuns, independente das “diferenças”.

Por fim, cabe destacar que mesmo com tantas garantias dos direitos, ainda existe uma parcela da população que desvia o olhar para estas pessoas com deficiência. Nestas condições, no contexto educacional, busca-se promover para este público uma aprendizagem regada pelas tecnologias, o que revela a capacidade dos estudantes em aprender, intermediada pelos fatores apresentados pela cidade.

Os caminhos seguidos no desenrolar da pesquisa partiram de dois estudos de casos: a escrita da dissertação e a elaboração do produto educacional, de tal modo estabeleceu critérios na busca dos objetivos lançados. O principal deles procura discutir e criar um ambiente interativo, didático, tecnológico e prazeroso de forma lúdica, por meio dos dispositivos móveis explorando os recursos do *QR Code* gerados pelos recortes da cidade para estimular o desenvolvimento cognitivo dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) inseridos na

Educação Especial. Ao serem considerados os estudos, leituras, escritas e produção do produto educacional acredita-se que a pesquisa atingiu tal objetivo, na medida em que pode levantar dados e apresentar o perfil dos alunos citados e, simultaneamente, confeccionar atividades interativas e lúdicas pautadas em aspectos da cidade de Caetité, como estampado no produto educacional.

Desta feita, os objetivos específicos foram traçados, em primeiro plano, para discutir a inserção do aluno com deficiência intelectual na Educação Especial. Explicita-se, nas entrelinhas apresentadas nos capítulos 1 e 2 deste estudo e pelas leituras e análises, o marco histórico das lutas impostas para o desenrolar de todo processo de inclusão. Para chegar no patamar deste século XXI, mesmo que ainda exista tanta resistência, os estudantes da EJA com deficiência enfrentaram muitos obstáculos no campo educacional. Isso foi evidenciado nas investigações que apontaram desde a precariedade nos recursos destinados a esta modalidade, na formação pedagógica ainda incipiente dos educadores. Porém, muitos ganhos foram alcançados, como o respeito e a valorização das pessoas.

O CEEEC, escola que esses alunos frequentam, tem no seu PPP ações descritas para que o atendimento educacional especializado alcance novos pensamentos, e as ações dos professores revelam este interesse.

O segundo objetivo específico procurou entender o espaço pedagógico como local de inserção das pessoas com comprometimento intelectual, para alcançá-lo, muitas questões foram levantadas e suas respostas evidenciaram que a incorporação destas pessoas no ambiente escolar eleva a autoestima dos estudantes, visto que sentem valorizados. Os resultados também apontaram que o sistema de ensino precisa estar preparado para acolher alunos com diferentes tipos de deficiência não só intelectual, como tantas outras.

Ao corpo docente cabe valorizar e respeitar as especificidades e habilidades que estes estudantes trazem, pois, interagem com o mundo ao seu modo e, simultaneamente, se desenvolvem academicamente e socialmente, o que reflete na inclusão de todas as pessoas, por isso, “a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais” (BRASIL, 1998, p. 18).

Ao investigar o processo de ensino adotado pelos professores do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité (CEEEEC), a pesquisa valeu-se da investigação intermediada pelo questionário (Anexo II) com perguntas objetivas, leituras dos documentos referentes aos estudantes. Constatou-se uma preocupação dos docentes na intenção de levar aos alunos um ensino de qualidade e inclusivo. Evidencia-se que os professores quando alcançam os objetivos

do ensino para todos, não só os mecanismos primordiais de aprendizagem como também as questões sociais são valorizadas. Isso estimula toda a equipe escolar a lutar por uma educação de qualidade realmente inclusiva.

Um ponto decisivo nesta escrita procurou entender como os recursos tecnológicos utilizados no CEEEC de Caetité são capazes de estimular a aprendizagem significativa e promoverem o desenvolvimento cognitivo por intermédio das tecnologias. Nesta feita, construir um ambiente altamente tecnológico ainda está nos sonhos de toda escola brasileira, no CEEEC não é diferente. Diante das respostas objetivas colhidas pelo questionário verifica-se que esse é um processo ainda tímido, pois a inserção das tecnologias no aprendizado dos alunos do CEEEC acontece principalmente pelo uso do computador com duas horas aula semanais. Os professores demonstram ainda muita fragilidade, mas manifestam interesse em usar as tecnologias para promover no estudante o desenvolvimento intelectual. Para maioria, a escola ainda é deficitária neste aspecto, principalmente quanto ao apoio à exploração da conexão de internet. Os investimentos poderiam acontecer dentro da sala de aula, pela disponibilização de aparelhos celulares ou *tablets* a serem manuseados por eles.

É de suma importância destacar a necessidade de uso dos meios tecnológicos na sala de aula, sobretudo para que não fiquem obsoletos, assim como tantos outros instrumentos disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, a exemplo das TVs *pendrive*, as quais são quase inutilizáveis por não comportarem *softwares* avançados para exploração dos professores. O trabalho com as pessoas com algum tipo de deficiência demanda maiores investimentos quanto aos recursos tecnológicos, assim, a aplicabilidade da tecnologia assistiva é voltada para a necessidade totalmente individualizada, ou seja, cada pessoa é única e depende de um artefato personalizado para seu desenvolvimento cognitivo.

Os avanços do aprendiz com deficiência intelectual, estudantes do CEEEC, necessitam de atenção, no sentido de dar oportunidade para potencializar projetos a serem pensados e estruturados na intenção de ajustar o aprendizado pelas tecnologias. Conforto (2001) destaca três eixos para a construção de projetos pedagógicos inclusivos: a inteligência individual para a coletiva, a homogeneidade para heterogeneidade e o currículo para a aprendizagem. Eixos importantíssimos merecedores de atenção. O apoio e a valorização dos profissionais da educação precisam ser intensificados, ao passo que a categoria clama por investimentos em todas as áreas, desde a formação profissional, até melhores condições salariais e trabalhistas.

Contemplando o segundo estudo de caso, o último objetivo pensado, procurou apresentar uma proposta pedagógica, a saber, um livro didático com atividades interativas/lúdicas como ferramenta que possibilitasse a aprendizagem dos alunos com

transtorno intelectual estudantes da EJA. Para conseguir alcançar este objetivo, o livro foi produzido conforme detalhado no capítulo 5 desta dissertação, seguindo os propósitos do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA).

Todavia, o livro *Aventura pelo conhecimento* torna-se um desejo realizado não apenas pela produção, pela escolha do tema, mas pela contribuição desta produção no aprendizado das pessoas com deficiência, ainda, por levar aos professores um material ajustável com dicas detalhadas.

Por conseguinte, este trabalho dissertativo está associado ao produto de modo que ambos revelam o compromisso educacional para com as pessoas com deficiência, pautado na lógica da inclusão. Em resumo, o ato inclusivo necessita compor ações diversificadas, estimular a empatia, a solidariedade, o respeito, a compreensão, a harmonia e, principalmente, a responsabilidade, para ultrapassar as barreiras da deficiência para atingir propostas assertivas voltadas ao compromisso da inclusão.

É importante destacar que toda discussão procurou respostas para as perguntas da pesquisa ora desenvolvida, desse modo, entender como os recursos tecnológicos podem potencializar a aprendizagem dos alunos da EJA no AEE e como estes recursos, combinados com os aspectos da cidade, poderão gerar meios para promoção da leitura e da escrita destes alunos.

Em resposta, do ponto de vista pedagógico, compreende-se o papel dos recursos tecnológicos em conjunto com os aspectos da cidade como mecanismos fluentes na execução de projetos inovadores mediante metodologia aplicada na sala de aula, podendo potencializar a aprendizagem. Todo este percurso exige organização e criatividade, ao passo que as tecnologias englobam uma gama de utilidades em inúmeros aspectos já mencionados. Um recurso enriquecedor são os jogos educativos que conseguem atrair os olhares e proporcionar o desenvolvimento cognitivo.

O celular, o *tablet* e o computador são exemplos de tecnologias atrativas para o ensino educacional, quando usados em sala de aula, pois o conteúdo surge de maneira mais intuitiva e assertiva. Estes recursos têm potencial de levar aos alunos games para fixação de disciplinas por meio de jogos, com ferramentas que têm a capacidade de estimular as habilidades do aluno como: raciocínio lógico, coordenação motora, definição de estratégias, desenvolvimento cognitivo, organização dos objetivos e promoção da interação e da cooperação entre eles.

O contexto do AEE exige do professor a criatividade para execução de jogos a serem aplicados de modo que contém palavras, imagens, sons projetados pela cidade de Caetité, que podem ser mediados por plataformas digitais gratuitas como: wordwall, jigsawplanet, Potatoes,

Edilim, o Power Point, dentre outros. O aluno tem a oportunidade de exercitar suas habilidades e, simultaneamente, conhecer o espaço do qual faz parte, e mais importante, receber o jogo com praticidade, ou seja, por meio dos códigos de *QR Code*, de forma impressa ou digital, acessados pelos dispositivos. Os jogos têm a capacidade permitir a criação de contextos que estão acima dos métodos tradicionais de ensinar, com isso, mobilizar o currículo de forma prática e significativa.

Por meio da gamificação, em conjunto com a criatividade dos educadores, o jogar com características educativas pelos recortes da cidade, acaba por gerar interesse nos estudantes, tornando-os estimulados quanto ao desenvolvimento. Assim, as TICs na educação especial ganham nova “roupagem” por serem aplicadas com outros olhares e com técnicas apropriadas a cada estudante.

Tendo em vista os aspectos observados durante todo esse percurso, com destaque para o potencial da tecnologia no processo de construção do conhecimento, é importante frisar a tríade entre tecnologia, educação e cidade. Diante de tal perspectiva, os processos formativos serão bem-sucedidos se considerarem o ser humano como principal integrante do contexto local e global.

Desse modo, o uso das tecnologias quando voltado para a promoção da cidadania pode favorecer as práticas de ensino e aprendizagem, com isso, ampliar as possibilidades cognitivas por intermédio da interação entre a formação do educando e os diversos campos dos saberes. O projeto pedagógico sustentado no uso das tecnologias digitais deve ser pensado frente a três esferas principais: a identificação das necessidades e potencialidades dos sujeitos, uso da criatividade para pensar uma ferramenta ou recurso tecnológico para alcançar a demanda visualizada nos diagnósticos, também, a construção de um conjunto de estratégias pedagógicas mediadas pelas tecnologias digitais para alcançar as metas propostas. Tais ferramentas podem funcionar, também, como possibilidade de aprendizagens éticas, moral, intelectual e, acima de tudo, como meio de inclusão do indivíduo na busca do seu reconhecimento social.

O potencial mobilizador da informática na Educação Inclusiva alicerça-se não na redução da inteligência a uma categoria unicamente biológica, mensurável pelos testes de inteligência, mas, sim, em um ideal de inteligência coletiva, que valoriza e otimiza a utilização e a criação de competências, que possibilita fomentar a imaginação e as energias intelectuais em qualquer diversidade qualitativa e onde quer que ela se situe (CONFORTO, 2001, p. 345).

Diante das palavras apresentadas por Conforto (2001), o potencial cognitivo de todas as pessoas tem um significativo valor social, a apropriação dessa competência, necessariamente, exige de todos um comportamento que valorize o conjunto de muitas capacidades. Afinal, os

caminhos para novas possibilidades estão escancarados, resta-nos olhá-los de forma especial, para que eles levem a espaços que promovam rompimentos das barreiras que, por ventura, surjam. Assim, a proposta apresentada pode contribuir para o alcance de uma sociedade democrática que promova ações participativas e dialógicas tornando o meio que se vive acessível para si e para os outros.

Realizar um trabalho voltado para a inclusão digital dos alunos de EJA fez surgir um olhar bastante singular para esta prática, pois, muitas vezes, a sutileza das dificuldades desses estudantes gera o desconforto para ambas partes. Dessa forma, é necessário considerar, ainda, que há muito a ser feito para alcançar um patamar de qualidade no ensino da educação brasileira, principalmente na modalidade da educação especial. Muitas ideias e estudos inovadores têm surgido com a finalidade de contemplar toda classe estudantil, contudo, infelizmente ainda tais ações não abrangem a sociedade em geral. Por isso, é indispensável que novidades surjam, que as práticas pedagógicas ganhem espaços para alavancar as competências e habilidades mediante ações em prol da inclusão dos menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

- ALESSANDRA, Karla. **Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia**. Agência Câmara de Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/814382-educadores-alertam-para-aumento-de-evacao-escolar-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 20.12.2021
- ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M.; GOMES, N.L. **Diálogosna Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1 edição 2005.
- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática, 1988.
- BEHRENS, M. A. “Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente”. *In*.: MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Campinas: Papirus, 2000.
- BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- BORUCHOVITCH, Evely. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 1999.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 mai. 2021.
- BRASIL. Brasília, Presidência da República. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153:legislacao&catid=98:par-plano-de-acoes-articuladas&Itemid=366. Acesso em: mar. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94807/decreto-6094-07-decreto-de-alfabetizacao>. Acesso em: 12.03.2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19**. Microdados [Internet]. Rio de Janeiro:IBGE; Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD_COVID19/Microdados/PNAD_COVID19_052020.zip. Acesso em: mar.2020.
- BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de**

Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9394 de 20 dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília: 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos:** alunas e alunos da EJA. Vera Barreto (coord.). Brasília: 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos:** o processo de aprendizagem dos alunos e professores. Vera Barreto (coord.). Brasília: 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos,** 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Brasília: Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999a.

BRASIL. **Parecer CEB 11/2000.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000

BRASIL. **PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 25. jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 17/02/2021.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília. 2000.

BRUZZI, Demerval Guilarducci. **Uso da Tecnologia na educação, da história à realidade atual.** 2016.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão,** Editora Wak, Rio de Janeiro, 2009.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CAVALCANTE, M. B. **A educação frente as novas tecnologias:** Perspectivas e desafios. 2012. Disponível em: escola-drxavierdealmeida.blogspot.com/2012/02/educacao-frente-as-novas-tecnologias.html. Acesso em: 28 ago. 2021.

CIRÍACO, Flávia Lima. A leitura e a escrita no processo de alfabetização. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 4, 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/a-leitura-e-a-escrita-no-processo-de-alfabetizacao>. Acesso em: mar. de 2022.

CIRÍACO, Flávia Lima. A leitura e a escrita no processo de alfabetização. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 4, 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/a-leitura-e-a-escrita-no-processo-de-alfabetizacao>.

CONFORTO, Débora. **Tecnologias digitais acessíveis**. Porto Alegre: JSM Comunicação Ltda, 2001.

COSTA, Bénard da, A.M. **Projecto "Escolas inclusivas"**. Inovação, 1998.

COUTO, Miguel. **No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1933, p. 190.

DE FIGUEIREDO, Esp José Antônio Oliveira. **Um estudo sobre a evolução do código de barras linear até o QR CODE e sua aplicação em um estudo de caso**. Instituto federal de educação, ciência e tecnologia Sul-Riograndense - IFSUL, Campus Passo Fundo. Curso de tecnologia em sistemas para internet, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

DIAS, Ângela Álvares Correia. As imagens do mundo no mundo da escola repensando contribuições da tecnologia para Imagem & Educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, nº 3, p.223-231, set./dez. 2008.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN (FBASD). **Incluir para igualar**. Página virtual da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down., 2018. Disponível em: <https://federacaodown.org.br/incluir-para-igualar/>. Acesso em mar. de 2022.

FERREIRO, E. **Educação e Ciência**. Folha de S. Paulo, 3 jun. 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 6ª edição, 1982.

FREIRE, Paulo. **Como trabalhar com o povo**. Comunidade Eclesial de Base. São Paulo, 1982.

FREIRE, Paulo. P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Manual de Orientações da Covid-19 (Vírus Sars-Cov-2)**. Secretaria de Estado da Saúde. Disponível em: https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/Manual_23-10-atualizado.pdf. Acesso em: mar. 2021.
- GRIBOSKI, Cláudia Maffini *et al.* **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: mar. de 2022.
- HADDAD, S.; PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n 14, p.108-129, 2000a. Edição Especial.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2020. Brasília: MEC.
- KARASINSKI, Lucas. **O que significa cada quadrado de um QR Code?** Blog Engenharia de Transmissão, 2014.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- KNOWLES. M. S. Andragogía no Pedagogía. Centro Regional de Educación de Adultos. **Temas de Educación de Adultos**. Ano I, n.2. Caracas, Venezuela, 1972.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º edição. Editora Atlas. São Paulo, 2003.
- LEMONS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**. São Paulo: Paulus, 2010.
- MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo, Memnon, 1997.
- MAGALHÃES, Elia de Fátima Cardoso Barbosa de. **Viver a igualdade na diferença: a formação de educadores viando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.
- MARTÍNEZ, LFP. A pesquisa qualitativa crítica. *In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- MORAN, José Manuel, MASSETTO, Marcos T., BEHRENS Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas, SP. Papirus, 2012.
- MORAN, José Manuel. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. Palestra proferida pelo Professor José Manuel Moran no evento " Programa TV Escola - Capacitação de Gerentes", realizado pela COPEAD/SEED/MEC em Belo Horizonte e Fortaleza, no ano de 1999.

MORAN, José Manuel. **Vídeos são instrumentos de comunicação e de produção.** Entrevista publicada no Portal do Professor do MEC em 06.03.2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=384>. Acesso em: mar. de 2022.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica.** Curitiba: Educarte, 2003.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR / UFRRJ
Desenho Universal para Livro Didático: **Oficina brasileira** - desenho universal para livros didáticos. Pesquisadores da Oficina de análise dos livros didáticos -.

OKUMURA, Maria Lúcia Miyake; JUNIOR, Osiris Canciglieri; OLIVEIRA, Clodoaldo Veríssimo de. **A aplicação da tecnologia assistiva no processo de desenvolvimento integrado de produtos inclusivos: um estudo no acesso ao código QR pelo usuário com deficiência visual.** PUC – PR, Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, Cláudio de, MOURA, Samuel Pedrosa. **TICs na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno.** 2015.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1999, n.12, pp.59-73. ISSN 1413-2478.

PAIVA, V.P. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PASTOR, G. C. **Uma Escuela Comum para Ninos Diferentes: La Integracion Escolar.** Barcelona: EUB, 2 ed revisada e atualizada, 1995.

PIAGET, Jean. FRAISSE, P. **Tratado de psicologia Experimental.** São Paulo: Forense, 1969. v. 7.

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires.** Paris: Gallimard, 1990.

SANTOS, Tamara Teixeira dos *et al.* O gênero Senna (Leguminosae-Caesalpinioideae) no município de Caetité, Bahia, Brasil. **Rodriguésia**, v. 71, 2020.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

SOARES, M. Letramento e escolarização. *In:* RIBEIRO, V. M. (org). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001.** São Paulo: Global, p. 89-113, 2003.

SOARES, M. **O que é letramento.** Diário do Grande ABC, Santo André, 29 ago. 2003b. Diário na escola, p. 3.

SOARES, Magda Becker. As muitas facetas da alfabetização. *In.:* **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, Cymone Martins Cotrim. **A universalização da educação inclusiva no Plano Municipal de Educação de Caetité-Bahia: problematizando discursos e ações.** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-88, 2002.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.

ANEXOS

ANEXO I — Termo de Autorização para utilização de imagens, áudio, texto, vídeo e materiais diversos

Eu, _____, _____ (ESTADO CIVIL), _____ (PROFISSÃO), portador(a) da carteira de identidade nº (NÚMERO), expedida pelo _____ (ÓRGÃO EXPEDIDOR), inscrito(a) no CPF sob o nº _____ (NÚMERO), residente e domiciliado(a) _____ (ENDEREÇO), autorizo, de forma expressa, o uso de arquivos de textos, imagens, áudios, vídeos e qualquer outro material diverso de minha autoria desde que identificado no material a ser divulgado, sem qualquer ônus, em favor da pesquisadora **GLAUCINÉIA PINTO CARDOSO**, solteira, professora, portadora da carteira de identidade nº 07054859 51, expedida pelo SSP – BA, inscrita no CPF nº 867.741.905-53, residente e domiciliada à Rua Novo Horizonte, 206 cidade Caetité - BA, para ser usado na composição do produto educacional do Curso de Mestrado do **Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade PPGELS – UNEB Campus VI**, livro intitulado: **Aventura pelo conhecimento** com demais ações de divulgação e distribuição em meio digital ou em papel, com o objetivo de promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA com transtorno intelectual estudantes do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité – CEEEC, podendo ser expandido para outras modalidades de ensino.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a qualquer título que seja sobre direitos às **imagens, áudios, textos, vídeos e materiais diversos** conexos ou a qualquer outro.

Caetité,

ANEXO II — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH - CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E
SOCIEDADE (PPGELS)

LINHA DE PESQUISA II- ENSINO, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^o 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: “EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA – Caetité: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados”

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Glaucinéia Pinto Cardoso

Cargo/Função: Professora

Discente do curso de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – UNEB campus VI - Caetité

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: : **“EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados”**, de responsabilidade da pesquisadora **Glaucinéia Pinto Cardoso**, mestranda da Universidade do Estado da Bahia Campus VI que tem como objetivo geral criar um ambiente interativo e tecnológico de forma lúdica, prazerosa por meio dos dispositivos móveis, explorando os recursos do *QR CODE* gerados pelos recortes da cidade para estimular o aprendizado dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) inseridos na Educação Especial.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios no sentido de apontar uma prática de ensino numa abordagem inclusiva para alunos da Educação Especial – modalidade de jovens e adultos facilitando seu aprendizado na leitura e na escrita mediante uso de símbolos decodificados fazendo uso de recortes da Cidade de Caetité-BA. Caso o Senhor(a) aceite será enviado um **Questionário** para responder de acordo com o período estabelecido e estes, serão analisados pela aluna **Glaucinéia Pinto Cardoso**.

Os dados para investigação serão colhidos mediante questionário (cinco professores) de

forma on-line seguindo todos os protocolos exigidos na Carta Circular nº 1/2021 – CONEP/SECNS/MS, 03 E MARÇO DE 2021.

Vale salientar que toda pesquisa está sujeita a riscos e benefícios e sendo online não é diferente, podendo acontecer problemas com o ambiente virtual, meios eletrônicos em função de impossibilidade das tecnologias utilizadas. Ainda salientamos o risco na divulgação e violação de tal procedimento.

Os participantes puderam optar de não responder as perguntas mesmo sendo obrigatórias, de modo que terá contato com o teor do conteúdo do instrumento antes de mesmo de responde-las. O acesso às perguntas acontecerá após consentimento e não será usado lista onde consta identificação. Vale lembrar que a pesquisa será de abordagem qualitativa.

Devido a coleta de informações o senhor poderá sofrer riscos decorrentes de sua participação na pesquisa como a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida na Resolução Nº 466/12, caso seja consumado quaisquer um dos riscos, os mesmos serão reparados pelo Pesquisador Responsável, nos termos das legislações específicas do Estado Brasileiro. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. Este termo será feito em duas vias, e uma será destinada para o senhor (a) onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Glaucinéia Pinto Cardoso

Endereço: Rua Novo Horizonte, 206, Bairro Centro - Caetité Bahia.

Telefone: (77) 99125 7548, **E-mail:**neiacardoso8@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.:

(71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **“EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados”**, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Caetité, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do professor

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)

ANEXO III — Esclarecimento sobre o questionário de pesquisa



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA CAMPUS VI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE

Esclarecimento sobre o questionário de pesquisa

07 de agosto de 2021, Caetité - BA

Prezado Professor (a)

Este questionário tem o objetivo de coletar dados para a pesquisa do trabalho de conclusão de curso de Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade Linha II da Universidade do Estado da Bahia da mestranda **Glaucinéia Pinto Cardoso** que terá como título “**Educação Especial na EJA: processo de leitura e escrita por meio de símbolos decodificados**”, na intenção de discutir a proposta apresentada diante das impressões sobre o uso das tecnologias na Educação Especial. O referido questionário seguirá os protocolos estabelecidos na Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS de 03 de março de 2021 e será aplicado de acordo com o termo de **CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO** recebido por todos. Sua contribuição é muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Desde já agradecemos a sua contribuição.

Professora Glaucinéia Pinto Cardoso, mestranda do PPGELS e Gabriela Silveira Rocha, professora orientadora do PPGELS.

QUESTIONÁRIO

1 - IDENTIFICAÇÃO

- a) Área de atuação:
- b) Tempo de atuação na instituição:
- c) Graduada em
- d) O que levou a optar pela modalidade de ensino da Educação Especial?

2 - PERFIL

- Carga Horária dedicada à escola () 20 hs () 40 hs
- Trabalha em outro local () Sim () não

- Especialização em Educação Especial () Sim () Não
- Quantidade de cursos específicos para trabalhar com a educação especial.
() de 2 a 3 cursos () de 4 a 5 cursos () mais de 5 cursos
- Você tem afinidade para trabalhar com:
() Cegos ou baixa visão () deficiência intelectual leve () outros
- O seu local de trabalho é o mesmo da cidade que reside?
() sim () Não, qual a distância do seu trabalho.
- Você tem acesso a internet para realizar seu planejamento
() sim () Não

3 - RELAÇÃO COM A ESCOLA INCLUSIVA

Defina quais são para você os objetivos dos trabalhos realizados com os alunos da EJA inseridos na Educação Especial. O que define esta relação de inclusão?

- () Ambiente com possibilidade de considerar a afetividade e partilhar experiências
- () Eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação discente no processo educativo
- () Proporcionar a diversidade
- () Assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educativas.
- () Realização profissional
- () Construção de um ambiente que proporcione a educação inclusiva e participação de todos
- () Ênfase na aprendizagem e no ensino cooperativo
- () Qualidade das relações no ambiente escolar, criação e valorização da socialização

4 - LETRAMENTO E EDUCAÇÃO NA EJA

Responda sobre as características e impressões sobre os alunos.

Impressões sobre os alunos

- a) Qual a idade dos alunos?
 - () 15 a 20 anos
 - () 20 a 25 anos
 - () 30 a 35 anos
 - () Mais de 35 anos
- b) Os estudantes residem:
 - () Maioria na cidade
 - () Minoria na cidade
 - () Maioria na zona rural ou distritos
 - () Minoria na zona rural ou distritos

- Maioria nos municípios vizinhos
- Minoria nos municípios vizinhos

c) Qual a distância da casa até a escola?

- muito longe
- longe
- nem perto e nem longe
- perto

d) Qual o meio de transporte que utiliza para chegar à escola?

- ônibus escolar
- carro
- bicicleta
- caminhando

d) Qual a profissão dos pais?

- médico
- técnica de enfermagem
- professor
- advogado
- pedreiro
- comerciante
- vendedor
- feirante
- agricultor
- empregada doméstica
- gari
- outra profissão

e) Como é organizado o atendimento dos alunos

- em dupla
- em grupos maiores
- individualmente

f) Caso o atendimento aconteça em dupla ou em grupo, seria com

- Colegas com as mesmas dificuldades
- Colegas com outras deficiências graves
- Colegas com deficiência leve

5 - A CIDADE NA EJA

Diante das inúmeras representações que a cidade nos oferece, responda

a) Você tem o hábito e inserir recursos oferecidos pela cidade nos seus planos de aula para estimular a leitura e a escrita?

- sim Não às vezes

b) Você percebe pelos relatos dos alunos que eles frequentam quais espaços.

- Supermercado

- Vendas
- Mercenarias
- Banco
- Feira
- Loja
- Igreja
- Praças
- Sorveteria
- casa de parentes

d) Eles conseguem ler e escrever o nome dos produtos que viram nos espaços mencionados?

- sim Não às vezes

6 - DESAFIOS E PERPECTIVAS DO DOCENTE JUNTO AO ALUNO

Quanto às carências cognitivas observadas durante o atendimento aos estudantes?

a) Compreensões e resoluções de problemas

- Existente Não existente

b) Recepção e organização da informação

- Existente Não existente

c) Elaboração de respostas

- Existente Não existente

d) Produção divergente de resposta

- Existente Não existente

e) Dificuldades na escrita

- Existente Não existente

f) Dificuldade na leitura

- Existente Não existente

g) Dificuldade motora

- Existente Não existente

h) Pouca concentração

- Existente Não existente

i) Baixa interação

- Existente Não existente

7 - LEITURA E ESCRITA

De acordo com a escala de 0 a 10 identifique em que intensidade acontece:

Leitura de palavras
Leitura de frases curtas
Leitura de livros
Leitura de palavras, mas não conseguem ler frases
Leitura de frases, mas não conseguem livros
Ler com muito esforço
Não ler
Leitura por associação
Ler intermediado por imagens

Quanto escrita dos alunos

Escreve só o primeiro nome
Ler e escreve o nome completo
Escreve frases
Tenta digitar
Digita corretamente
Tem mais interesse pela digitação do que a escrita
Utiliza recurso de voz para fazer busca na internet

8 –TRABALHO DOCENTE

- a) No planejamento das aulas e na seleção da metodologia de trabalho e dos recursos há uma adequação dos conteúdos à idade dos alunos?
 sim não às vezes
- b) As atividades e orientações acontecem de forma paralela mesmo tendo alunos de diferentes idades em sala de aula?
 sim não às vezes
- c) Quanto ao diagnóstico do aprendizado, responda:
 sim não às vezes
- d) Os alunos participam oralmente das aulas
 com frequência
 às vezes
 não participa
- e) Quais são os temas trazidos para sala de aula pelos alunos
 Leituras diversas
 Festas comemorativas
 Religiosidade
 Personagens da literatura/filmes
 Família
 Meios de transporte
 Invenções diversas
 Temas imaginários
 Um lugar especial
 Não aborda nenhum tema

f) Os recursos da cidade são explorados

- com frequência
- às vezes
- não explora

g) Os aspectos da cidade são relatados pelos alunos em sala de aula

- sim não às vezes

h) Os alunos apresentam interesses por:

- Trabalhos
- Viagens
- Compras
- Jogos
- Filmes
- Histórias familiares
- Saúde
- Festas municipais
- Religião
- Outros

i) Elementos que você observa na cidade que podem ser trabalhados em sala de aula.

- Estudo dos rótulos dos alimentos
- Análise e interpretação de filmes
- Leitura visual dos sinais de trânsito
- O problema da reciclagem
- Os problemas ambientais
- A inserção e direitos da pessoa com deficiência no meio social
- O sistema monetário brasileiro
- Figuras geométricas
- Placas
- Fachadas de lojas
- Outdoor
- outros

j) Os conteúdos trabalhados na sala de aula são os mesmos da escola comum?

- sim não às vezes

k) Eixos trabalhados com frequência:

- interpretação de imagens, símbolos e sinais
- desenho como forma de representação
- práticas de leitura
- práticas de escrita
- jogos eletrônicos
- jogos analógicos
- outros

l) Os alunos se interessam por:

- Desenho
- Pintura
- Música

- Teatro
- Dança
- Culinária

m) Apresentam interesse pela fotografia

- não sei responder
- a maioria
- a minoria
- poucos

9 – TECNOLOGIA

a) Existem dificuldades para a inserção do uso das tecnologias nas salas de aula?

- Sim não parcialmente

b) Para você, o ensino com as tecnologias pode gerar benefícios para os alunos?

- Sim não parcialmente

c) Sobre o acesso dos alunos aos recursos tecnológicos.

- Todos tem acesso em casa
- A maioria tem acesso em casa
- A minoria tem acesso em casa
- Não tem acesso em casa

d) Quais seriam essas tecnologias?

- Rádio
- Computador/notebook
- Televisão
- Tv por assinatura
- Tablete*
- Celular conectado à internet
- Celular sem internet
- Outros

e) Dentre os recursos tecnológicos os mais utilizados são:

- Rádio
- Computador/notebook
- Televisão
- Tv por assinatura
- Tablete*
- Celular conectado à internet
- Celular sem internet
- Outros

10 - RECURSOS TECNOLÓGICOS NA ESCOLA

a) Para otimizar o processo de ensino aprendizagem, a escola requer quais melhorias?

- Aumentar a capacidade da conexão com a internet

- Socializar o sinal de internet
- Disponibilizar para os alunos recursos tecnológicos como: *tabletes*, computadores, impressoras
- tornar a sala de aula mais equipada de recursos tecnológicos
- Criar espaço colaborativo para os alunos exporem suas produções
- Garantir suporte técnico e operacional no desenvolvimento do trabalho remoto
- Outros

b) Os recursos tecnológicos disponíveis na escola são suficientes para o professor e o aluno?
 Sim não parcialmente

- c) Os recursos tecnológicos disponíveis na escola estão:
- ótimas condições
 - boas condições
 - condições razoáveis
 - péssimas condições
 - ruins condições

11 - PANDEMIA E TECNOLOGIA

Pensando na prática docente e no aprendizado do aluno, responda:

a) Qual está sendo os desafios para se trabalhar durante a pandemia?

• Para o professor:

- Recursos
- formação dos pais e responsáveis
- disposição do aluno em estudar de forma remota
- falta de acesso ao computador e smartphone
- pouco envolvimento com os recursos tecnológico
- falta de diretrizes das Secretarias de Educação para trabalhar de forma remota
- falta de conhecimento para usar as plataformas interativas
- excesso do tempo de trabalho em tela
- dificuldade em ter acesso a internet
- dificuldade em manter a conexão com a internet durante o trabalho/estudo,

• Para o aluno:

- Recursos
- falta do apoio familiar
- ajuda dos pais e responsáveis
- disposição do aluno em estudar de forma remota
- falta de acesso a computador e smartphone
- pouco envolvimento com os recursos tecnológicos,
- falta de conhecimento para usar as plataformas interativas
- dificuldade em ter acesso a internet

b) As tecnologias fizeram a diferença no desenvolvimento da prática docente?

Sim não parcialmente

c) A escola tem conseguido atingir todos os alunos no ensino remoto?

Sim não parcialmente

12 - PERSPECTIVAS

Deixe aqui suas impressões sobre a questão do letramento dos alunos da EJA intermediado pelas tecnologias.

a) O aluno tem interagido facilmente com os recursos tecnológicos?

Computador

Tablet

Celular

a) As tecnologias representam um facilitador de aprendizagem?

sim não

b) O papel social do letramento tem sido estimulado pela tecnologia?

sim não não sei responder

c) Por meio da exposição oral o aluno reconhece na tecnologia práticas/conteúdos trabalhados em sala de aula?

sim não não sei responder

d) As informações televisivas, midiáticas são explorados para o letramento em sala de aula?

sim não as vezes

e) Qual a contribuição da tecnologia para o letramento?

Muito importante

Importante

Pouco importante

Não ajuda em nada